

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

LUCIANA DOS SANTOS JORGE PESSANHA

ETNOGRAFIAS DIFERENCIADAS SOBRE AS PRÁTICAS DO TROTE
UNIVERSITÁRIO NOS CENTROS DE PESQUISA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL
FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

Campos dos Goytacazes, RJ
Maio de 2024

LUCIANA DOS SANTOS JORGE PESSANHA

ETNOGRAFIAS DIFERENCIADAS SOBRE AS PRÁTICAS DO TROTE
UNIVERSITÁRIO NOS CENTROS DE PESQUISA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL
FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito final para a obtenção do título de Mestra em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Gerson Tavares do Carmo

Campos dos Goytacazes, RJ
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

P475 Pessanha, Luciana dos Santos Jorge.

ETNOGRAFIAS DIFERENCIADAS SOBRE AS PRÁTICAS DO TROTE UNIVERSITÁRIO NOS CENTROS DE PESQUISA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO" / Luciana dos Santos Jorge Pessanha. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

127 f.

Bibliografia: 114 - 124.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2024.

Orientador: Gerson Tavares do Carmo.

1. Permanência. 2. Interação Social. 3. Diversidades nas práticas trotistas. 4. Rito de passagem. 5. Violência. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320


ETNOGRAFIAS DIFERENCIADAS SOBRE AS PRÁTICAS DO TROTE
UNIVERSITÁRIO NOS CENTROS DE PESQUISA DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

LUCIANA DOS SANTOS JORGE PESSANHA


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Aprovada: 23/05/2024


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ELIZANGELA ROSA DE ARAUJO JUVENCIO**
Data: 09/07/2024 10:37:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof.^a Dr.^a Elizangela Rosa de Araujo
Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETC)

Documento assinado digitalmente
 **EDSON TERRA AZEVEDO FILHO**
Data: 10/07/2024 10:11:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Edson Terra Azevedo Filho
(Sociologia Política UENF)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Documento assinado digitalmente
 **NILO LIMA DE AZEVEDO**
Data: 09/07/2024 16:09:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Nilo Lima de Azevedo
(Sociologia Política - UENF)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro -
UENF

Documento assinado digitalmente
 **GERSON TAVARES DO CARMO**
Data: 11/07/2024 10:57:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Gerson Tavares do Carmo (Sociologia Política - UENF)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro - UENF (Orientador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me fortalecido a cada etapa de minha vida profissional, acadêmica e familiar. Ao meu esposo Silvio e filhas Geovana e Gabriela, por todo incentivo, apoio, paciência e encorajamento de sempre. Aos meus pais por todo empenho para que eu pudesse estudar e se hoje cheguei aonde cheguei foi graça a esse empenho.

Aos meus amigos, Paulo Henrique Prado, Anderson Barbosa, Milena Perovano e Estefani Peixinho por todo incentivo, paciência e carinho, principalmente em momentos difíceis e dolorosos. Vocês foram primordiais na minha construção enquanto pessoa e pesquisadora.

Ao meu orientador, Gerson Tavares do Carmo, que, além de partilhar comigo seu conhecimento, sempre foi muito paciente e solícito, muitas vezes confiando mais em mim do que eu mesma, o professor Gerson nunca deixou de acreditar que eu seria capaz e que teria potencial. Me acolheu e isso professor faz com que tenha por ti um imenso respeito e gratidão.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisa Espaço e Raça (NEPER) coordenado pela professora Ana Claudia Barreto com quem aprendi muito sobre a força, garra e determinação que a mulher negra precisa para romper com os racimos estruturais e institucionais presente em nosso cotidiano. Acreditando e incentivando a escritora que existia dentro de mim.

Ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) coordenado pela professora Maria Clareth Reis que além de me acolher no grupo me cativou assim que participei da sua disciplina Educação para as Relações Étnicas Raciais (ERER).

Por fim, agradeço à UENF e ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política pela concessão de bolsa de estudo que viabilizou a pesquisa, bem como publicações e participação em eventos e congressos.

É preciso sentir a necessidade da experiência, da observação, ou seja, a necessidade de sair de nós próprios para aceder à escola das coisas, se as queremos conhecer e compreender.

Émile Durkheim

RESUMO

PESSANHA, Luciana dos Santos Jorge. **“Etnografias diferenciadas sobre as práticas do trote universitário nos centros de pesquisa da Universidade Estadual Fluminense”**. Campos dos Goytacazes – RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2024.

A história dos trotes nas Universidades brasileiras surge a partir do século XIX, geralmente a ocorrência de trotes pode ser apenas uma ação com o intuito de brincadeira, recepção e/ou integração, assim como para outros atores o “trote” pode ser uma ação de violências morais e eventualmente físicas (Zuin, 2002), porém é relevante pensar no seu potencial para influenciar de forma sutil os envolvidos que buscam a aceitação e não querem se indispor. A pesquisa aborda os aspectos conceituais do trote como uma das primeiras vivências acadêmicas, que encarnam um papel significativo no processo de socialização e integração entre calouros e veteranos (Finkler, 2009). O objetivo é compreender, com base nas narrativas dos calouros e veteranos, a diversidade nas práticas desse tipo de acolhimento e sua influência na permanência dos estudantes nos Centros de Pesquisa da UENF, a datar um recorte temporal de 2020 a 2023. Foram utilizados nos procedimentos metodológicos os princípios de pesquisa qualitativa, em sua modalidade narrativa, em razão do caráter subjetivo dos aspectos investigados, dados coletados de autobiografias escritas e narradas por seis participantes, a saber: calouros e veteranos, além de um questionário aberto, a observação e registros em diário de campo. Entre os elementos que interferem na permanência do estudante nos primeiros anos críticos do curso de graduação, se evidenciou a escolha do curso, o acolhimento/trote do estudante, o ambiente universitário, o trabalho do estudante e a assistência estudantil. Conclui-se que embora exista outros fatores que colaboram ou não para a permanência desse estudante na Instituição de Ensino Superior (IES), o tipo de acolhimento ofertado nos Centros de Pesquisa da UENF constitui-se num apoio fundamental, ou seja, uma ferramenta que interfere na permanência dos estudantes com invulnerabilidades e/ou vulnerabilidades socioeconômicas. Houve confirmação da hipótese de forma parcial, pois observou-se uma migração de alguns alunos, que após o período de trote, referente ao ano de 2022, optaram por refazer todo o processo (SISU) para iniciar em outra Graduação. Portanto, esse tipo de recepção dos alunos é um fenômeno que resiste ao tempo em que suas ações contemporâneas não se diferem das práticas do século XV. Durante a etapa final desta pesquisa, eclodiu a ambiguidade existente tanto entre as práticas dos trotes fora das dependências da UENF, quanto suas contribuições na integração e permanência dos calouros no “primeiro ano crítico” nas dependências da Universidade, notou-se uma dicotomia do que esse acolhimento representa entre os alunos com cenários semelhantes.

PALAVRAS-CHAVE: Permanência; Interação social; Diversidade nas práticas trovistas; Rito de passagem; Violência;

ABSTRACT

PESSANHA, Luciana dos Santos Jorge. **"Differentiated ethnographies on the practices of university hazing in the research centers of the Fluminense State University"**. Campos dos Goytacazes – RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2024.

The history of hazing in Brazilian universities dates back to the nineteenth century, generally the occurrence of hazing can be just an action with the intention of playing, reception and/or integration, as well as for other actors the "hazing" can be an action of moral and eventually physical violence (Zuin, 2002), but it is relevant to think about its potential to subtly influence those involved who seek acceptance and do not want to be indisposed. The research addresses the conceptual aspects of hazing as one of the first academic experiences, which embody a significant role in the process of socialization and integration between freshmen and seniors (Finkler, 2009). The objective is to understand, based on the narratives of freshmen and veterans, the diversity in the practices of this type of reception and its influence on the permanence of students in the UENF Research Centers, dating from 2020 to 2023. The principles of qualitative research were used in the methodological procedures, in its narrative modality, due to the subjective nature of the aspects investigated, data collected from autobiographies written and narrated by six participants, namely: freshmen and seniors, in addition to an open questionnaire, observation and records in a field diary. Among the elements that interfere in the permanence of the student in the critical first years of the undergraduate course, the choice of course, the reception/hazing of the student, the university environment, the student's work and the student assistance were highlighted. It is concluded that although there are other factors that contribute or not to the permanence of this student in the Higher Education Institution (HEI), the type of reception offered in the UENF Research Centers constitutes a fundamental support, that is, a tool that interferes with the permanence of students with invulnerabilities and/or socioeconomic vulnerabilities. The hypothesis was partially confirmed, as there was a migration of some students, who after the Hazing period, referring to the year 2022, chose to redo the entire process (SISU) to start in another Graduation. Therefore, this type of reception of students is a phenomenon that resists the time in which their contemporary actions do not differ from the practices of the fifteenth century. During the final stage of this research, the ambiguity that exists both between the practices of "hazing" outside the premises of UENF, as well as its contributions to the integration and permanence of freshmen in the "first critical year" on the premises of the University, erupted. There was a dichotomy of what this welcoming represents among students with similar scenarios.

KEYWORDS: Permanence; social interaction; Diversity in Trotist practices; Rite of passage; Violence;

LISTA DE SIGLAS

CA- Centro Acadêmico

CBB- Centro de Biociências e Biotecnologia

CCH- Centro de Ciências do Homem

CCT- Centro de Ciência e Tecnologia

CCTA- Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias

DCE- Diretório Central dos Estudantes

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio

FIES- Fundo de Financiamento Estudantil

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES- Instituto de Ensino Superior

IFES- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

GTI- Grupo de Trabalho Interministerial

PNAES- Programa Nacional de Assistência Estudantil

PROUNI- Programa Universidade para Todos

PSB- Partido Socialista Brasileiro

REUNI- Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SISU- Sistema de Seleção Unificada

UENF- Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UNE- União Nacional dos Estudantes

USP- Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- Cartaz de convocação dos calouros 2021

FIGURA 2- Cartaz de convocação dos calouros 2023

FIGURA 3- Registro de tela de uma caloura

FIGURA 4- Registro de tela de uma caloura

FIGURA 5- Registro de tela de uma caloura

FIGURA 6- Captura de tela programação da semana de acolhimento

FIGURA 7- Rascunho/ formulário elaborado no dia 9 de março

QUADRO 1- Coleta prévia de dados pessoais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo I- FUNDAMENTAÇÃO ESTRUTURACIONAL PARA O OBJETO DE PESQUISA	17
1.1 - O trote e a Interação Social de Goffman (1985)	20
1.1.1 - O espetáculo do Trote	21
1.2 - Representação coletiva na teoria Durkheim	26
1.2.1 - O poder das representações coletivas nas práticas trotistas	28
1.3 - Violência Simbólica para Pierre Bourdieu	31
1.3.1 - A violência simbólica na prática do Trote Universitário	33
1.4- O Rito de passagem e o momento de transição na vida do indivíduo na ótica de Van Gennep	37
1.4.1- O trote como "rito de passagem" acadêmico	40
Capítulo II- TROTES UNIVERSITÁRIOS: ORIGEM HISTÓRICA E ATUALIDADES	44
2.1- Como é o trote em alguns países na atualidade?	46
2.2- A história do Trote no Brasil: do império aos dias de hoje	49
2.3 - Criar leis de proibição do trote universitário soluciona esse problema histórico?	52
2.3.1- As leis Estaduais de São Paulo 10.454/99 e Rio de Janeiro 2538/96	58
Capítulo III- O EXERCÍCIO DA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	62
3.1 O trote e o primeiro ano crítico do Ensino Superior: calouros e veteranos	65
3.2 A permanência dos estudantes que ingressaram por Ação Afirmativa	68
3.3 Um breve histórico sobre as políticas da educação superior nos anos de 2003 a 2014: ingresso e permanência em questão	71
Capítulo IV- CORPOS INDESEJADOS: REPRESENTAÇÃO DOS TROTES PARA OS ALUNOS ORIUNDOS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS	74
4.1. O trote como relação de Poder: passado e presente	76
4.2. O trote Universitário: como legitimador das discriminações sociais	77
Capítulo V- ETNOGRAFIAS DIFERENCIADAS SOBRE AS PRÁTICAS DO TROTE UNIVERSITÁRIO NOS CENTROS DE PESQUISA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL FLUMINENSE	84

5.1 Percursos da Pesquisa	86
5.2 As diferentes práticas do trote: uma análise nos Centros de Pesquisa da UENF	93
5.2.1 Os cenários	93
5.2.2 Os Bastidores	94
5.2.3 Primeiro ato: O acolhimento	96
5.2.4 Segundo ato: O trote	102
5.3 Vivências Acadêmicas: o apagar dos holofotes não encerra o espetáculo	112
REFERÊNCIAS	114
ANEXOS	123

INTRODUÇÃO

“Trote pra mim é algo desagradável, fazer as pessoas passarem por situações ruins e constrangedoras”.

(Frase de uma aluna Veterana (1) do Centro de Pesquisa CBB da UENF)

“Durante o trote você conhece pessoas legais que te acolhem e logo quando você entra é adotado por algum veterano que te ajuda com tudo que é perguntado”.

(Frase de uma aluna Veterana (2) do Centro de Pesquisa CBB da UENF)

As frases acima vêm de encontro com a relevância de pesquisar sobre o trote Universitário nos Centros de Pesquisa da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), a seguir: Centro de Biociências e Biotecnologia (CBB), Centro de Ciências do Homem (CCH), Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias (CCTA), Centro de Ciência e Tecnologia (CCT), partindo de narrativas que refletem as diversidades das práticas do trote assim como a ambiguidade do que ele representa entre os alunos calouros e veteranos que compartilham de um mesmo cenário, em um recorte temporal, a partir do ano de 2020 a 2023, acordando para o fato de que existem relatos de trotes que tiveram suas práticas ativas utilizando redes sociais dos calouros, em momentos de ensino remoto, devido ao período pandêmico global, ou seja, mesmo nesse período tão atípico, que foi a pandemia da Covid-19, as práticas do Trote não foram menosprezadas pelos veteranos, existem relatos de ocorrências dos trotes que são compartilhados em redes sociais, o que mostra que:

Hoje tal pretensão de ser identificado como o portador dos meios, que proporcionarão o processo de aculturação do calouro, não pode se delimitar apenas ao espaço da universidade ou das repúblicas. Ela precisa se vislumbrada principalmente no espaço virtual, o que engendra novas configurações para o trote entendido como processo de integração sadomasoquista na universidade (Zuin, 2011, p. 601).

A constatação não só das ocorrências do trote, mas dos vários significados que o trote universitário se imputa a partir das suas práticas, situando o indivíduo e os grupos dentro do campo social, ou seja, ainda que os alunos participem do mesmo trote, cada aluno vai ter uma vivência e percepção distinta a respeito da situação. O trote quando visto por muitos como “ritual de passagem” nos conduz a refletir sobre a

sua resistência e redefinições que são atribuídas a essa prática, para Chul Han (2020) “Os rituais [...] estabilizam a vida graças à sua mesmice, à sua repetição. Eles tornam a vida duradoura”, ou seja, para o autor “os rituais são também uma práxis simbólica, na medida em que aproximam os homens e engendra uma aliança, uma totalidade, uma comunidade.” (Chul Han, 2020, p.9).

Portanto, considerar como os calouros e veteranos compreendem a etnografia social do trote universitário comparando com as concepções dos veteranos, a partir de um mesmo cenário, assim como argumentar sobre as atitudes preconceituosas tais como: sexismo, racismo, homofobia, xenofobia, desvalorização étnica e econômica que podem estar explícitas no trote.

Pensando em uma abordagem das relações interseccionais de poder existente nas relações sociais em nossa sociedade, e que de certa forma reflete nas ações dentro das Universidades, ou seja, a partir do objeto da pesquisa podemos vislumbrar um amplo cenário para várias interpretações pensando nessa relação de interação entre os alunos, sendo assim, sugestiona-se que a prática do trote pode ser de certa forma, compreendido como uma prática que contribui para que perca a relação de poder nas Universidades, na relação entre veteranos e calouros nos Cursos de Graduação na UENF.

Goffman (1985) parte da conjectura de que uma interação, ou seja, a influência mútua dos indivíduos em contato é estabelecida de acordo com uma definição prévia de hierarquias, papéis e expectativas envolvidas em cada encontro. Uma vez negociado e compreendido o que está em jogo em uma dada interação, o indivíduo passa a gerir a apresentação do seu Eu em relação às impressões anteriormente estabelecidas, de maneira consciente ou não. Contudo, cabe pensar acerca de que o quanto convencido pode estar o envolvido quanto às ações dos atores (os veteranos) como sendo uma prática exclusivamente cooperativa e não coercitiva.

Sendo assim, ao traçar o caminho para estudar as diferentes práticas do trote Universitário e suas influências nas dimensões históricas de vivências e convivências, analisando quais ações são mais operantes dentro dos Centros de Pesquisas da UENF, com o intuito de etnograficamente entender como se dá a interação social dos alunos enquanto calouros e posteriormente veteranos.

Partindo dessas questões, o objetivo geral desse estudo é de compreender a partir das narrativas dos calouros e veteranos a diversidade nas práticas do Trote nos

Centros de Pesquisas da UENF: CBB, CCH, CCT e CCTA, a partir de um recorte temporal nos anos de 2020 a 2023. A pesquisa tem a intenção de promover uma investigação com os diversos atores que compõe o cenário da prática do trote, sendo necessário que se estudem esses atores formando grupos que possuem características em comum para obter um panorama mais completo.

Parte-se da seguinte hipótese: como as práticas do acolhimento/ “trote” Universitário na ótica de calouros e veteranos, oriundos ou não das Ações Afirmativas, podem colaborar ou não para a permanência do estudante no âmbito do Ensino Superior? Somando-se a proposta do objeto deste trabalho, os objetivos específicos, assim elencados: I. Entender como se dá a interação social dos alunos enquanto calouros e posteriormente veteranos, a partir de narrativas das experiências e vivências da prática do trote nos Centros de Pesquisa; II. Identificar os fatores que interferem na permanência dos estudantes cotistas dos cursos de graduação selecionados para a pesquisa;

Corroborando com os objetivos dessa pesquisa Vignini (2016), em sua dissertação relata a ambiguidade existente acerca do trote, discorrendo ainda sobre o conceito ritualístico atribuído ao trote ao longo da história, “Os trotes também são representados como um acontecimento que faz parte do ritual de iniciação nas universidades, portanto, um evento bastante esperado e desejado desde o momento de preparação para o vestibular”. (Vignini, 2016, p. 70).

O que pode justificar algumas definições diferenciadas do que seria trote para um determinado grupo de alunos, assim como, é instigante pesquisar se o trote como rito de passagem é uma prática, mesmo sendo considerado como cultural, tende a influenciar e reproduzir, de certa forma a relação de poder dentro dos cursos de Graduação da UENF, uma vez que, de acordo com Vignini (2016) “a não participação nos trotes se traduziria também como uma espécie de fuga, atraindo punições, como a exclusão do grupo”. O trote a partir da atuação dos veteranos implicaria na submissão dos calouros onde são impostas e arquitetadas previamente por eles com o uso de controles sociais, convencidos de que é em prol de um bem coletivo, receptivo e harmonioso que tem a intenção unicamente de integração e minimizar os efeitos do processo de mudança do Ensino Médio para o Superior contribuindo para a permanência do aluno.

Contradizendo o que foi exposto anteriormente, com relação à intenção harmoniosa e receptiva de integração do aluno calouro, Zuin (2011) afirma que “os veteranos tentam provar sua suposta superioridade frente aos calouros, tratando-os como bichos”, portanto, para o autor “na sociedade em que ser é ser percebido, não interessa conhecer tal história, fato esse que poderia suscitar questionamentos a respeito da pretensa imutabilidade das tradições trotistas. O mais importante é poder exhibir compulsivamente as imagens dos calouros, humilhados e violentados das mais variadas formas [...]” (Zuin, 2011, p. 599).

Rios (2010) apresenta o trote como um ritual carregado de dupla função de acordo com a autora: “a de elevar o jovem novato ao status de calouro e a de extrapolar o campus universitário para fazer está anunciação”. E entende-se que o perigo do trote está justamente no ato de “extrapolar” no sentido de exceder levando o calouro a se sujeitar para que seja aceito pelo grupo. A autora ainda reafirma que “Tendo em vista que o desenvolvimento de identidade, autonomia e intelectualidade caracterizam o processo de maturidade pelo qual o universitário deveria passar ao longo de sua trajetória acadêmica, a aplicação de trotes violentos pelos veteranos indicaria uma falha neste processo” (Rios, 2010, p. 106).

E justamente como evidenciado anteriormente, o calouro se sujeita a situações que excedem e extrapolam essa ação de interação, onde em alguns casos as interações são marcadas por palavras e atitudes agressivas e intimidatórias muito semelhantes às práticas do Bullying, a partir das autoras Beaudoin e Taylor (2006) que conceitua o Bullying como “a intimidação direta ou indireta que varia da simples gozação até atitudes mais violentas que empreguem a força física”. Tanto o trote forjado na ação coercitivo-cooperativa, quanto o Bullying são ações que limitam o sujeito socialmente, contribuindo para que os indivíduos passem a reprimir as opções em determinadas situações da vida, submetendo-se sempre as vontades do outro, corroborando com o entendimento da relação existe na prática do Bullying e do trote Universitário, Vieira Segundo (2013) afirma que:

Os envolvidos nesta espécie de Bullying devem ser efetivamente responsabilizados pelas respectivas instituições, pois, somente assim é possível afirmar que estas estarão efetivamente buscando rechaçar tais práticas abomináveis. Não temos dúvidas em afirmar, e, aliás, já afirmamos que o trote universitário é uma espécie do abjeto bullying. (Vieira Segundo, 2013).

Idealizando que muitos atores são convencidos de que sua atuação é realmente real, desempenhando um papel sincero ou insincero (Goffman, 1985) é relevante que o ator esteja sinceramente convencido de tal prática. Em se tratando do trote Universitário e suas práticas, nos artifícios utilizados para que os calouros e veteranos estejam sinceramente convencidos de tais ações, é pensar na relação estabelecida entre a aparência e a realidade dentro desse cenário.

Entretanto, ao estudar sobre o Trote Universitário é necessário, assim como também conhecer as suas limitações, a partir de uma análise dos níveis de informações que os colaboradores partilham e considerar a questão do pertencimento e da conformidade nos grupos, “há pessoas que não dão o trote diretamente, mas fornecem uma plateia atenta e sempre presente aos eventos trotistas. Essa plateia fornece estímulos ao grupo trotista, torna relevante suas ações (Almeida Junior, 2011, p. 194).

A Dissertação está dividida em cinco capítulos, após a introdução, apresentada anteriormente. Assim, O primeiro capítulo, tenciona uma fundamentação para estruturação do objeto de pesquisa, certificando e embasando teoricamente a variedade de guias conceituais que tendem a colaborar com o objeto da pesquisa; segundo capítulo, descreve a origem e história do trote, tanto na Europa, como no Brasil, tradicionalmente e contemporaneamente, além de abordar como se configura o trote em alguns países na atualidade. Ainda no segundo capítulo, se desenvolve explicações sobre o trote, as problemáticas históricas que surgem no ambiente de interação Universitária e uma visão crítica acerca das relações coercitivas e de violências, abordando as primeiras legislações criadas, no Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, com a intenção de coibir tais práticas. O terceiro capítulo abordou questões sobre a influência que a prática trotista pode exercer no exercício da permanência no Ensino Superior de estudantes que ingressaram ou não por Ações Afirmativas e as políticas que facilitam o ingresso e permanência dos estudantes na educação superior a partir de 2003. No quarto capítulo, tratamos sobre a reflexão acerca da representação das práticas dos trotes para os alunos oriundos das ações afirmativas; no último capítulo foram apresentados os resultados desta pesquisa, a partir do título atribuído ao trabalho: Etnografias diferenciadas sobre as práticas do trote universitário nos Centros de Pesquisa da Universidade Estadual Fluminense. Por fim, apresentamos as considerações finais.

CAPÍTULO I- FUNDAMENTAÇÃO ESTRUTURACIONAL PARA O OBJETO DE PESQUISA

Na presente pesquisa de dissertação tenciona, investigar, com acuidade sociológica, até que ponto as interações sociais, construídas nos espaços Universitário, a partir das práticas do Trote pode contribuir ou não para o processo de permanência no Ensino Superior, partindo de narrativas vivenciadas por alunos calouros e veteranos dos Centros de Pesquisa da UENF. Os estudos direcionados as práticas do Trote no Ensino Superior partem de diversas concepções teóricas que auxiliam na compreensão dos mecanismos envolvidos nesses processos de socialização e interação presente nesse tipo de acolhida.

Logo, decifrar o quê certos alunos entendem, sentem e compreendem acerca dessas práticas encontradas nas interações entre calouros e veteranos como ator social com participação ativa e dinâmica nos cenários institucionalizados é desafiador, porém necessário na busca de novas informações comportamentais encontradas dentro dessas relações.

Para as questões de representações, a partir da obra de Goffman (1985) o autor parte da conjectura de que uma interação, ou seja, a influência mútua dos indivíduos em contato é estabelecida de acordo com uma definição prévia de hierarquias, papéis e expectativas envolvidas em cada encontro. Uma vez negociado e compreendido o que está em jogo em uma dada interação, o indivíduo passa a gerir a apresentação do seu Eu em relação às impressões anteriormente estabelecidas, de maneira consciente ou não.

Parafraseando com Goffman (1985), o trote universitário reproduz a interação social entre os atores (veteranos) com a plateia (calouros) com as expectativas estabelecidas por cada grupo, por um lado à manutenção de um poder hierarquizado dos veteranos em demonstrar controle e dominação e por outro lado o desejo de aceitação dos calouros.

Os modos pelos quais as representações de um indivíduo acentuam certos aspectos e dissimulam outros. Por conseguinte, o ator ao limitar e regular o que é mostrado tendência - se a limitação e regulamentação das informações que podem ser adquiridas pela plateia (Goffman, 1985, p. 67).

Sendo assim, o controle daquilo que é percebido pelo público traz elementos de cunho informacionais e rituais. Em uma interação é natural que o indivíduo tenha

a necessidade de proferir algo que legitima aos outros a validade de sua própria ação, e para tal propósito, o indivíduo tem o hábito de incluir na sua ação atividades que dão aos outros uma encenação coerente com as representações coletivas. Goffman (1985) “os estímulos que formam a fachada [...] os estímulos que indicam o status social do ator é parte da aparência, já o papel de interação que o ator pretende praticar em uma situação faz parte da maneira”. (Goffman, 1985).

Ao enfatizar o conceito de representações coletivas dentro da pesquisa, a partir de um olhar proposta pelo sociólogo Durkheim¹, afirmando que “o que as representações coletivas traduzem é a maneira pela qual o grupo se enxerga a si mesmo nas relações com os objetos que o afetam. Ora, o grupo está constituído de maneira diferente do indivíduo, e as coisas que o afetam são de outra natureza.” (Durkheim, 1987, p. XXIV).

Portanto, a representação coletiva quando tomada como fato, representa uma fachada. E são essas representações coletivas, reproduzida na prática do trote universitário irá traduzir o modo como o grupo (veteranos e calouros) tendem a pensar em suas relações com o objeto. Partindo então, dessa reprodução das ações dentro do grupo, a partir da relação com o objeto, seja distinta ou delineada, pensando nas práticas humanas que possibilitam aliar-se aos conceitos de “ritos” como um controle simbólico e de prescrição de modos de proceder.

Para Durkheim “Os ritos² só podem ser definidos e distinguidos das outras práticas humanas, notadamente das práticas morais, pela natureza especial de seu objeto. Com efeito, uma regra moral, assim como um rito, nos prescreve maneiras de agir, mas que se dirigem os objetos de um gênero diferente” (Durkheim, 1996, p. 19).

Porém, Van Gennep em sua obra “Os ritos de passagem” desagrega os ritos em três concepções: “ritos de separação”, “rito de margem” e “ritos de agregação”, que permitem compreender a execução das passagens que se exprimem no ritual,

¹ No início do século XX, o sociólogo Emile Durkheim (1978) desenvolveu sua teoria sobre representações, denominada de representações coletivas. Naquele período, não se poderia cogitar um mundo contemporâneo regido pela globalização nos moldes atuais. Durkheim (1978) teve seu trabalho altamente influenciado pelas ideias marxistas, pelo objetivismo e pelo positivismo vigentes na época. Para ele, o homem era um ser sociável por causa da convivência em grupo, aprendendo hábitos, costumes, reproduzindo mitos, em uma sociedade regida por uma religiosidade unificadora.

² O rito pode ser diretamente associado com a memória de uma sociedade ou de uma cultura. Um evento social tem que ser repetido incansavelmente por muitos anos, perpassando gerações sem modificar profundamente o seu significado para tornar-se um rito. “O rito consiste unicamente em relembrar o passado e torná-lo presente, de certo modo, por meio de uma verdadeira representação dramática” (DURKHEIM, 1996, p. 405)

sendo assim, o autor defende que todos os ritos de passagem envolvem as três fases, mas cada fase enfatiza uma das particularidades da passagem. Conforme, Genep “[...] o mecanismo é sempre o mesmo, a saber: parada, espera, passagem, entrada, agregação.” (Genep, 2011, p. 43).

Van Genep (2011) o “rito de margem” tem um papel significativo em sua obra assumindo um papel principal na análise ritualística, o qual os ritos de margem são entendidos como “liminares”, ou seja, são os limites entre o “mundo profano e mundo sagrado”. Portanto, cada rito tem seu objetivo e sua especificidade associados a eventuais mudanças de estado favorecidas em determinada opinião da sociedade. O autor ainda reitera que o indivíduo transita por vários tipos de grupos em uma constante necessidade de romper sempre com novos liminares.

E para além, o fato de execução como rito a ser cumprido, considerar que o trote deve ser validado e justificado a partir dessa definição pode legitimar também qualquer tipo de comportamento que faça parte do ritual. Ainda ao que se refere aos “ritos”, de acordo com Maciel (2021) “O que pode indicar que os ritos expressam então, um tempo processuais ou momento particular importante das relações sociais formadoras e mantenedoras de uma dada instituição”. Os ritos desenvolvem um controle simbólico da estrutura social e dos integrantes que a compõem. De acordo com o autor:

Essa crença só se torna possível à medida que os atores incorporam e sedimentam o conjunto de relações sociais significantes que fazem parte constitutiva do ritual [...] que possam parecer sistemas restritos a vida religiosa ou mágica. Os ritos fazem parte de um processo socializador ao qual os indivíduos ficam sujeitos ao entrarem em contato com as instituições partícipes desse processo. (Maciel, 2021, p. 86).

Assim como, apresentado por Maciel (2021) viver em sociedade requer passar por vários rituais, que tem a função, de conduzir o sujeito aos processos socializadores das relações sociais, os quais estão inseridos e de alguma forma se sentem parte, seja no papel de veterano ou calouro o sujeito tende a reproduzir práticas ao entrarem em contato com o mundo universitário. E quase sempre as práticas reproduzidas remetem a ações de persuasão onde tanto os indivíduos quanto as instituições influenciam o outro a partir de suas ideias e concepções.

Bourdieu, aborda o conceito de violência simbólica que de acordo com ele pode ser definido “como uma violência que é cometida com a cumplicidade entre quem

sofre e quem a prática, sem que, frequentemente, os envolvidos tenham consciência do que estão sofrendo ou exercendo”, portanto, as práticas do trote também assumem características tendenciosas, onde os envolvidos, seja no papel de veterano ou calouro, esteja de fato convencido da benignidade em suas práticas.

1.1 - O trote e a Interação Social de Goffman (1985)

Tencionando uma compreensão das práticas do Trote Universitário, a partir da conceitualização de interação social de Goffman (1985) partindo de uma reflexão acerca da comunicação entre os indivíduos ao longo do texto. O autor propicia uma conexão muito relevante para o pensamento sociológico e instigam possíveis explicações para as relações sociais que ocorrem na nossa sociedade ocidental contemporânea, assim como ao que se refere a esse tipo de acolhimento, a partir da interação entre os atores sociais.

Aspira-se em proporcionar ao leitor factíveis interpretações acerca das relações sociais que ocorre na sociedade contemporânea, tendo o trote, como um momento de interação social no cenário universitário. Partindo das ideologias de Goffman que contemplam o ser humano como atores que a todo o momento representam papéis, na vida em sociedade, ou seja, prática sugestionada no indivíduo, que se relaciona de múltiplas maneiras nas relações pessoais com uma pessoa ou com um grupo.

Há de se refletir sobre a representação atribuída, as práticas do trote e quem são os atores e os cenários que essas práticas se configuram, Goffman (1985) nos instiga a pensar sobre as atuações dos indivíduos como forma de representação “o indivíduo faz sua representação e dá seu espetáculo para benefício de outros”, o que permite convencer seu público de sua atuação como se fosse uma “regra geral”. E esse ator de acordo com Goffman (1985) através da comunicação verbal ou não, em seu raciocínio, busca interação com os papéis desenvolvidos ou posto na sociedade, tencionando a exemplificar a complexidade das relações humanas, a partir de métodos etnográficos que “consiste num mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana desses outros que queremos apreender e compreender” (URPI, 2014).

Para o Goffman (1985), portanto é por meio da comunicação e expressões não verbais que existe uma interação onde o ator atua de forma convincente fazendo com que a plateia acredite fielmente naquilo que ele se propõe a mostrar ou manifestar.

Sendo assim Goffman afirma que nesta interação do indivíduo uns com os outros máscaras são utilizadas para representar e convencer a si próprio e aos outros de que “a impressão de realidade que encena é a verdadeira realidade” (Goffman, 1985, p. 25).

Sendo assim, podemos salientar que o autor evidencia que a interação existente entre os indivíduos desempenha um ato que remete a uma relação de poder no sentido de ele ter a capacidade de transformar a sua vida e de certa forma transformar também aos que estão ao seu entorno. Ao utilizar a comunicação o agente interage de forma mais significativa não simplesmente ou meramente pela prática de comunicar-se, portanto, a relação entre os atores é recíproca, partindo da ideia de integração social e integração do sistema.

Logo, a reflexividade pode ser confundida por desconfiança, o que para o autor não é a verdadeira intenção ou função da reflexividade neste contexto, o autor diz que a reflexividade deve ser compreendida como “o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social”. Os atores agem com a intenção e não intenção, a reflexividade apresenta-se como um monitoramento das práticas que reiteram as ações repetidas alterando as Estruturas.

Nesse sentido, as práticas intencionais e não intencionais dos atores Goffman (1985) evidencia que os atores podem oscilar naturalmente e variar entre o cinismo e a sinceridade, “indiquei dois extremos: um indivíduo pode estar convencido do seu ato ou ser cínico a respeito dele” (Goffman, 1985, p. 27). A partir então desses extremos apontados pelo autor, compreende-se que dependendo do grau de conhecimento do indivíduo sobre sua própria prática, de um lado onde existe de fato o convencimento que a impressão de realidade encenada é a própria realidade, por outro lado quando o ator não está convencido de suas ações e precisa ser cínico para demonstrar interesse em seu público. Em ambas as afirmações, entende-se que os atores a partir da comunicação verbal e não verbal sustentará a relação de poder e mesmo que as dimensões não verbais possam representar um menor domínio da sua plateia não está isenta de manipulação.

1.1.1- O espetáculo do Trote

A expressão “A vida é um teatro”, acordada por Goffman (1985) ao comparar as práticas dos indivíduos como espetáculo promovido no teatro, atribui a ideia de representação associado às atividades desenvolvidas por um indivíduo (ator) o amparo e a manutenção do espetáculo diante de um grupo particular de plateia que sofre diretamente com as ações influenciadoras do ator. O que pode ser um risco, quando ele não está tão certo e convencido de suas próprias práticas ou atuação, para Goffman (1985) “o ator pode não estar completamente compenetrado de sua própria prática. [...] quando o indivíduo não crê em sua própria atuação e não se interessa em última análise pelo que seu público acredita podemos chamá-lo de cínico” (Goffman, 1985, p. 25 - 26).

Desse modo, o ator pode ser considerado cínico e ser compreendido como mentiroso e capaz de iludir sua plateia em prol dos seus interesses particulares, ou simplesmente de fato crer que suas ações se justifiquem, a partir da ideia de um bem comum a todos. Então, aqueles que estão diretamente envolvidos em pensar e aplicar o trote aos calouros podem de fato estar convencidos de que suas práticas são em prol de um bem comum, assim como os que recebem ou sofrem essas ações, de igual forma pode estar convictos de que os interesses e objetivos sejam os mesmos. Goffman (1985) ilustra este cenário perfeitamente, exemplificando da seguinte forma:

Sabemos que em função de serviço, os profissionais que em outras condições são sinceros, veem-se forçados às vezes a iludir os fregueses, pois estes mostram grande desejo disto. Os médicos que são levados a receitar medicamentos inóculos para tranquilizar os doentes; os empregados de postos de gasolina que resignadamente verificam e tornam a verificar a pressão dos pneus para ansiosas senhoras, os vendedores de calçados que vendem um sapato de número diferente, mas que dá no pé da freguesa e dizem a ela que é do tamanho pedido, todos esses são profissionais cínicos, cujo público não lhes permitirá serem sinceros. (Goffman, 1985, p. 26).

Dentro desse contexto de representação, Goffman (1985) enfatiza que o ator encena e para tanto se faz necessário acessórios que certificam de forma intencionais ou não meios que garanta a conquista de seus objetivos perante os seus observadores na manutenção de suas influências. Por conseguinte, o autor nos conduz a pensarmos acerca do conceito de Fachada como um “instrumento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconsciente empregado pelo indivíduo durante sua apresentação” (Goffman, 1985, p.29).

A Fachada é constituída por partes comuns, ou seja, existe certa padronização dos elementos que a compõem. Goffman padroniza a Fachada (a recepção) a partir da existência de um cenário, no caso do trote, ocorrendo fora ou dentro das dependências da Universidade, por outro lado este cenário é sugestionada em duas partes: maneira e aparência. Scarcello (2020) discorre sobre a conceitualização de Cenário,

O cenário é composto por elementos de pano de fundo, normalmente fixos e não relacionados diretamente ao ator, mas apropriados e utilizados para reforçar a imagem da personagem. Enquanto a fachada pessoal seria composta por categorias fixas (sexo, raça, idade etc.) ou não (vestuário, gestuais, linguagem etc.), neste caso relacionadas diretamente com o ator e sua performance física (Scarcello, 2020, p. 7).

Portanto, o que se subentende que a interação ocorre de fato dentro do cenário, seja ele fixo ou móvel, desde que contribua para o desenrolar das práticas (encenação) da fachada pessoal que é o próprio ator. A “aparência”, neste contexto, é de fato a apresentação do ator, a partir de sua fachada pessoal, que é descrita por Scarcello (2020) como categoria fixa ou não fixas associadas à atuação do ator, “aparência é colocada como um estado ritual do ator, que ajuda a compreender que tipo de relação ele está estabelecendo, se profissional ou informal, por exemplo” (Scarcello, 2020, p. 7).

A “maneira” são “estímulos que funcionam no momento para informar os outros indivíduos que o ator espera desempenhar na situação que se aproxima” (Goffman, 1985, p. 31), ou seja, é como a plateia acha que o ator administra a comunicação, seja de forma petulante ou amistoso e solícito, ou seja a forma como o veterano recebe o calouro, não isentará de ser julgado pelo grupo que ele interage.

O indivíduo pode tentar induzir o auditório a julgá-lo e à situação de um modo particular, procurando este julgamento como um fim em si mesmo e, contudo, pode não acreditar completamente que mereça a avaliação de sua personalidade que almeja ou que a impressão de realidade por ele alimentada seja válida (Goffman, 1985, p. 28).

No entanto, o cinismo e a sinceridade não são os únicos, para Goffman (1985), os atores também podem ser acometidos e condicionados a confusão oscilando entre os dois conceitos, conduzindo os mesmos ao ato da “autoilusão”. Por isso é fundamental que o ator se preocupe em transmitir ao público suas qualidades durante

a interação para que não haja de forma alguma uma dúvida quanto suas ações. É o que o autor irá conceituar como “Realização dramática”, utilizar a comunicação para que transmita suas práticas de forma convincente e apreciável, sem que haja por parte dos calouros alguma indagação ou insinuação.

A “Idealização” é outro conceito abordado por Goffman (1985), para o autor “o ator inclina-se a incorporar e reproduzir os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade, quando se apresenta diante do público” (Goffman, 1985, p. 41). A procura de abraçar os valores que regem a sociedade em um processo de representação das idealizações de uma sociedade, mesmo que isso não faça parte de suas particularidades. Utiliza-se de tal conceito como instrumento de manutenção de sua interação do grupo social o qual pertence em uma atuação “perfeita” e socialmente tolerável. Ou seja, a reprodução das práticas ritualísticas enraizadas em nossa sociedade, não obstante dos nossos cenários universitários.

Contudo, a “Manutenção do controle expressivo”, também comporta o contexto, partido da ideia de que os atores precisam estar compenetrados na manutenção constante do controle expressivo, pois facilmente um ator poderá externar gestos involuntários que podem contradizê-lo, em outras palavras, “um ator pode mostrar acidentalmente incapacidade, impropriedade ou desrespeito por perder momentaneamente o controle muscular [...] pode dar a impressão que está preocupado demais ou de menos com a interação”. (Goffman, 1985, p. 55).

A questão da representação é marcada pela busca excessiva por perfeição, marcado por uma dicotomia entre o indivíduo e o ator, onde o indivíduo se permite a expressar emoções, desejos e impulsos, enquanto o ator não se permite a tais situações para que se mantenha a sua representação de cunho intencional. Assim dizendo, não é o simples fato de atribuir a uma ação involuntária ser canal de repúdio e\ou julgamento, o caso em questão é que tais atos podem contradizer as atuações e encenações que foram defendidas e idealizadas na interação com a plateia.

O que pode levar a uma possível “mal interpretação” por parte do público. A plateia não está totalmente inerte e desatenta com relação a algumas atuações, existe uma dualidade inerente nessa interação, “a impressão que o ator procura dar pode ser verdadeira ou falsa, genuína ou ilegítima, válida ou mentirosa” (p. 60) das representações.

A Representação falsa, nas concepções do autor corrobora então para que os atores fiquem atentos diante de suas ações perante o público, uma vez que para os atores torna-se relevante o falseamento dos fatos. Essa representação falsa está diretamente conectada ao conceito de “manutenção da fachada”, visto que os atores correm riscos de torna-se evidente, podendo ser visto como um dissimulador sem possibilidade de retomar com sua atuação. O autor indica “os modos pelos quais as representações de um indivíduo acentuam certos aspectos e dissimula outros, sendo assim o controle daquilo que é percebido pelo público traz elementos de cunho informacionais e rituais.

Portanto, se há rachadura na regulação da informação obtida pela audiência demonstra uma falha na projeção da informação ou no caso da regulação do contato, o ator é propenso a mistificar a sua apresentação na percepção dos que observam suas ações. A teoria da “mistificação” favorece para que a plateia deixe de ver o ator que está envolto a nuances de mistério e integridade sagrada. (Goffman, 1985). Dentro da conceitualização de “Realidade e Artifício” de o autor elenca dois modelos de senso comum, os quais elaboram as nossas idealizações comportamentais: “o desempenho verdadeiro, sincero e o desempenho falso e as relações estruturais que desempenham através de suas representações”. (Goffman, 1985).

Se uma representação está se desenrolando, os assistentes de modo geral, devem ser capazes de acreditar que os atores são sinceros. Este é o lugar estrutural da sinceridade no drama do acontecimento. Os atores podem ser sinceros ou insinceros, mas sinceramente convencidos de sua sinceridade, mas esse tipo de disposição de animo com relação ao papel do indivíduo não é necessário para ser ter um desempenho sincero (Goffman, 1895, p. 70).

Idealizando que muitos veteranos e calouros são convencidos de que sua atuação é realmente real, desempenhando um papel sincero ou insincero, é relevante de que eles estejam sinceramente convencidos de tal prática ser totalmente colaborativa. Esse tipo de comportamento ambíguo não é a garantia de um desempenho ou encenação de sucesso, mas a questão é que esse tipo de papel dúbio pode ser mantido por mais tempo, colaborando para o sucesso, e permanência marcante na contemporaneidade.

Os indivíduos desempenham papéis, atuações dentro da sociedade, e conseqüentemente ele espera que sua atuação seja convincente, são as fachadas que o indivíduo carrega no seu cotidiano. E esta fachada poderá sofrer alterações, o

que não prejudicará em nada a atuação do ator que tem a capacidade de adaptar-se ao cenário, partindo da ideia de que esse ator tenha ao longo de sua trajetória de interação desempenhado outros papéis, ora calouro, ora veterano.

Sempre em busca de atender e superar as expectativas dos seus seguidores, caminhando assim, para a interação e convencimento de seus atos sem mostrar as suas reais motivações. Contudo, o veterano, assim como o ator consegue identificar os pontos fracos de sua plateia (calouros) e a partir dessa prática construir a imagem, ou seja, encenar aquilo que é esperado por seu grupo. Como argumentado por Goffman (1985), o ator social desempenha um papel atuando e adequando-se a cada público com a intenção de manter uma coerência e interação com outros atores. É o que faz do trote um espetáculo ritualístico sustentado e legitimado pela sociedade, ocorrendo fora ou dentro das dependências da universidade, ou até mesmo como um ritual de passagem que exhibe ao público os “novatos”.

1.2- Representação coletiva na teoria Durkheim

As representações coletivas, a partir das contribuições de Durkheim pensando em uma concepção sociológica, parte da ideia de que “o conhecimento de algo externo, para o autor, só é possível através das representações, seja individuais ou coletivas”. Ou seja, a representação é essencial, para a comunicação ou interação existente entre duas consciências se utilizam através das representações, para além do âmbito individual, pois não é só para o conhecimento individual.

De acordo com Lukes (1984), o primeiro surgimento do termo representação coletiva é no livro “O Suicídio” (1897) onde o sociólogo Durkheim assegura que a vida social é realizada fundamentalmente de representações.

Assim como dirá o próprio Durkheim,

Se as representações, uma vez que existem, continuam a existir por si, sem que sua existência dependa perpetuamente do estado dos centros nervosos, se são suscetíveis de agir diretamente umas sobre as outras, de se combinar de acordo com leis que lhes são próprias, é porque são realidades, que mesmo mantendo íntimas relações com seu substrato, dele são, entretanto, até certo ponto, independentes. [...] Conclui-se do que foi dito, que a vida representativa não é inerente à natureza intrínseca da matéria nervosa, pois que subsiste em parte por suas próprias forças e tem maneiras de ser que lhe são peculiares (Durkheim, 1970, p.33).

Contudo, para o autor a dualidade existente entre a sociedade e o indivíduo é o que nos permite obter uma percepção mais clara das diferenças entre as representações de cunho individual e coletivo. A violência descrita na citação abaixo (Durkheim, 1975b, p.44), só é concebível se as representações sociais possuem solidez e uma vigor coercitivo próprio, para que sejam admitidas por uma sociedade.

Violência aos instintos e às tendências fundamentais do indivíduo, que nós não podemos viver sem um esforço laborioso contra nós mesmos, quer dizer que, em um sentido, ela [a vida coletiva] não está de acordo com as inclinações de nossa natureza (tradução nossa).

As representações coletivas, de acordo com o autor são as que menos estão sujeitas a instabilidades, ou seja, dificilmente passam por mudanças. Estão tão alicerçadas na sociedade, através de leis, regras, normas e ritos e, portanto, podem ser concebidas de maneira objetiva.

Concomitantemente, a solidez das representações coletivas acentua um caráter coercitivo, quando associadas as regras, leis e normas morais que regem a sociedade. É o que Durkheim conceitua como força social, diferenciando o profano do sagrado, assim descrevendo “longe de haver entre a ciência, de um lado, a moral e a religião do outro, a espécie de antinomia que tão frequentemente se admitiu, esses diferentes modos da atividade humana deriva, em realidade, de uma mesma e única fonte. (Durkheim, 2000, p. 496).

As representações coletivas são relevantes dentro da sociologia durkheimiana, sendo evidenciada com a reedição de seu livro “As regras do método Sociológico” (1895), neste prefácio, entre outros apontamentos, Durkheim atribui os estudos das instituições à sociologia “pode-se chamar instituição todas as crenças e todos os modos de conduta instituídos pela coletividade: a sociologia pode então ser definida como a ciência das instituições” (Durkheim, 1999, p. XXX).

Ora, acima o autor descreve aquilo que ele compreende por instituições estando bem próximo do que considerou como representações coletivas em sua obra “Representações individuais e representações coletivas”. Contudo, no que diz respeito a termos teóricos as representações coletivas assemelha-se ao conceito de fato

social³, onde Durkheim considera que as representações coletivas é produto da própria interação social forjada no dia a dia.

Os fatos sociais independem dos fatos individuais, sua existência não está vinculada às consciências individuais, ou seja, existe a partir de um todo. Sendo esse fato o diferencial entre os objetos da sociologia e a psicologia, pois cabe a sociologia desenvolver e analisar os estados da consciência coletiva, suas representações, leis e regras que se apresenta de forma diferenciada dos fatos individuais. É justamente na especificidade entre a sociologia e a psicologia, logo, na convicção de que a sociedade não pode ser compreendida através dos entendimentos individuais que se faz necessário o entendimento acerca das representações coletivas.

As representações coletivas, socialmente, retratam o que os indivíduos pensam sobre a realidade que os rodeiam e sobre si mesmos. É, no entanto, uma forma de conhecimento socialmente cultivado, decorrente de esforço coletivo, elas isentam-se das representações individuais, elencam novas ações e solidificam a existência da sociedade. As representações são coletivas e, contudo, não podem ser simplesmente restringir aos indivíduos.

Sendo, resultante da interação e dos vínculos sociais que os indivíduos estipulam entre si, ultrapassando, assimilando realidade e rumo a emancipação própria. Dentro desse contexto, as representações apropriam-se do terreno das práticas sociais, que estão conectados, ainda que essa relação não tenha sido satisfatoriamente potencializada por Durkheim. Em síntese, o conceito de representações coletivas é compreendido como forma de conhecimento, assim como um indicador para as ações sociais.

1.2.1- O poder das representações coletivas nas práticas trotistas

O risco dissimulado na prática do trote potencializa a ação coletiva e anula a consciência individual. Dentro de uma perspectiva sociológica de Émile Durkheim, a longevidade de uma sociedade e a concordância social que garante sua conservação, a partir da probabilidade da adaptação dos indivíduos ao processo de socialização,

³ "Os fatos sociais são conjuntos de hábitos praticados pelas pessoas, por meio de suas ações, que permitem a identificação de uma consciência coletiva, a qual age por trás dos indivíduos, influenciando as suas ações de alguma maneira"

ou seja, a capacidade de assimilar valores e costumes que determinam o modo de agir e ser proveniente do grupo social, a qual estão inseridos.

A consciência coletiva coabita nas mentes individuais, e ajudam a conduzir o comportamento de cada um de nós, mas a consciência coletiva encontra-se acima dos indivíduos, sendo externa a eles. Fundamentado nesta suposição teórica, o autor adverte para o fato de que os eventos individuais precisam ser explicados, a partir da coletividade e não do individualismo. Sendo assim, a consciência coletiva institui a capacidade do indivíduo de se comportarem conforme as regras de conduta dominantes.

Esse coletivismo é predominantemente absorvido nas práticas do trote universitário, embora exista uma consciência individual, o que prevalece nesse contexto de acolhimento é a consciência coletiva que influenciam nas ações, que são induzidas e controladas pelos veteranos. Os interesses, regras e costumes do grupo é o fator determinante nessa relação, declaradamente de poder.

Os novatos se deparam com uma complexidade de papéis sociais, valores e de referências, no mesmo instante em que são podados por opressões sociais e econômicas, que se apresentam a partir das dificuldades profissionais atrelados as ameaças do desemprego, além do desentendimento entre as suas intenções, ânsias e as possibilidades ofertadas pela sociedade. Na atualidade, o indivíduo tem a flexibilidade e autonomia com relação às suas interações sociais, e conseqüentemente as pressões e coações pertencentes a esses grupos tradicionalistas.

Na obra de Durkheim (1983), “As formas elementares da vida religiosa”, o termo: representação coletiva encontra-se presente, pois no sistema religioso primitivo por questões metodológicas, ou seja, o autor acredita que as “religiões se apoiam no real e o exprime”, portanto,

Na base de todos os sistemas de crenças e de todos os cultos deve necessariamente haver um certo número de representações fundamentais e de atitudes rituais que, malgrado a diversidade das formas que umas e outras puderam revestir, em todas as partes têm a mesma significação objetiva e em todas as partes preenchem as mesmas funções. (Durkheim, 1983, p.208).

Contudo, os aspectos essenciais da vida religiosa são mais aparentes nas sociedades primitivas, e dentro dessas sociedades existe uma presença marcante da

consciência coletiva, que definem as formas de agir e até mesmo pensar do grupo, na medida em que, de acordo com o autor “tudo é de comum a todos”, onde na religião a representação coletiva é estruturada, possibilitando o sujeito de forma análogo, idealizar o mundo. A ideia de que “tudo é comum a todos” é também disseminada nas práticas do trote, uma falsa ideia inicial de que os calouros possuem os mesmos direitos e obrigações atribuídas aos veteranos para nas dependências da universidade.

No entanto, o que de fato é relatado por vários pesquisadores que se debruçam nas mazelas das tipologias dos trotes aplicados contesta e refuta essa ideia de que “todos” de forma igualitária compartilhariam de tudo, ou seja, o domínio e controle dos veteranos sobre os novatos é algo milenar que perpetua nas relações de interação social dentro das universidades e não diferente nas fases de recepção e acolhimento orquestrado e promovido pelos alunos veteranos.

O que prevalece, de fato é realmente a união, ou aquilo que podemos chamar de cumplicidade das regras, normas e tradições preservada e sustentada pela ideia de ritual de passagem necessário e legítimo perante as instituições, os alunos, e principalmente, em face a sociedade. Muitas das vezes, rituais cercados de violências físicas e simbólicas, aquelas silenciosas, e que causam tanto estrago quanto a primeira. O companheirismo, a camaradagem nessas relações entre o calouro e o veterano, muitas das vezes, encaixa-se perfeitamente na definição de poder acordada por Rosa (2017) “O poder é comumente compreendido como a capacidade de um determinado indivíduo de impor sua vontade a outros”. (Rosa, 2017, p. 4).

Nesta perspectiva, o poder é validado, a partir de uma consciência coletiva, que toma dimensões, grandemente, coercitiva convertendo a violência uma ferramenta aceitável e comum, e o Estado como o dono específico de tais prerrogativas, colaborando com as definições de poder, Weber esclarece que sua definição de poder “[...] significa a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo que contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade.” (Weber, 1984, p. 43).

Existe uma intencionalidade por parte dos dominantes e dos dominados, o primeiro em manter seu status e controle, enquanto o segundo a aceitação do grupo e a garantia de um ano letivo tranquilo. A idealização de uma imposição das vontades, o que não deixa de afetar o comportamento dos envolvidos, garante o sucesso que

tudo ocorram da maneira planejada. O exato para o dominador depende, no entanto, da conduta do dominado, ou seja, veteranos e meios que estimulam nos calouros o comportamento desejado e esperado. A eternização da subalternidade dos novatos contribui para que a conservação da injustiça dê privilégios a alguns grupos que por vezes, cercados por um tipo de inibição de colocar práticas de violências aparentes se refugiam em ações invisíveis e insensíveis as suas próprias vítimas.

1.3- Violência Simbólica para Pierre Bourdieu

O conceito de violência Simbólica na concepção de Bourdieu (1997, p. 204) “toda coerção que só se institui por intermédio da adesão que o dominado acorda ao dominante quando dispõe apenas de instrumentos de conhecimento que têm em comum com o dominante e que faz com que essa relação pareça natural.” Percebe-se assim, que a hierarquia e a relação de poder existente nas Instituições Educacionais, automaticamente acabam desenvolvendo ferramentas que sustentam a auto (re) produção de ações que leva o indivíduo ao desestímulo e a não permanência dos novatos.

Para Bourdieu (1998) a violência simbólica se apoia na legitimação de uma determinada imposição de cunho econômico, social ou simbólico, o que é produzido, a partir, de uma contínua criação de crenças e ritos associados ao processo de socialização do indivíduo que procura constantemente seguir os padrões impostos pela sociedade. Ou seja, o Poder⁴ não provém apenas das questões financeiras, prestígios e/ou escolaridade, mas nesse contexto de violência simbólica é relevante destacar que ela ocorre em todos os meios sociais e não obstante, nas interações.

Dessa forma, para Bourdieu (1989), o poder simbólico é, sobretudo, um poder de estruturação da realidade. Esse poder possui os meios de assegurar o sentido decorrente do mundo, estabelecendo conceitos, valores e rotulações hierárquicas que se exteriorizam aos agentes voluntário, natural e desprendidos. O poder simbólico é um poder “[...] quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) e só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário [...]” (Bourdieu, 1989, p.14).

⁴ “[...] poder significa a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo que contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade.” (WEBER, 1984, p. 43).

É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (Bourdieu, 1989, p. 7-8).

Os atores sociais projetam uma espécie de competição contínua que visa a conquista e o controle em várias esferas de poder ou capital econômico, onde diferentes classes em uma ideologia simbólica impõem a definição de mundo social, a partir de suas convicções pessoais. O autor chama a atenção para as ações dos agentes e seu despreparo perante as disputas, tornando a própria classe, a qual é pertencente fonte de consciência e conduta. Dentro da classe dominante, o poder é fundamentado principalmente no capital econômico, com a função de impor seus valores, tradições, normas e regras através de sua própria produção simbólica.

Ressalta que em relação às camadas dominadas, o maior efeito da violência simbólica exercida pela escola não é a perda cultural familiar e a inculcação de uma nova cultura exógena (mesmo porque essa inculcação, como já se viu, seria prejudicada pela falta de condições necessárias à sua recepção), mas o reconhecimento, por parte dos membros dessa camada, da superioridade e legitimidade da cultura dominante. Esse reconhecimento se traduziria numa desvalorização do saber e do saber-fazer tradicionais- por exemplo, da medicina, da arte e da linguagem populares, e mesmo do direito consuetudinário- em favor do saber e do saber-fazer socialmente legitimados (Bourdieu, 1992, p.52).

Ao analisar a escola como produtora de uma violência, categorizada como simbólica, Bourdieu enfatiza que este ambiente educacional deveria tratar todos de forma igualitária, seja na forma de avaliar, nas regras de convivências, ou até mesmo nas aulas ministradas, enfim oportunidades iguais a todos. No entanto, de acordo com o autor a desigualdade é um fator predominante no acesso ao ambiente escolar, com o favorecimento de alguns, enquanto outros estariam em permanente situação de desvantagem devido a questões sociais e culturais.

Esse efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação a cultura dominante (Bourdieu, 1989, p. 11).

Bourdieu (1989) trata as atividades e os dispositivos, por intermédio das construções mentais estagnadas nas realidades históricas factuais e apreensíveis, ao que se refere as instituições ou aos conjuntos de imposições pessoais, ou seja, ao tocante à construção da subjetividade dos indivíduos. O autor faz críticas as tradições de pensamentos tencionam a minimizar o caráter impositivo desenvolvido dentro das relações de comunicação, para Bourdieu (2007) as relações de comunicação também devem ser caracterizadas e/ou até entendida como relação de poder, uma vez que, os agentes envolvidos sempre buscam aumentar o seu poder simbólico.

Os sistemas simbólicos são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam contribuindo assim para a submissão inconsciente dos dominados (Bourdieu, 1989, p.11).

Na teoria de Bourdieu (1992) a educação acaba perdendo o papel de competência democratizadora e transformadora das sociedades e incorpora um perfil de uma instituição que oportuniza, mantém e legitima os privilégios sociais. Ou seja, teoricamente, através da educação, o sujeito pode ter potencial para distinguir quando sofre a violência simbólica e torna-se um ator social que contrapõem a sua legitimação, mas desvincular-se dessa condição não é uma tarefa fácil, pois o próprio sistema pressiona e determina as regras onde desde muito pequeno o indivíduo internaliza e reproduza sua condição social.

1.3.1 A violência simbólica na prática do Trote Universitário

A violência simbólica não é uma particularidade atribuída ou restrita as instituições educacionais, sendo assim, a violência simbólica está presente em diferentes instituições que compõem nossa sociedade: a mídia, o Estado, a igreja, entre outros. E dentro do contexto de acolhimento e recepção não seria diferente que presenciássemos a violência simbólica, principalmente nas práticas dos trotes universitários.

Portanto para o sociólogo francês Pierre Bourdieu a violência simbólica é como uma agressão “invisível” que é incorporada de forma genuína por meios de

comunicação simbólicos e conhecimentos que provém de vínculos de subalternidade e submissão onde o dominado acaba se tornando cúmplice de sua própria dominação, dado ao estado de manipulação em que a realidade se faz presente.

No entanto, o fato de estar sempre presente a torna difícil de ser identificada, e passa tranquilamente despercebida, pois não releva sua verdadeira face e muito menos suas intenções, sendo exercida de forma natural influenciando na vida acadêmica dos graduandos interferindo sutilmente no modo de ser e até mesmo de viver do indivíduo contemporâneo.

Assim como, despercebida na vida rotineira, a violência simbólica está presente nos hábitos, costumes, leis, tradições, nas escolas, nas universidades e não seria diferente com relação ao tipo de recepção abordado nessa dissertação “o trote” como uns dos primeiros atos de interação entre os alunos. A violência está presente no cotidiano e dentro do ambiente universitário apresenta-se de forma cada vez mais naturalizada e frequente. O que é incomum, por se tratar de um lugar onde o saber deveria prevalecer.

Não obstante, a cultura trotistas é uma menção a dominação e a violência disfarçados de brincadeira, companheirismo e liberdade. Sendo a base da sociedade a violência contra o outro, aos menosprezados e o considerado diferente, não adianta tentar substituir por práticas solidárias, ou seja, “trote solidário.”

Para Silva (2015),

Para que os trotes praticados com violência sejam realmente abolidos em uma escola, faz-se necessário conhecer profundamente a natureza dos tipos de campanhas apontadas anteriormente, de maneira que estas não sirvam simplesmente para encobrir a existência dos trotes. Além disso, contrariamente à cultura trotista, é preciso cultivar uma nova cultura, com maior sensibilidade. Isto não é pouca coisa. Modificar uma história institucional não é um processo rápido (Silva, 2015, p. 77).

Colaborando com essa temática, Adorno (1994, p. 33) em seu texto sobre Educação baseado em Freud nos alerta que “a civilização produz a anticivilização e a reforça progressivamente”. A identificação da violência simbólica não é tarefa fácil, pois esse tipo de violência camufla muito bem as suas ações. O autor Odalia define bem o exposto:

Nem sempre a violência se apresenta como um ato, como uma relação, como um fato, que possua estrutura facilmente identificável. (...) o ato violento se

insinua, frequentemente, como um ato natural, cuja essência passa despercebida. Perceber um ato como violento demanda do homem um esforço para superar sua aparência de ato rotineiro, natural e como que inscrito na ordem das coisas (Odalía, 1993, pp. 22-23).

Então por ser tratar de um ato sutil de violência que está presente nas práticas do trote universitário, desde seus primeiros registros. A necessidade de ser aceito pelos veteranos e obter sucesso na vida acadêmica contribui para que o calouro naturalize certas ações, dando legalidade para que práticas abusivas possam perpetuar dentro e fora das dependências da universidade. Sendo admitida tanto pelo agredido quanto pelos espectadores, visto, no entanto, como algo cultural, ritualístico que marca a passagem do calouro.

De acordo com Adorno:

Devem-se combater, inicialmente, aqueles costumes folclóricos, rituais de iniciação de qualquer forma, que causam dor física por vezes até o insuportável – a um indivíduo como prêmio por pertencer a uma coletividade. O mal de certos costumes folclóricos é que se trata de precursores imediatos da violência nacional-socialista. Não é de admirar que os nazistas enaltescessem e cultivassem tais monstruosidades sob a designação de “costume” (Adorno, 1994, p. 39).

No texto Educação após Auschwitz, Adorno destaca que foi justamente a incapacidade de amar entre os indivíduos que possibilitou que acontecesse o Auschwitz, nesse sentido, o regozijo pré-produzido produz indivíduos frios e que sustentam um sentimento de indiferença por seus semelhantes, ou seja, pessoas que não expressão sentimentos e são incapazes de sensibilizarem com o sofrimento do outro. E estes conflitos de acordo com o autor, se configuram dentro de um plano individual, porém refletem dentro da sociedade produzindo aquilo que chamamos de violência.

As universidades são grandes exemplos, a partir das práticas do trote, a violência simbólica estrondeia com força, pois muitos jovens demonstram sentir prazer ao participar das atividades trotistas independentemente de suas consequências, ou seja, o enaltecimento do “exibir-se” fez-se relevante na sociedade do grande espetáculo que vivemos.

Como observou Colloca:

Os trotes universitários fazem parte do ritual de entrada na universidade. Suas atividades tradicionais, como pintura do corpo e do rosto, pedágios nas

ruas da cidade, gritos, não são consideradas agressivas, humilhantes, mas “brincadeiras” inofensivas que fazem parte desta tradição. Estas atividades são justificadas pela necessidade de exibição das marcas de uma mudança que deve ser mostrada para que todos reconheçam aquela pessoa como universitário (Colloca, 2003, p. 27).

O trote universitário, por ser uma prática tradicional, acaba sendo compreendida como natural e por consequência legitimada pela sociedade, expressada, a partir de atividades externas como pedir dinheiro nas ruas, corte de cabelo, a pintura corporal, ser intitulado de “bicho”, gritos e ofensas verbalizadas entre outros tipos de violência, que são caracterizadas como “brincadeiras inocente”. E mesmo assim, essas ações tão visíveis ao público, não revelam o que de fato existe por trás de tais práticas, que escondem a verdadeira violência por trás destes atos.

Embora tenha um significado para seus participantes, o trote pode ser considerado um problema na medida em que os envolvidos começam a adotar ações violentas e coercitivas. Existindo também, o fator de uma coerção para que os calouros participem do trote, através de possíveis ameaças e até mesmo a exclusão e isolamento dos que não aceitam se submeter ao ritual. Alguns casos de lesão corporal ou até mesmo de morte são noticiados pela mídia e tem se tornado cada vez mais frequentes.

Neste contexto, o calouro está à margem do processo integrador, pois a sua situação dentro desse grupo acadêmico é frágil e indefinida, sendo constantemente exposto a situações de vulnerabilidade. Portanto, esse desequilíbrio de desigualdade de forças entre os veteranos e os novos alunos são meios por onde atos ocorrem que ultrapassam ou não o limite do que é considerado brincadeira, humilhante ou degradante. Ações que se brindam de violência física ou simbólica, (Bourdieu, 1989). Entretanto, o poder administrado pelos veteranos não corresponde o discurso oficial das instituições, existe uma dominação singela, consentida e vezes omitida pela instituição acerca das práticas aplicadas aos calouros fora das dependências das universidades.

Vemos, portanto, um poder mais discreto, porém, onipresente, que substitui o brilho das manifestações vultosas de poder (os grandes rituais do poder – coroação, submissão dos súditos, ostentação das conquistas), “pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados”. O poder disciplinar se exerce “tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória”. Pois, na “disciplina, são os súditos que têm que ser vistos” (Foucault, 2011, p. 170;179).

Atualmente, existem várias campanhas de conscientização com relação ao trote violento e as punições em forma de leis adotadas por alguns estados brasileiros. Esse movimento contribuiu para que se investisse, então, nos trotes solidários que se baseia em práticas solidárias de serviços comunitários e de arrecadação de produtos por parte de veteranos e calouros que trabalham em conjunto. Porém, esse clima de igualdade entre os veteranos e calouros nem sempre deixam de refletir o seu caráter coercitivo que persiste, na maioria dos casos, como alicerce do rito de passagem tido por tradição. Para Foucault, as relações sociais eternizam as relações de poder, pois não estão exclusivamente localizados, apenas entre o Estado e os cidadãos ou no limite das diferentes classes sociais, no entanto, dentro da sociedade “ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos” (Foucault, 2011, p.30).

Compreendido ainda como um momento significativo na vida do estudante, é plausível ressaltar que o calouro precisa entender que não deve e não precisa se submeter a qualquer tipo de violência, humilhações em prol de um costume ou tradição, e principalmente atenta-se as violências invisíveis que são nocivas tanto quanto as perceptivas e evidentes. Há diversas formas de celebrar a passagem do ensino médio para a universidade, portanto a violência é totalmente desnecessária.

1.4- Rito de passagem e o momento de transição na vida do indivíduo na ótica de Van Gennep

As entidades sociais tendem a construir o seu próprio conjunto de valores, regras, símbolos e rituais que definem suas características culturais e, conseqüentemente sua identidade. A universidade, também possui característica cultural e identitária própria, ou seja, regras, rituais, valores e símbolos que delimitam sua especificidade, dentro da coletividade das instituições que integram a sociedade. E o foco da pesquisa tem o trote e a forma, o qual tem sido apontado como rito de passagem fundamental no processo de acolhida e integração dos alunos calouros à nova vida acadêmica.

O etnógrafo francês Van Gennep, debruçou-se aos estudos direcionados aos ritos de passagens de inúmeras culturas e conseqüentemente os seus significados onde o autor pode os definir como eventos tradicionais que evidencia as mudanças de estado ou situação de um indivíduo ou de um grupo diante da comunidade, a qual pertencem, porém dentro dessa perspectiva, o trote é tido como um ritual de

passagem que representa o simbolismo da passagem entre o Ensino Médio e a Universidade compreendida por muitos estudiosos como a passagem para a vida adulta, além de ser também o sinônimo de conquista de ingresso ao Ensino Superior.

A vida individual, qualquer que seja o tipo de sociedade, consiste em passar sucessivamente de uma idade a outra, e de uma ocupação a outra. Nos lugares em que as idades são separadas, e as ocupações, esta passagem é acompanhada por atos especiais, que, por exemplo, constituem, para os nossos ofícios, a aprendizagem, e que entre os semicivilizados consistem em cerimônias, porque entre eles nenhum ato é absolutamente independente do sagrado. Toda alteração na situação do indivíduo implica nas ações e reações entre o profano e o sagrado, ações e reações que devem ser regulamentadas e vigiadas, a fim de a sociedade geral não nenhum constrangimento ou danos (Gennep, 1987, p. 24).

Existem diversos significados atribuídos ao ritual que pode ser classificado como uma forma de separar os veteranos dos alunos calouros, uma vez que os veteranos assumem um posto de superioridade diante dos novatos, ou até mesmo a manutenção da inferioridade dos que são conhecidos e definidos como calouros. Além disso, o ritual de passagem pode ser contemplado como um momento de autoafirmação daqueles que um dia estiveram na posição de calouros e se submeteram ao ritual de passagem e agora desejam reconhecimento e glória como “veteranos”. Nesse contexto, o trote é considerado um divisor entre as fases, uma destinada a separar e outra votada a incorporar o sujeito ao novo grupo.

O próprio fato de viver que exige as passagens sucessivas de uma sociedade especial a outra e de uma situação social a outra, de tal modo que a vida individual consiste em uma sucessão de etapas, tendo por término e começo conjuntos da mesma natureza, a saber, o nascimento, puberdade social, casamento, paternidade, progressão de classe, especialização de ocupação e morte (Gennep, 1987, p. 24).

De acordo com Vasconcelos (1993), o trote universitário se acomoda no que se projeta por rito de passagem de margem Van Gennep (1987) favorável à situação de que o aluno ingressante, situa-se num não-lugar, pelo fato de ainda não fazer parte do grupo de adultos, e não está integrado a uma vivência universitária, uma vez que recentemente saiu do ensino médio. O rito dentro de um determinado grupo social possui a finalidade de idealizar um sujeito preparado para as transições que designa fachadas de mudanças do ser social. O rito pode ser entendido como um fenômeno

que proporciona uma passagem mais tranquila, e conseqüentemente menos turbulenta facilitando a adaptação de seus atores.

Os ritos de margem, de acordo com Van Gennep (1987), ocorrem em um período de treinamento básico, quando os iniciantes desenvolvem as habilidades ligadas à sua nova vivência, seja de caráter identitário, físico, ordens e regras, tudo, porém sob vários questionamentos e incessantes testes que tem por objetivo provar e comprovar que de fato o indivíduo pode assumir o novo papel. Os ritos de margem, produzem formas culturais e comportamentais ininterruptos aos sujeitos das organizações sociais atuais da sociedade moderna.

Simbolicamente, é por meio do rito que se vivencia as próprias inquietudes peculiar as mudanças futuras e que estão presentes em qualquer situação de nossas vidas. Mesmo assim, o trote tem perdido em algumas instituições de Ensino Superior, o sentido de “rito de passagem” pelo fato de abarcar “esvaziado de sentidos e eivado de equívocos” com relação a sua eficácia como rito. Compondo ou não os eventos de acolhimento da universidade tencionando receber os calouros de alguma forma.

Quem passa, no curso da vida, por essas alternativas encontram-se no momento dado, pelo próprio jogo das concepções e das classificações girando sobre si mesmo e olhando para o sagrado em lugar de estar voltado para o profano, ou inversamente. Estas modificações do estado não deixam de perturbar a vida social e a vida individual. Um certo número de ritos de passagem destina-se a reduzir os efeitos nocivos de tais mudanças (Gennep, 1987, p. 31).

Nessa pesquisa cabe evidenciar a relevância de se refletir sobre o sentido simbólico-prático desse ritual em nossa sociedade, tencionando um debate amplo para toda comunidade, uma vez que essas práticas ritualísticas incorporam a vida universitária, em um complexo e envolvente tema que por vezes está associado a violência na sociedade atual, assim como na tradicional. Portanto, Van Gennep (1987) nos mostra que “falar de vida social é falar sobre ritualização”, ou seja, durante toda a vida, o indivíduo passa por diversos tipos de rituais de passagem e iniciação⁵.

⁵ “Segundo Paulo Denisar Vasconcelos (1993), “o trote caracteriza-se como um rito de iniciação; é um cerimonial milenar de agressão e violência contra o calouro: confirma a ideia do trote como um rito de passagem às avessas, como prática oposta aos valores humanistas e civis da universidade”. Para Akerman (2020) “Os trotes são movimentos universitários em que os veteranos submetem os calouros a um conjunto de provações como ritual de iniciação, mas que cada vez mais vêm se manifestando muito mais como exercício de poder, que como atividade de integração”

1.4.1- O trote como "rito de passagem" acadêmico

Proponho, por conseguinte, denominar ritos preliminares os ritos de separação do mundo anterior, ritos liminares os ritos executados durante o estágio de margem e ritos pós-liminares os ritos de agregação ao novo mundo. (Gennep, 1987, p. 37).

Para Gennep (1987) os ritos perpassam por várias etapas, podendo muitas das vezes agregar ou separar, exemplificando, o nascimento é tido como um exemplo de agregação do sujeito, já o funeral é um exemplo básico de separação, porém os ritos de modo geral, como dito anteriormente desagrega-se em partes: separação (preliminares), margem (liminares) e agregação (pós- liminares). O ritual de passagem coloca em evidência o antes e o depois dos indivíduos que participam do ato, o trote é compreendido culturalmente por um ritual de passagem que marcam as mudanças de fenômenos sociais do aluno.

De acordo com Almeida Junior (2011) a partir das três etapas dos ritos de passagem elencadas por Gennep, é possível identificá-los nas práticas do trote universitário, ou seja, no caso do trote brasileiro, segundo o autor “o rito de separação é bastante visível, existe uma valorização desse momento tanto pela mídia, família, direção da instituição sendo classificado como recepção” (Almeida Junior, 2011, p. 38).

As sociedades sempre buscaram formas de socialização dos sujeitos que passam por diversos ciclos ao longo de sua trajetória, reforçadas por rituais, a partir de estruturas antropológicas, que estabelecem o estado, o lugar e o status de coletividade, “ritos de iniciação, passagem, inversão, rebelião” (Gennep, 1985). Ao discutir sobre os rituais de passagem e iniciação nas sociedades tribais, Clastres (1982) afirma que:

Têm por missão comunicar aos jovens um saber-sobre sua sociedade, que se prepara para acolhê-los. Isso não é tudo. Este saber, adquirido pela via iniciática, não é, na verdade, um saber sobre a sociedade e, portanto, saber exterior a ela. Ele é necessariamente o saber da própria sociedade, saber que lhe é imanente e que, como tal, constitui a própria substância da sociedade, seu Eu substancial, aquilo que ela é nela mesma. No rito iniciático, os jovens recebem da sociedade, representada pelos ordenadores do ritual, o saber daquilo que a sociedade é, em seu ser, daquilo que a constitui e a institui como tal: o universo de suas regras e de suas normas, o universo ético-político de sua lei. O ensino da lei e, em seguida, a prescrição da fidelidade a esta lei, na medida em que ela assegura a continuidade, a permanência do ser na sociedade (Clastres, 1982, p. 81-82).

A passagem ou a iniciação marcam, portanto, a transição de um status a outro, acompanhado de responsabilidades, direitos e deveres. Delimitam de certa forma a obtenção de um novo status social, em seu aspecto coletivo onde o indivíduo está sujeito a novas situações decorrentes das mudanças. Isso porque os ritos de passagem tradicionais requerem uma perpetuação gerida e sustentada por gerações que sempre se projetará no futuro, e o trote universitário se encaixa neste contexto.

Muitas das vezes é comum dentro dos rituais tradicionalistas que a violência seja propagada e infringida aos jovens pelos mais velhos, porém essa violência, a qual muitos sofrem, são ritualizadas, marcado na memória estabelecida entre a passagem afetiva e uma espécie de demonstração de coragem que corroboram para a aquisição das novas responsabilidades exigidas pela sociedade, de forma bem definida entre todos os membros que a compõem. O caso da formação do sujeito em sua fase adulta, ligado ao melhoramento das agilidades para o trabalho, requer-se dos meninos, dentro desses rituais de iniciação, testes de força, virilidade, entre outros.

Pensar o trote como um rito de passagem é uma forma de explicar o fenômeno a partir de uma matriz disciplinar. A fundamentação teórica vem da Antropologia. Podemos imaginar o emprego da noção de rito de passagem para construir explicações bastantes interessantes a respeito do trote como momento de transição entre adolescência e a vida adulta. Certamente, explicações com essa fundamentação teórica dão conta de muitos aspectos do fenômeno, resgatando a dramaticidade característica dos ritos de passagem e que está presente no trote universitário (Almeida Junior, 2011, p. 35,36).

É verdade que os rituais de passagem e iniciação já estiveram presentes de forma mais definida em nossa sociedade, apesar de um distanciamento histórico e social, da passagem do jovem à idade adulta nomeados por seguimentos tradicionais. Esses jovens tinham diversos ritos de passagem, até meados do século, que personificam as mudanças ocorridas tanto no corpo dos sujeitos quanto aos eventos sociais que atuam indicando a passagem para a maturidade.

Iniciação e rito de passagem, os trotes também são representados como um acontecimento que faz parte do ritual de iniciação nas universidades, portanto, um evento bastante esperado e desejado desde o momento de preparação para o vestibular [...] não foi uma representação tão frequente, mas revela a aceitação social e até mesmo o de desejo de alguns, que o consideram como uma etapa inicial tão necessária quanto as demais etapas

acadêmicas que irão habitar para o exercício de determinada profissão (Vigini, 2016, p. 70).

E a participação do novato nas práticas do trote universitário, configura-se perante a sociedade em um sinônimo de maturidade. Momento, a qual, o sujeito personifica as mudanças sociais que de certa forma regem a sociedade. Sendo o trote reconhecido por muitos como um “rito de passagem”, o que é conhecido na atualidade por “acolhimento” dos alunos intitulados de “calouros” evento, a qual é promovido pelos “veteranos”. Para Junior Almeida “o trote universitário possui características que nos levam a pensá-lo como rito de passagem. Mas, apesar desse aparente consenso, classificá-lo como rito de passagem exige cuidados teóricos.” (Almeida Junior, 2011, p. 36).

Mantido como um rito que marca a mudança, e esta mudança, necessita ser representada, pois entrar numa universidade, muitas vezes depois de algumas tentativas frustradas, envolve uma sensação de satisfação consigo que se faz necessária ser externada. O perigo está na forma como esse “rito” pode de certa forma está sendo uma ferramenta de reprodução da discriminação na UENF.

Com efeito, a palavra trote pode ser observada em vários idiomas, tais como o espanhol trote, o italiano trotto, o francês trot, o inglês trot e o alemã totten, ou seja, o termo alude à forma como os cavalos se movimentam (...) Pela análise desses termos, poderia ser feita uma analogia entre o cavalo que trota e o comportamento do calouro (...) Mas talvez fosse mais pertinente o raciocínio de que, tal como o cavalo que precisa “aprender” que deve manter o ritmo fixo e ordenado (o chamado trotar) durante as suas passadas, aprendizado esse muitas vezes feito à base de chicotadas e esporadas aplicadas pelo seu adestrador, o calouro também tem que ser “domesticado” pelo veterano pelo emprego de práticas vexatórias e dolorosas, as quais têm a função de esclarecer e demarcar quais são as características das respectivas identidades dos novatos e dos veteranos (Zuin, 2002, p. 29 e 30).

Siqueira e Rocha (2008) apontam em sua pesquisa na observação em espaços não formais da universidade, múltiplos relatos de reprovação as ações do trote universitário, sendo posto pela maioria dos entrevistados como uma prática autoritária e arbitrária marcada por falta de resistência dos calouros que acabam se submetendo. Os alunos, na figura de calouros, devem ser orientados quanto à internalização da violência e da submissão reproduzida nas interações com os veteranos. Assim como, os veteranos precisam ser alertados ou rememorados quanto às práticas criminosas

e discriminatórias disfarçadas de “brincadeiras”. A compreensão do trote universitário para Siqueira e Rocha (2008) ganha uma conceitualização foucaultiano:

Podemos entender os trotes universitários como “tecnologias do eu” no sentido foucaultiano, na medida em que envolvem práticas e representações em que os indivíduos expressam certa “verdade” sobre si e sua sexualidade, de modo a se tornarem homens e mulheres de um dado tipo. Em outras palavras, apesar dos avanços, em relação aos acessos ao meio universitário, o trote continua sendo uma forma de renovar a ideologia hierárquica, de um sujeito masculino, branco, heterossexual, de classe alta, posto em uma sociedade capitalista tradicionalmente (Siqueira; Rocha, 2008).

Aos alunos, que estão de alguma forma, envolvidos no ato do trote universitário, seja no papel de calouro ou como veterano devem ter a oportunidade na elaboração de um raciocínio e reflexão das questões que estão vinculadas aos preconceitos, violências e exclusões nas relações entre os indivíduos. Giroux (2003) insinua que para os estudantes universitários evoluírem para além dos assuntos do entendimento até um envolvimento com as proporções mais profundas que os transformam coautor das ideologias discriminatórias, assim sendo, dentro da ação do trote universitário é plausível que a relação entre calouros e veteranos evolua e elabore um raciocínio reflexivo de suas práticas ao que se refere de fato as intenções dessa interação.

O trote enquanto um rito de passagem, associado a etapa de margem evidencia que os trotistas buscam a homogeneidade, a uniformidade, a submissão, a obediência total e o silêncio. Enfim, buscam forçar a aceitação das dores, dos sofrimentos, das humilhações e da hierarquia trotistas. Hierarquia que só tem sentido se o trote for pensado como fenômeno natural ou culturalmente aceitável (Almeida Junior, 2011, p. 50).

Assim, como acontece em outras formas de rituais, o trote está mais do que evidenciado e presente em nossa história, ainda muito atuante. Rituais que com o passar dos séculos perpetuam e convivem na contemporaneidade, como por exemplo: batismos, casamentos, velórios, entre outras ações ritualísticas de nossa sociedade. Seguimos assim, no processo de compreensão das práticas ritualísticas do trote universitário ao longo de sua trajetória histórica e na atualidade, além de abordarmos sobre suas tipologias em diferentes países do mundo.

CAPÍTULO II - TROTES UNIVERSITÁRIOS: ORIGEM HISTÓRICA E ATUALIDADES

O trote é um ritual associado ao processo de iniciação dos alunos na vida universitária, esse rito é presente na idade média e legaliza desde então os atos de zombaria e imposição praticadas por veteranos. Com a desculpa de possibilitar a integração dos calouros e interação com os veteranos por meio de um suposto coleguismo ou amizade, o trote em muitas situações, concretiza e valida a violência, a submissão e o desrespeito às leis.

O trote pode configurar uns dos primeiros atos de violação de direitos ocorridos dentro dos espaços da Universidade, tendo seus primeiros registros no século XI, nas primeiras universidades europeias os candidatos, nesta época, já eram submetidos, por questões de higiene, a um ritual no qual se raspavam os cabelos e queimavam-se as roupas (Zuin, 2002, p. 28) devemos considerar que estamos falando inicialmente do trote em um cenário de sociedade medieval onde somente jovens e adultos da nobreza tinham acesso à educação.

Definição de Trote no Brasil Quanto a definição do termo “Troto no dicionário de língua portuguesa como sendo: (derivação regressiva de trotar) Substantivo Masculino; 1. Andadura do cavalo e de certos quadrúpedes, entre o passo ordinário e o galope (ex.; diminuiu o ritmo e passou a troto). 2. [Popular] Uso cotidiano. = COTIO; 3. [Brasil] O mesmo que o troto estudantil (ex.; presidente da comissão de troto). [Equivalente no português de Portugal: praxe]; 4. [Brasil] Brincadeira feita com o intuito de enganar ou vexar alguém (ex.; gostava de passar troto aos amigos). = TROÇAR, ZOMBARIA; 5. [Brasil] Brincadeira escarnecedora que alguém faz sob outra identidade, geralmente feita por telefone ou celular) ex.; ligaram para minha casa, mas era troto (Dicionário Piberan, 2008).

O troto sempre esteve disseminado nas universidades, apesar da sua origem ter sido nas universidades europeias, o troto foi semeado pelo mundo, sendo assim tido como um “ritual de passagem” da vida acadêmica, pelos europeus na idade Média. Neste período o termo utilizado para um aluno novato era de candidatos, e estes não tinham autorização para frequentar as mesmas salas que os veteranos, ou seja, tinham que assistir às aulas do local reservado para guardar as vestimentas dos alunos. As vestes dos calouros eram retiradas e queimadas, seus cabelos raspados, atos que eram justificados, para que se evitassem proliferação de doenças contagiosas.

O documento oficial mais antigo encontrado sobre as práticas do trote universitário foi emitido pela universidade de Paris, datado no ano de 1342 e já apresentava os excessos abusivos e coercitivos os quais os calouros eram submetidos para que fossem aceitos pelos veteranos. Essas atrocidades registradas, pela universidade de Paris, ocasionaram a coibição dos trotes e punições severas aos veteranos, em caso de abusos e violências contra aos calouros.

Já na Alemanha, os calouros eram definidos como uma “besta selvagem” que necessitavam ser amansados e controlados com a intenção de transformá-los em seres inteligentes e civilizados. Os calouros nessas universidades ficavam à disposição dos veteranos, além de ter seus bens materiais apropriados por eles. As práticas do trote violento, nas universidades europeias, só passaram a ser minimizado, a partir do momento em que os professores passaram a ser responsabilizados pelas ações dos veteranos, uma vez que as universidades mantinham um regime de internato.

Porém nos Estados Unidos, ocorriam os atos mais agressivos e violentos, incorporados nas práticas trotistas, além de toda a humilhação sofrida, abusos de cunho sexual eram apreciados pelos veteranos. É curioso salientar de estudiosos apontam que no Uruguai era um dos poucos países sem registro de trotes violentos, uma vez que, o ingresso nas universidades uruguaias não estava atrelado ao vestibular, portanto o ritual de iniciação nessas universidades se dava por intermédio de ações sociais, culturais e recreativas que fomentava a integração entre calouros e veteranos.

O trote passou por diferentes fases durante sua subsistência, esse tipo de acolhida já teve um papel significativo na interação saudável entre os alunos, mas em Portugal o trote chegou marcado por agressões contra os novatos, com relatos de primeira morte no ano de 1727, sendo necessário a intervenção do Imperador Dom João V que acabou proibindo essa prática que geralmente ocorriam dentro das dependências das universidades e quase sempre lideradas pelos alunos veteranos.

Conforme cresce o número de universitários, cresce também o número de vítimas. O trote também parece ter ciclos. Quando algo muito grave acontece, as campanhas intensificam-se um pouco e alguma contenção é obtida. Mais tarde, as práticas trotistas reassumem sua violência e novos problemas ocorrem (Almeida Junior, 2011, p. 22).

Ainda em Portugal, particularmente na Universidade de Coimbra, o trote foi registrado apenas no século XVIII, sendo eles considerados os responsáveis por migrar a tradição trotista para o Brasil, sendo introduzido inicialmente nos cursos de Direito do estado de São Paulo e Pernambuco. Na capital de Pernambuco, Recife, no ano de 1931 ocorreu o primeiro registro de morte proveniente das ações do trote. Infelizmente essas violências ainda ganham espaços dentro das universidades, onde os alunos calouros, para ser submetem-se a certas humilhações, sofrimentos físicos e mentais para ser aceito.

2.1 - Como é o trote em alguns países na atualidade?

Em alguns países, as legislações e a conscientizações dos alunos, com relação as práticas do trote, tem avançado. Calvetti (2011) afirma que a França é um exemplo de que existe uma preocupação para que seja banida a violência trotista, enquanto o Chile caminha lado a lado com o Brasil nas tradições do trote. Descreveremos, a partir das observações do autor, a cargo de comparação, como esse tipo de recepção é aplicado na Suécia, Canadá, França, Espanha e Portugal na atualidade.

De acordo com Calvetti (2011) na Suécia o rito de passagem sueco é articulado, a partir de um jogo, que traduzido significa “fila de roupas” onde os calouros têm por objetivo criar a maior fila de roupas no chão. Alguns calouros nesse tipo de “brincadeira” ficam apenas de peças íntimas e outros chegam à nudez. Já no Canadá, a despeito de ser reconhecido por baixa criminalidade e uma educação de qualidade, as práticas trotistas são evidenciadas por ações abusivas de violências acompanhada de consumo alcoólico. Conhecido pelos canadenses por “frosh week”, muitos Estados chegaram a criar leis que proibisse esse tipo de ato, intitulada “tolerância zero” onde o principal alvo é coibir o consumo de bebidas alcólicas nas dependências das universidades.

Ainda, a partir das considerações de Calvetti (2011), a França, país marcado por inúmeros casos de violência que ocasionaram algumas mortes dos calouros, o trote conhecido pelos franceses como “bizutage”, que era o ato de prender o calouro na Torre Eiffel, de acordo com o autor foi proibido por lei no ano de 1998. Na atualidade, a penalidade para quem pratica o trote na França é de prisão por seis meses ou pagamento de multa.

Em Portugal, o autor descreve que o termo utilizado pelos portugueses é “praxes” e diferentemente do Brasil, não ocorre somente na semana de acolhimento, é aplicado no decorrer do ano letivo, ou seja, o calouro está sujeito a essas práticas durante todo o “primeiro ano crítico”. A partir do século XX, alunos e governantes se mobilizaram para minimizar as humilhações e agressões, fato que não abalaram as universidades tradicionais de Portugal, que mantiveram os rituais e os tratamentos opressivos aos chamados de “bichos”.

Por fim, a Espanha que se refere aos novos alunos como “novatada”, o trote é presente somente nas universidades tradicionais e não apresenta um cunho violento e agressivo, segundo Calvetti, de acordo com relato de alunos, o trote é divertido “os novatos deveriam vestir-se de mulher e fazer serenata nas janelas das garotas”.

Atualmente, o debate sobre a violência das práticas trotistas e o quanto essas ações têm influenciado na permanência do novato nas instituições Superiores de Educação, tem sido reacendido, a partir do aumento dos casos relatados, quase sempre por meios mediáticos e redes sociais, de atos de violências que chegaram ao seu extremo durante a realização do trote. Sendo o trote considerado por muitos estudiosos como práticas sadomasoquistas que encontrou em muitas universidades uma certa legalidade.

Art. 146 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa. Aumento de pena;

§ 1º - As penas aplicam-se cumulativamente e em dobro, quando, para a execução do crime, se reúnem mais de três pessoas, ou há emprego de armas.

§ 2º - Além das penas cominadas, aplicam-se as correspondentes à violência.

§ 3º - Não se compreendem na disposição deste artigo:

I - A intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada por iminente perigo de vida;

II - A coação exercida para impedir suicídio (Brasil, 1940).

Pouco se debate dentro das universidades sobre o que ocorre nessas recepções destinadas aos calouros, por se tratar de um tradicional rito de passagem

que supostamente promove a integração entre os calouros e veteranos. Mesmo que seja, inaceitável que os envolvidos busquem impor regras de submissão e domínio sobre os que são apelidados por “bichos”. Segundo, Almeida Junior (2011, p. 50) “o novo aluno não é considerado humano, ele é “bicho” ou “bixo”. Sua condição humana é questionada, colocando-o em uma condição simiesca, animalesca.” Ratificando a condição de servidão e submissão.

O trote tem contribuído para que as universidades se convertam em locais de sustentação do autoritarismo, do desprezo, da segregação de jovens que se deparam com situações constrangedoras e que corroboram muitas vezes para a desistência e o abandono do sonho de ingressar em uma universidade. A violência “invisível” e até mesmo a física tem sido aceita como um ritual que marca o reconhecimento social do sujeito, mas devemos pensar: qual preço temos que pagar para sermos aceitos e sentimos integrados?

De acordo com Zuim (2002), os alunos veteranos obrigavam os calouros a fazerem coisas absurdas. O autor relata que na Universidade de Heidelberg, na Alemanha, os “bichos”, assim apelidados os novatos, eram obrigados a práticas de cunho sexual, por exemplo. Zuim ainda afirma que para conservar a tradição, aos calouros era imposto assinar um termo de compromisso para garantir a realização das mesmas ações com os próximos novatos.

Podemos concordar que é visivelmente praticado, por séculos, o crime de extorsão, ou seja, a prática do trote quando obriga o calouro, a partir de violência e ameaça, a realizar determinadas atividades, como por exemplo pedir dinheiro no semáforo, ou pagar bebidas para os veteranos, ou seja, ações que evidencia a intenção do veterano em obter vantagens e lucros, conforme discriminado no caput do artigo 158 do Código Penal Brasileiro, em sua versão atualizada:

Art. 158 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa: Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa (Brasil, 2021).

Em nossa Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, caput, afirma que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a

inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, [...] (Brasil, 1988)

Na atualidade, podemos identificar, em grande parte das instituições de Ensino Superior, que o trote está associado ao bom senso, mas o que pode ser compreendido por “bom senso” dentro desse contexto, afinal, raspar os cabelos e pintar os rostos e roupas dos “bichos” ou até mesmo induzi-los a pedir dinheiro é a única forma de garantia de uma interação saudável, entre calouros e veteranos?

Contudo, é relevante destacar que trotes agressivos funcionam como um ciclo vicioso onde as ações em que a barbárie está presente nunca tem fim. Descontar nos novatos as humilhações e violências sofridas pelos veteranos, enquanto calouros, com revide de todo tipo e com a sagacidade de garantir a participação obrigatória dos novos alunos é primordial nessa relação.

Na esfera da educação, verifica-se, historicamente, de dar e receber cotoveladas, que necessitada debilitação do ego não só nas classes escolares, mas também no rito de passagem (o chamado trote.) dos calouros universitários durante o processo de integração com os veteranos (Zuin, 2002, p. 26).

Hoje, com a disseminação de inúmeros acidentes e, inclusive, mortes, várias Universidades optaram pelo fim do trote e começaram a inserir novas medidas para coibir a violência nas instituições de Ensino Superior, tencionando a integração entre os alunos novatos e os antigos. No entanto, essas medidas, mesmo que bem-intencionadas, não detém o controle dos trotes que ocorrem fora das dependências institucionais.

2.2- A história do Trote no Brasil: do império aos dias de hoje

De acordo com Gutierrez (2018) os trotes começam a surgir no Brasil, após a vinda da família real, por volta de 1808, junto com as primeiras universidades, o primeiro desrespeito ocorreu exatamente no ano de 1831, que ocasionou a morte de um estudante de Direito em Pernambuco. As práticas do trote se tornaram mais violentas no Brasil no ano de 1980 e 1999, com a morte de vários calouros que optaram por participar ou não das práticas.

No período de estabelecimento da universidade no Brasil, nos séculos XIX e XX, as práticas vinculadas aos trotes também se fortalecem, sendo principalmente influenciadas pelas universidades portuguesas, uma vez que tias universidades eram frequentadas por estudantes brasileiros que se formavam lá. Apesar de registros de trotes malsucedidos no Brasil no ano de 1931, o tempo não reduziu os atos de violência, e a ocorrência de casos fatais relacionados as práticas trotistas, sendo noticiadas ano após ano.

A história da solidificação do trote como um rito de passagem vem a partir das semelhanças a práticas extremamente comuns na atualidade, contudo, os registros históricos que atravessam o século 20 revelam no Brasil atos de reprodução com relação aos calouros que são sempre chamados de “bichos”, através de um ritual, quase sempre carregados de gozação e violência, emancipados pelos veteranos. Cabe ao calouro ser submisso as práticas ritualísticas elaboradas pelos veteranos, ações que quase sempre são validadas em prol da sustentação da tradição do trote.

No que se refere o trote como rito que marca a passagem para a integração na vida universitária e, por que não dizer, como um dos ritos que simboliza a transição para a vida adulta na nossa sociedade [...] essa tradição que se perpetua no transcorrer dos séculos, parece ter sido iniciada no século XI, durante a Idade Média (Zuin, 2002, pp. 28-29).

Essa tradição pode ser avaliada até mesmo dentro de um contexto de ditadura militar brasileira, em um momento conhecido por “era de ouro” do trote, apontado por Mattoso (1985) na obra “O calvário dos carecas: história do trote estudantil”, de acordo com o autor a ditadura marca o auge da repressão do Estado brasileiro o que resultou na ilegalidade de associações como União Nacional dos Estudantes (UNE) e centros acadêmicos e a função extraoficial dos militares era de trabalhar para desarmonizar a classe estudantil. Nas palavras de Mattoso:

É esse lado gaiato e espontâneo, aliado a uma liberdade de improvisação que dá o sinal verde ao sadismo (e ao masoquismo), o que faz do trote algo *sui generis*, diferenciado de todos os outros tipos daquilo que a turma dos sociólogos e dos antropólogos chamam de rito de passagem, isto é, cerimonia que acompanham a transição dum indivíduo ou grupo, dum estágio para o outro, na vida biológica e/ou social (Mattoso, 1985, p. 20).

Encontrando assim, meios que conduziam a eventuais rivalidades e conflitos entre os alunos, através da aplicação do trote, ou seja, o trote é utilizado como

ferramenta dos militares para fragmentar o movimento estudantil, além disso, a partir dessa prática desenvolveu-se experiências de desumanização do outro, utilizadas pelos torturadores. Assim sendo, muitas dessas práticas que são socialmente, compreendidas como naturais e fundamentais em muitas universidades, na atualidade tem sua essência histórica que remetem ao século passado.

Ademais, a influência exercida pela idade média ajuda a transpassar os termos que são empregados amplamente até a atualidade, o trote, em sua primeira definição outorgado pelo dicionário da língua portuguesa, como forma de andar dos cavalos, indica que os estudantes calouros das universidades precisam treinar e praticar com os veteranos a arte de “trotar”, ou seja, progredir rumo ao novo universo, dando a ideia de que é necessário que haja uma domesticação dos novatos.

Exemplificando, o que seria um termo que ainda é muito utilizado neste período seria o termo “Bicho” que foi conferido aos calouros, quando ao observarem o comportamento dos iniciantes nas instituições de ensino superior, os veteranos, associaram o comportamento deles, com características tímidas e fragilizadas a “bichos do mato”, sendo assim considerados passivos de civilização. Assim como em outras práticas, no período medieval os atos violentos, agressivos e subalternidade eram justificados, sempre com cunho preventivo de doenças e pragas que poderiam sofrer proliferações, o que é preservado até o século XXI, porém com outros argumentos.

Somando-se a essa questão, contamos ainda com a indiferença da sociedade ao desconsiderar os sinais que revelam os sofrimentos de alguns calouros quando submetidos a determinadas práticas trotistas. Práticas que infelizmente, encontra-se atrelado até mesmo na cultura familiar que por sua vez, consideram o trote um ritual que marca a passagem de status social, a qual tem a função principal de diferenciar os “capacitados” dos demais sujeitos da sociedade.

A associação entre trote violento e as cobranças feitas aos alunos por seus mestres compele ao aluno a reprimir tanta raiva (que depois se transforma em ressentimento) como possíveis frustrações de pequenez diante do seu superior (Zuin, 2002, p. 83).

Porém, por sorte, inúmeras ações têm evidenciado que é acreditável ingressar na vida acadêmica de uma maneira educativa e voltada ao cultivo da cidadania. A entrada na instituição de ensino superior precisa ser um momento harmonioso e

inclusivo, realmente característico de uma recepção\acolhimento em prol da permanência do calouro nos espaços acadêmicos. Vale ainda ressaltar que, os primeiros anos "críticos" na universidade, bem como o restante dos anos, sejam evidenciados por uma socialização significativa e construtiva em um processo educativo que tenha por base o respeito as diversidades e diferenças.

2.3 - Criar leis de proibição do trote universitário soluciona esse problema histórico?

É sabido que existem anualmente relatos de práticas do trote no período inicial das aulas nas universidades do Brasil, que estão vinculadas a atos de violência e até ocorrências de mortes apresentados pela mídia, no entanto, não é nenhuma novidade que o trote quase sempre pode estar associado e estruturados a partir da hierarquização do poder e atos extremamente abusivos. Sendo assim, é relevante evidenciarmos que apesar de relatos de tais violências não existe nenhuma Lei específica, em âmbito Federal, que iniba e proíba tais práticas dentro das dependências universitárias de maneira direta.

O crime de tortura está tipificado na Lei nº 9.455 de 07 de abril de 1997 e seu primeiro artigo, inciso II aplica: "II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo. (Brasil, 1997)

Nas palavras de Almeida Junior (2011, p. 167) "o trote possui aspectos legais que tem recebido pouca consideração dos pesquisadores. No entanto, a contenção efetiva do trote passa por aprimoramentos significativos dos instrumentos legais". No Brasil existem leis que podem colaborar com a coibição da prática do trote universitário, e uma dessas leis encontra-se presente na Constituição Brasileira, que no seu artigo 5º afirma:

II – Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III – Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante (Brasil, 1988).

Pereira (2019) relata em seu trabalho de conclusão de que “no entanto, há estados e municípios que proíbem o trote, alguns até cobram multa para quem se envolver na brincadeira” (p.14), em São Paulo, especificamente, em Presidente Prudente, a câmara municipal criou a Lei 8790/2015, a qual proíbe a aplicação do trote tanto nas universidades quanto nas escolas de ensino médio podendo ser aceito somente o trote solidário, no estado de Mato Grosso do Sul a Lei 2.929/2004 proíbe o trote em todas as instituições de Ensino.

Art. 1º - É vedada a realização de trote universitário e escolar em calouros em solo público no município de Presidente Prudente.

§ 1º – Entende-se por calouros os alunos ingressantes do 1º semestre de cursos superiores e secundários, bem como dos ingressantes no primeiro ano de cursos técnicos no município de Presidente Prudente.

§ 2º - entenda-se por trote:

- I.A raspagem de cabelo;
- II.A pintura dos calouros;
- III.A solicitação de dinheiro em semáforos;
- IV.A obrigatoriedade de os calouros ingerirem bebidas alcoólicas;
- V.Toda e qualquer forma de atividade vexatória contra os calouros;
- VI. Qualquer tipo de violência física ou moral contra os calouros;

Art. 2º - Não se aplica o artigo anterior quando se tratar do “trote solidário.”

Parágrafo único – Entende-se por trote solidário atos que tenham por objetivo a manutenção e preservação do meio ambiente ou as que visem beneficiar entidades assistenciais, hospitais, asilos e assemelhados, realizados com dignidade e respeito aos participantes.

Art. 3º - Compete a direção das instituições públicas de ensino superior, secundários e cursos técnicos profissionalizantes.

§ 1º - Adotar iniciativas preventivas para impedir a prática de trote aos novos alunos, segundo disposto no Artigo 1º e respondendo a mesma por sua omissão ou condescendência.

§ 2º - Aplicar penalidades administrativas aos universitários que infringirem a presente lei, incluindo expulsão da escola, sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis.

Art. 4º - Ficará disponibilizado o telefone número 147 para “Disque Denúncia” para que os municípios possam colaborar com a aplicação da Lei.

Art. 5º - Esta Lei estará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (Brasil, 2004).

Colaborando com a Lei citada anteriormente, ainda podemos ressaltar que em muitas dessas práticas existe relatos de consumo excessivo de bebidas alcoólicas

muitas das vezes consumidas por menores de idade o que leva a prática a transgredir mais uma Lei, pois no Brasil é crime que menores sejam coagidos a ingerir tais substâncias, desde 2015:

Lei nº 13.106, DE 17 DE MARÇO DE 2018,

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da criança e do adolescente, para tornar crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança e adolescentes; e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto – Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei das contravenções Penais.

A PRESIDENCIA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 243 da Lei nº 8. 069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da criança e do adolescente, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 243. Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou adolescente, bebida alcoólica, ou seja, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica:

Pena – detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constituir crime mais grave (Brasil, 2018).

Essas ações, decorrentes de alguns estados e municípios, na tentativa de inibir práticas violentas e abusivas, que se sobressai nas ditas recepções e acolhimento dos alunos, tanto nas atividades internas quanto nas realizadas fora dos espaços institucionais, foram substituídas por atividades compostas por campanhas e denúncias contrárias ao trote, o que nos cabe questionar, se de fato só estas ações são suficientes para que solucione e combate de forma significativa as humilhações, brincadeiras de “mal gosto”, violências, entre outros fenômenos que contribuem para a não permanência dos alunos nesses espaços.

Neste contexto, a existência do trote nos remete a um funcionamento estruturante de hierarquização, violência e poder e, no entanto, dentro desta perspectiva, outras propostas surgem propondo de fato a sua proibição dentro das universidades públicas, redigida pelo senador Jorge Kajuru (PSB/GO), onde o texto inicial de Lei propõe que: “Proíbe a realização de atividades de recepção de novos estudantes em instituições de educação superior nas condições que especifica” (Trecho PL nº455/2023).

Art. 1 É vedada a realização de atividades de recepção de novos estudantes em instituições de educação superior que envolvam coação, agressão, humilhação ou qualquer outra forma de constrangimento que atente contra a integridade física, moral ou psicológica dos alunos.;

Art. 2 Compete às instituições de ensino: I – adotar medidas preventivas para coibir a prática das atividades a que se refere o art. 1, especialmente em suas dependências; II – instaurar processo disciplinar contra seus alunos e funcionários que descumprirem a vedação de que trata o art. 1, ainda que fora de suas dependências, e aplicar-lhes penalidades administrativas, que podem incluir o desligamento da instituição, sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis;

Parágrafo único. A instituição de ensino que se omitir ou se mostrar negligente no cumprimento das competências previstas neste artigo será punida administrativamente pelo respectivo sistema de ensino, na forma do regulamento, sem prejuízo de eventuais sanções penais e civis aplicáveis aos seus dirigentes por cumplicidade.

Art. 3 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação (Texto do PL 455/2023).

Sendo assim, é nítido no projeto de Lei que a intenção é de impedir o trote violento e abusivos, com punições burocráticas contra os que estiveram envolvidos diretamente ou indiretamente, porém a implantação dessa Lei nada promete com relação aos atos que acontecem no lado de fora das universidades, o que não impedem as práticas abusivas e que influenciam no comportamento e nas relações de integração dos novatos nas instituições.

É relevante salientar que, os alicerces das relações estudantis, a partir da justificativa de que a integração dos jovens em ambientes que de certa forma simboliza e reflete o poder, acaba gerando em muitos estudantes uma mentalidade equivocada de pertencimento. Todavia, uma Lei eficaz e objetiva que puna severamente e iniba a prática do trote violento, seja o melhor caminho.

O Código Penal no seu Artigo 146, configura o ato de Constranger ser uma prática ilegal, mesmo não sendo criada diretamente para tais fins, é evidenciado nessa pesquisa que as ações de alguns veteranos se configuram em algo sujeito a penalidade, mas a falta de punibilidade desses estudantes que pressionam os calouros a participarem dessas atividades deveras humilhante é predominante nas universidades.

Art. 146 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa. Aumento de pena

§ 1º - As penas aplicam-se cumulativamente e em dobro, quando, para a execução do crime, se reúnem mais de três pessoas, ou há emprego de armas.

§ 2º - Além das penas cominadas, aplicam-se as correspondentes à violência.

§ 3º - Não se compreendem na disposição deste artigo:

I - A intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada por iminente perigo de vida;

II - A coação exercida para impedir suicídio (Brasil, 1940).

O que é necessário enquanto, espaço universitário, é reconfigurar os espaços com pertencimento múltiplo e acolhedor, onde as raízes racistas e excludentes utilizados pelo trote percam campo e ambiente, com a intenção de afastar os discursos de agressões de gênero, e social na instituição. Sendo necessário a criação de espaços de mobilização, diálogos e recepção dos novos corpos, ou seja, corpos indesejados possam permanecer nas universidades sem que seja preciso sofrer com marcas e violências camuflados no trote.

A questão é que, com o surgimento de algumas proibições de âmbito estadual e municipal, a prática do trote se ambientou e adaptando-se aos impedimentos com relação aos espaços, onde eram realizados os trotes, migrando as festas de recepção para fora das dependências da universidade. Assim o problema, nesses casos só foram transferidos de locais, pois as violências, agressões, subordinações e humilhações insistem em coexistir nas relações entre veteranos e calouros, consequentemente em outros espaços compartilhados pelo grupo, próximos ou até mesmo afastados dos limites institucionais, seja em pedágios, chácaras, entre outros ambientes, partindo da convicção de que o crime de extorsão acaba sendo praticado contra os novatos.

Artigo 158 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940:

Extorsão é o ato de obrigar alguém, através de ameaça ou violência, a fazer determinado comportamento, na intenção de obter alguma vantagem, recompensa ou lucro, conforme tipificado no caput do artigo 158 do Código Penal Brasileiro: Art. 158 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa (Brasil, 1940).

Compreende-se que as diversas formas de interpretar as Leis de combate as práticas do trote gerou certas contradições, o que contribuiu para que as Leis não fossem respeitadas e tratadas com a seriedade que necessitam, sendo assim, os efeitos esperados não foram os desejados, além de auxiliar com a segregação e secundarização das responsabilidades das práticas trotistas que deveriam ser atribuídas as instituições, uma vez que, a violência ocorre mesmo fora dos espaços universitários e acaba influenciando no desempenho do aluno com relação a sua socialização e até mesmo processo de aprendizado.

Os discursos do senso comum, religiosos e científicos muitas vezes fornecem justificativas para a violência. Quase nunca se quer de fato erradicar a violência. Normalmente, o que se busca é a erradicação de algumas formas de violência enquanto outras mais uteis aos que detém o poder social, são cuidadosamente mantidas. O trote é um desses casos de violência autorizada e estimulada. A violência do trote precisa ser dissimulada. Esta deve parecer uma coisa e ser outra (Almeida Junior, 2011, p. 23).

Os agentes educacionais, e compreendemos por agentes educacionais todas as pessoas vinculadas direta ou indiretamente no sistema educativo, especificamente: família, professores, alunos e os funcionários, habituaram-se a determinados rituais, pois também podem ter passado por esses processos, o que justificaria a manutenção dessa tradição pautada muita das vezes poutada na humilhação sendo naturalizado. O trote, portanto, não é visto como uma questão de cunho social, suas vítimas (dos trotes violentos) não contam com políticas públicas que atuem com eficácia para a redução dessas ocorrências.

Dessa maneira, entende-se que existe uma falsa sensação de que a coação e as diversas formas de obrigar os calouros de participarem das práticas do trote tenha diminuído, pois o que se tem de relatos dos que se negam a participar dos trotes é de que aqueles que não participam sofrem com a exclusão das atividades universitárias de outras esferas. Compreende-se também que existe uma reprodução das ações dos veteranos com relação aos calouros, ou seja, um possível reflexo daquilo que eles também sofreram, portanto, há uma continuação estrutural e social do rito de passagem que aprenderam.

A lei deve visar à qualidade dos atos trotistas e buscar formas de garantir os direitos humanos dos que ingressam na universidade [...] A leia brasileira também deveria especificar que o fato de haver consentimento da vítima não

poderá ser utilizado durante a defesa dos réus. Dada a cultura instalada e a criação de expectativas geradas pelas mensagens midiáticas, pelos cursinhos, pelos colégios e pelas universidades, o consentimento não corresponde à realidade dos fatos. Em que está consentindo aquele que consente? Certamente não está consentindo em ser humilhado, ferido ou morto. Nossas leis também não permitem que alguém consinta em ser escravo, por exemplo (Almeida Junior, 2011, p. 169).

Não obstante, em alguns casos sofram ou sofreram com humilhações e as vezes até mesmo agressões, por vezes se sentem privilegiados por compor o grupo com uma grande satisfação em planejar o próximo trote, quando estarão ocupando uma outra posição a de veteranos, aqueles que serão responsáveis por planejar e reproduzir as ações aos novatos, o qual de acordo com Zuim (2002) “Alguns calouros querem ser trotados de maneira violenta. Senão, para eles, não significaria ser identificado como alguém que entrou na universidade”.

2.3.1- As leis Estaduais de São Paulo 10.454/99 e Rio de Janeiro 2538/96

A partir de relato da aplicação de um trote abusivo e ocasional na morte de um estudante da Universidade de São Paulo (USP) no ano de 1999 que a Lei estadual 10.454/99 foi criada com a intenção de proibir a realização dos trotes nas universidades estaduais, no estado do Rio de Janeiro a Lei Estadual 2538/96 considera o trote vexatório e\ou violento como crime. Em 2013 a Lei 6436/13 no estado do Rio de Janeiro passou a obrigar as universidades estaduais e privadas a alertar o corpo discente (calouros e veteranos) mediante divulgação de cartazes e panfletos informativos severamente ponderados pela legislação, informando que o trote, com práticas coercitivas, se configura em crime.

Estabelecendo no Artigo 1º. - que é vedada a realização de trote aos calouros de escolas superiores e de universidades estaduais, quando promovido sob coação, agressão física, moral ou qualquer outra forma de constrangimento que possa acarretar risco à saúde ou à integridade física dos alunos (Brasil, 1999).

Constrangimentos, os quais acabaram tomando proporções trágicas acarretando na proibição de suas práticas em muitos estados e Universidades, entretanto alguma dessas práticas se mantém constatando o fracasso da proibição, historicamente os trotes já apresentam traços de violências morais, físicas e

psicológicas havendo inclusive relatos de mortes (Zuin, 2011), porém essas práticas não é a única defendida pelos os envolvidos, muitos calouros e veteranos legitima as práticas a partir da ideia de que o trote são instrumentos de oportunidades de formar laços de amizade e confraternização o que traz uma outra perspectiva etnográfica do trote. (Vegini, 2016).

O cenário descrito anteriormente por Vegini (2016), atesta que existe uma ambiguidade presente nas representações sociais do trote por parte dos envolvidos o que nos instiga a averiguação da existência de contraposição nos trotes universitários na concepção dos alunos veteranos e calouros da UENF com relação a análise do trote como ação cooperativa ou ação coercitiva o que será possível através dos relatos das experiências vivenciadas por estudantes dos cursos de Graduação, na possibilidade práticas relacionadas à discriminação encoberta no trote Universitário.

Assim, colaborando com a autora acima, Almeida Junior (2011, p. 52) também “compartilha de uma forte evidência de ambiguidade nas relações trotistas”, ou seja, em geral, “aceita-se que existe um trote bom, uma brincadeira, e um trote mau, envolvendo violência física e psicológica. Mas ambos levarão a integração dos novos alunos.”

O trote é uma tradição universitária considerada como um ritual de passagem para o Ensino Superior e marca o início da vida acadêmica. Logo, é um momento importante de descontração e sonhado por muitos jovens que têm interesse de ingressar em uma graduação. Porém, no Brasil, desde seus primeiros registros, que são do século XVIII, existem muitas críticas e opiniões controversas sobre o trote. Para alguns é um meio de interação eficiente, mas, para outros, algumas atitudes já são consideradas abusivas (Carmo e Coutinho, 2022, p.148).

Ainda pensando nessas contraposições com relação aos tipos de práticas trotistas e as divergências de opiniões, a partir de um mesmo contexto, é relevante que as universidades sigam com a missão representativa de um lugar de produção de conhecimento e que garanta as possibilidades de defesas dos valores étnicos, democráticos e igualitários determinada a lutar contra as manifestações de discriminações que porventura podem estar enraizados nas práticas do trote.

O trote está presente na maioria das Instituições de Ensino Superior (IES), seja ela pública ou particular. As práticas sempre variam de um local para outro, mas quase todas praticam algumas semelhanças, como raspar a cabeça, usar tinta no corpo e pedir dinheiro na rua. Porém, em certas instituições, o trote, considerado brincadeira por alguns, pode ultrapassar o limite, levando as cenas de práticas abusivas, de violência e, até mesmo, de tragédia (Carmo e Coutinho, 2022, p.148).

Não obstante para o autor Almeida Junior (2011, p.170) “os alunos ingressantes não podem ser transformados em brinquedos dos trotistas sem que inúmeros direitos sejam violados”, portanto, mesmo com as variações existentes entre as práticas do trote apresentado acima, as pinturas dos corpos, ao raspar a cabeça e exigir que os calouros estejam nos semáforos pedindo dinheiro, são ações que expressam a hierarquia dos veteranos com relação aos novatos.

Hoje tal pretensão de ser identificado como o portador dos meios, que proporcionarão o processo de aculturação do calouro, não pode se delimitar apenas ao espaço da universidade ou das repúblicas. Ela precisa se vislumbrada principalmente no espaço virtual, o que engendra novas configurações para o trote entendido como processo de integração sadomasoquista na universidade (Zuin, 2011, p. 601).

Contudo, é relevante ressaltar que, as práticas trotistas tem apresentado uma espécie de evolução ao que se refere aos espaços, sendo assim, não podemos nesta pesquisa nos deter somente aos ambientes institucionais como republicas e as dependências das universidades, pois o trote tem sido aplicado ativamente fora das dependências das instituições e principalmente de forma virtual, arquitetando novas ferramentas e métodos para uma composição contemporânea no entendimento do trote dentro do processo de interação e integração dos calouros.

Ainda na questão das violações dos direitos, as práticas do trote, mesmo com a ausência de uma lei de âmbito federal, não são outorgadas juridicamente. Sendo possível atribuir aos agressores responsabilidades nas esferas: civil, penal e administrativa, diante da instituição de ensino. Ao que se refere a esfera administrativa, a autora Strazzi (2013) afirma que “os alunos que cometem trote violento podem estar sujeitos a penalidades”, cabe as instituições que promovam uma investigação seguidas de punições que eventualmente podem variar de uma para a outra. Com relação a esfera civil a autora apresenta que “a violência não é apenas física: ela pode ser também verbal, psicológica. Ou seja, para configurar violência não é necessário que se deixe marcas físicas”, deve ser levado em consideração a “dignidade da pessoa humana” fundamento medular da nossa Constituição brasileira.

Já na esfera penal, Strazzi (2013) “o trote universitário propriamente dito não esteja criminalizado, os atos praticados nos trotes podem configurar diversas infrações penais”, exemplificado a seguir: lesão corporal - Código Penal art.129;

ameaça – Código Penal art. 147; constrangimento ilegal – Código Penal art. 146; injúria – Código Penal art. 140; inclusive homicídio – Código Penal art. 121. Então é passivo de compreensão que quando o veterano obriga o calouro a ingerir bebida alcoólica contra sua vontade, essa ação pode ser enquadrada dentro do Código Penal ar. 146 de Constrangimento ilegal, ao cortar o cabelo do novato sem seu consentimento caracteriza-se em crime de lesão corporal, sendo esses somente alguns dos exemplos de violações que podem ocorrer nas práticas do trote universitário.

É significativo que o calouro entenda que ele não deve sentir-se obrigado a participar do trote, sendo válido, a tentativa de um diálogo aberto e sincero com os veteranos, o que por outro lado precisam respeitar as subjetividades e as liberdades individuais. Deste modo, é fundamental nessa pesquisa uma abordagem acerca dos efeitos dessas práticas na permanência ou não dos novos nas instituições de Ensino Superior, levando em consideração que o indivíduo não precisa aceitar o estado de subalternidade e dominação predominante dos veteranos, em busca da persistência no primeiro “ano crítico”.

CAPÍTULO III - O EXERCÍCIO DA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Alguns autores defendem que os estudos sobre a Evasão quase sempre são superiores aos estudos voltados para a Permanência, pesquisadores como Vincent Tinto (2006), Carmo e Coutinho (2022) evidenciam a importância de colocar em ação uma leitura positivista de mundo, ou seja, para além de um sujeito tido como passivo a sua subalternidade e dominação, mas como um indivíduo capaz de resistir e persistir a um sistema altamente controlador. Em conformidade com os autores Carmo e Coutinho (2022), “Daí a relevância dada à permanência, haja vista que esse é um fenômeno que propicia abordagens com sentido pragmático na busca pela qualidade da Educação”, sendo assim, pensar em soluções com embasamentos teóricos oportunizam que as Instituições Universitárias comecem a empreender em questões práticas de perseverança.

Evadir não é a imagem espelhada de permanência. Saber por que os alunos saem não nos diz, pelo menos não diretamente, porque os estudantes persistem. Saber por que o aluno sai não diz as instituições, pelo menos não diretamente, o que elas podem fazer para ajudar os alunos e persistir e ter sucesso. No mundo da ação, o que importa não são nossas teorias em si, mas como essas teorias ajudam as instituições a implementarem questões práticas de persistência [...] (Tinto, 2006, p. 6).

Acredita-se que um dos fenômenos que podem estar associado ao processo de permanência no Ensino Superior resulta de políticas de assistência estudantil e do envolvimento dos estudantes com as aprendizagens propostas pelas universidades. Cabe ressaltar também neste contexto, que o período de recepção/acolhimento promovido pelas instituições educacionais, direta ou indiretamente tendem a influenciar nesse processo de permanência do novato nos cursos de graduação. Assim sendo, compreende-se que a prática do trote também está de certa forma atrelada a esse processo, por ser um momento, a qual os calouros têm o primeiro contato direto com os veteranos de seus respectivos cursos.

[...] Infelizmente, as teorias atuais de abandono estudantil não são bem adaptadas a essa tarefa. Isso explica, por exemplo, o fato de que as teorias atuais de abandono/evasão estudantil normalmente utilizam abstrações e variáveis que são, por um lado, muitas vezes difíceis de operacionalizar e traduzir em formas de prática institucional e, por outro, focam em assuntos que não estão diretamente sob a influência imediata das instituições (Tinto, 2006, p. 6).

Retomamos neste momento, a umas das etapas do ritual de passagem conceituadas por Genep (1985) “a separação” que marca a entrada do sujeito nesse processo de integração, a etapa de “separação” ocorre após um período que antecede ao vestibular que posteriormente será festejado com a entrada do sujeito na universidade e o trote apresenta-se como um integrante que compõem as diversas maneiras de comemoração simbolizando quase de maneira explícita quem é o calouro, quem está ingressando naquele momento na instituição, lembrando que, como já foi dito anteriormente, nem sempre essas práticas estão restritas aos espaços institucionais, fazendo com que ganhe proporções, visibilidade e status social. De acordo com Almeida Junior (2011, p. 39) “em outras palavras, a busca da distinção social é um dos motivos para a aceitação do trote”.

Aprender sempre foi a chave para a persistência do aluno. Os alunos que aprendem são estudantes que ficam. As instituições que são bem-sucedidas em construir os meios que educam seus estudantes, todos e não apenas alguns deles, são bem-sucedidas em graduá-los. [...] Os alunos que estão ativamente envolvidos na aprendizagem, ou seja, que gastam mais tempo na tarefa, especialmente com os outros, são mais propensos a aprenderem e, por sua vez, mais propensos a permanecerem e a se formarem (Tinto, 2001, p. 4).

O autor Vincent Tinto (1975), desenvolveu uma padronização para o processo de integração do aluno anexado nos sistemas acadêmicos e sociais das universidades, Vincent buscava o entendimento acerca da permanência ser afetada ou não pela interação social e acadêmica nas instituições de ensino superior. Para o autor, ao iniciar na vida acadêmica os alunos trazem particularidades formais e informais provenientes de âmbitos educacionais e familiares, os quais acabam influenciando nos propósitos de cunho individual e a projeção da força de trabalho. Ainda para o autor, quando o estudante participa ativamente do seu processo de aprendizagem, e conseqüentemente dedicam o seu tempo nas tarefas desenvolvidas em grupo, tendem a permanecerem nessas instituições de ensino superior.

Desde 1987 Tinto vem destacando o período das seis semanas iniciais como o período mais complicado e crucial para a permanência do estudante na sala de aula. As primeiras semanas do primeiro semestre são marcadas pelo ajustamento ao meio acadêmico e pelo surgimento de novas relações sociais. Todavia, esse momento não é fácil para todos os estudantes que estão ingressando no Ensino Superior, principalmente para aqueles que estão fazendo a transição do Ensino Médio para a universidade. Quando não

consegue se adequar a esse momento de transição, o estudante está sujeito ao abandono precoce da universidade (Carmo e Coutinho, 2022, p. 141).

Existe a compreensão de que há vários fatores que corroboram com a permanência ou não do estudante dentro desses espaços, mas é de suma importância destacar que não são ações isoladas que garantirão o sucesso da permanência, porém são práticas de cunho coletivo que permitirão ao aluno ingressante uma melhor adequação ao momento de transição desse sujeito perante as novas relações sociais, mesmo não sendo um momento fácil, porém necessário. Os autores Carmo e Coutinho (2022) favorecem a percepção da idealização de Vincent Tinto a respeito da permanência no “primeiro ano crítico” e a integração social desse estudante, afirmando que,

Os recém-ingressos devem receber o apoio da instituição e do corpo docente desde os momentos iniciais de recepção, visando a garantir adaptação e integração dos estudantes à nova realidade. Contudo, convém que esse apoio seja ininterrupto e não somente aplicado durante as seis primeiras semanas, pois, se a dificuldade em se adaptar pode ser transitória e momentânea para alguns, para outros pode ser um problema que aflige toda a vida universitária (Carmo e Coutinho, 2022, p. 141).

Os novatos chegam nas instituições de ensino superior com novas atribuições e responsabilidades, seja nas atividades acadêmicas, seja nas questões pessoais, necessitando de uma movimentação de grupos de apoio que objetivam envolver os estudantes contribuindo para que flua uma adaptação e integração aos espaços institucionais e ao curso de graduação, com a intenção de evitar que os ingressantes comecem a sentir o dissabor do isolamento e da solidão. Sentimentos e emoções que se fazem tão presentes entre os recém-chegados a um ambiente totalmente diferente do que estão acostumados, seguidos da dificuldade de envolver-se com os novos colegas, a instituição e com o corpo docente.

Nesta perspectiva, o modelo desenvolvido para a compreensão sobre o processo de integração do estudante nas instituições educacionais, a partir das idealizações de Vincent Tinto, contribui de forma expressiva com a pesquisa, pois, além de abordarmos as questões sobre as práticas do trote nos Centros de Pesquisa da UENF, buscamos também compreender os fenômenos que cooperam para que o ingressante, também conhecido por calouro, possam utilizar para superar o “primeiro

ano crítico” e principalmente se as práticas trotistas nesses Centros de Pesquisa atuam de forma positiva para a permanência desse aluno.

3.1 O trote e o primeiro ano crítico do Ensino Superior: calouros e veteranos

Tinto em sua obra deixa evidente o seu ponto de vista acerca do “primeiro no crítico” em uma universidade, a transição que ocorre entre o ensino médio para o Ensino Superior modifica radicalmente as várias responsabilidades desse indivíduo, inclusive as novas regras e as possibilidades de um convívio social novicio. Sendo assim, o autor considera que o “primeiro contato entre veteranos e calouros” precisa ser visto como uma tarefa totalmente relevante e fundamental para a garantia da permanência destes. Pressupondo, que o acolhimento/recepção é uma ferramenta que de fato gera um entrosamento e conseqüentemente, a possibilidade de maiores chances de o calouro permanecer na universidade.

Nesse sentido, apostamos na hipótese de que o primeiro contato entre calouros e veteranos com a instituição pode ser considerado de extrema importância para a continuidade desses alunos. Considerando o acolhimento como ferramenta que gera envolvimento e pelo fato de essa condição possibilitar maior chance de permanência do estudante na universidade [...] (Carmo e Coutinho, 2022, p.137).

A partir dessa ideia de que o acolhimento colabora e atua como um instrumento que permite ao novato um envolvimento individual e coletivo dentro e fora das dependências das universidades, viabilizando maior oportunidade de que o estudante permaneça na instituição e no curso de graduação pretendido inicialmente.

Para uma permanência eficaz, é necessário esforço de todos os lados, ou seja, dos alunos, do corpo docente e da instituição. Referindo-se ao corpo docente, Tinto enfatiza a necessidade de ele se envolver mais nos esforços da permanência. Nas atribuições das instituições de Ensino Superior, o autor aponta a necessidade de se implementarem programas institucionais de permanência que promovam iniciativas voltadas para mudar as experiências dos alunos, com destaque para o crítico primeiro ano (Carmo e Coutinho, 2022, p. 139).

Portanto, as instituições de ensino superior também têm papel significativo no processo de permanência do aluno, Tinto (1999) que todos possuem papéis relevantes nos momentos de acolhimento/ recepção dos novatos. E esse envolvimento é fundamental para uma sala de aula bem-sucedida, e aos veteranos

cabe o papel principal nesta relação ao que se refere o envolvimento, pois é a partir dos veteranos que muitas das atividades são elaboradas, desenvolvidas e aplicadas. Sendo assim, os veteranos devem investir em práticas que busquem um entrosamento dos calouros ao Centro de Pesquisa, a instituição e a ideia de pertencimento, real a esses espaços.

Vicente Tinto evidencia então em seus diversos artigos, que a obtenção do sucesso da permanência está ligada a observação dos ingressantes no primeiro ano destes nas universidades, o autor sempre busca destacar aquilo que ele considera como condições primordiais para a eficácia da permanência, sendo assim elencadas: expectativas, apoio, feedback, envolvimento e aprendizagem. Considerando essas condições citadas pelo autor, é necessário evidenciar que elas parecem fundamentais, no contexto de sala de aula, tencionando um sucesso acadêmico e consequentemente a permanência do estudante.

Logo, é basilar que façamos menção as condições caracterizadas por Vicente Tinto, mesmo que de forma sucinta, para que auxilia para melhor entendimento, a partir da ótica do autor. Então, assim sendo a primeira condição é descrita pela expectativa que "(...) é mais provável que os alunos persistam e se formem em ambientes que tenham expectativas altas e claras para o desempenho dos alunos". (Tinto, 1999, p. 2)

A segunda condição de acordo com o autor é descrita como o apoio, Vicente Tinto (2012, p.5) "uma característica fundamental desse apoio é estar alinhado ou contextualizado às demandas da sala de aula e, assim, permite que os alunos traduzam mais facilmente o apoio que recebem em sucesso na sala de aula". Ou seja, esse apoio deve ser ofertado pelos alunos veteranos, assim também como pela instituição como um todo. A terceira condição pontuada por Tinto seria o feedback, uma devolutiva ao aluno, principalmente neste primeiro ano marcado pela adequação do aluno ao ambiente universitário. Para o autor "(...) os alunos têm mais probabilidades de ter sucesso em salas de aula que avaliam o seu desempenho e expressam opinião" (Tinto, 2012, p. 5).

O envolvimento é a quarta condição mencionada por Tinto "(...) a importância da integração acadêmica e social ou do que é mais comumente designado por envolvimento ou engajamento na retenção de alunos" (1999, p. 3). Sendo assim, o autor defende que quanto mais envolvido o estudante estiver, seja com o meio

acadêmico ou social, maior é a oportunidade de ele obter sucesso na sua trajetória acadêmica. Não menos importante, mas a quinta e última condição sinalizada pelo autor é a aprendizagem, acredita-se que, nas palavras de Carmo e Coutinho (2022) “quanto mais o estudante estuda e toma gosto por aprender o que está cursando, mais valor ele dará aos estudos”, finalizando assim, as cinco condições evidenciada por Vicente Tinto em suas obras.

Para Vicente Tinto (2001) os estudantes ao serem incentivados ao desenvolvimento do processo de aprendizado, tendem a ter mais chances em resistir e permanecer nos espaços universitários. Logo,

Aprender sempre foi a chave para a persistência do aluno. Os alunos que aprendem são estudantes que ficam. As instituições que são bem-sucedidas em construir meios que educam seus estudantes, todos e não apenas alguns deles, são bem-sucedidas em graduá-los. Novamente, o envolvimento parece ser a chave. Os alunos que estão ativamente envolvidos na aprendizagem, ou seja, que gastam mais tempo na tarefa, especialmente com os outros, são mais propensos a aprenderem e, por sua vez, mais propensos a permanecerem e a se formarem (Tinto, 2001, p. 4).

É sabido que a persistência dentro do ambiente educacional se apresenta como um dos fatores relevantes que colaboraram para que o aluno aprenda e mantenha uma interação com os demais. Estar ativamente envolvido com esse processo de aprendizagem é compreendido pelo autor como a chave que conduz o aluno a permanecer na graduação e conseqüentemente chegarem até a formatura. Em conformidade com esse raciocínio, Tinto (2002), ao abordar sobre as condições da IES que contribuem para a permanência do estudante, reitera o seguinte:

Os estudantes têm maior probabilidade de persistir e se formar em ambientes que oferecem suporte acadêmico, social e pessoal. A maioria dos alunos, especialmente aqueles em seu primeiro ano de faculdade, necessitam de algum tipo de auxílio. Alguns podem necessitar de assistência acadêmica, enquanto outros podem precisar de apoio social ou pessoal. Para outros, isso pode significar encontrar um “porto seguro” em um mar de colegas desconhecidos. O apoio pode ser fornecido de formas estruturadas, como em programas de verão, programas de mentor e clubes de estudantes ou pode surgir no funcionamento cotidiano da instituição, como em contato com o corpo docente e equipe de assessoramento. De qualquer forma, o que importa é que a prestação de apoio serve para centrar, e não marginalizar, os alunos no campus (TINTO, 2002, p. 95).

Dito isto, devemos pensar nos vários fenômenos que contribuem com o processo de permanência dos estudantes novatos no primeiro “ano crítico”, assim

como levantarmos um entendimento acerca da permanência dos alunos que ingressaram por meio das Ações Afirmativas, visto que, os estudantes que geralmente utilizam desse recurso necessitam de maior esforço para garantir sua permanência dentro desses espaços institucionais. Sendo assim, as percepções de Vincent Tinto (2002), nos conduz a refletir sobre a importância das políticas de assistência estudantil no acesso e na permanência nas Universidades, ou seja, estudantes que são assegurados, na prática por políticas de acesso, como Programa Universidade para todos (PROUNI), Sistema de Seleção Unificada (SISU), Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

3.2 A permanência dos estudantes que ingressaram por Ação Afirmativa

A ideia, portanto, é a de construir uma identidade positiva aos estudantes aprovados pelo sistema de cotas entendendo a cota racial como manifestação social e histórica positiva construída pela população negra. Em nossa opinião, ser estudante cotista é ser fruto de uma história de lutas contra a segregação e discriminação racial (Meira, 2013, p. 22).

A política de ingresso nas Instituições de Ensino Superior na rede pública tem aumentado significativamente a quantidade de estudantes classificados dentro de um grupo marginalizado e vulnerabilizados socioeconomicamente dentro das universidades pelo Brasil. O que é um avanço, mas não é garantia segura de que este permanecerá nessas universidades devidos a vários fatores que atravessa o processo de permanência.

No entanto, entende-se que em alguns casos os recursos destinados as políticas de apoio a permanência dos estudantes não são suficientes para suprir tais carências estudantis. Sendo assim, a permanência desse estudante acaba sendo prejudicada na falta de um suporte e apoio necessário para a sua trajetória, que vai do ingresso até a formatura da graduação.

Para uma breve compreensão desse processo histórico sobre as ações afirmativas, devemos pensar sobre os atores e as lutas que estiveram fortemente envolvidos com esse processo. As políticas de Ações afirmativas é uma luta globalizada articulada em diversos países, porém no Brasil a implementação das políticas de Ação Afirmativa por meio de cotas, surge como uma primícia de reparação história fundamentada na discriminação e nas desigualdades socioeconômicas do

nosso país, com a intenção de que a sociedade brasileira seja embalada pela equidade ao acesso as universidades públicas.

As desigualdades socioeconômicas, culturais, religiosas e étnicas ditam as regras do mundo e determina os grupos definidos como vulneráveis, nesse sentido, historicamente os grupos sociais desfavorecidos são afetados por fenômenos discriminatórios, econômicos, fatores sociais que favorecem e acentuam as diferenças, de acordo com Nunes (2016) “coibindo as oportunidades de equidade no acesso a bens e serviços que favorecem a ascensão social”.

Desse modo, há resistências e lutas pelos movimentos sociais organizados, com suas representações políticas, na busca de alternativas para uma sociedade mais justa que propicie maior equidade social. Sendo assim, as políticas de ações afirmativas são consideradas uma alternativa focal para atender a grupos específicos que por diversos fatores acumularam perdas sociais que conduziram à situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, o contexto histórico de alguns países que fizeram uso das políticas de ação afirmativa tem relevância para compreendermos os fatores que serviram de base para as definições dessas políticas na educação superior pública do Brasil (Nunes, 2016, p. 29).

Uns dos movimentos que movimentaram as lutas em prol da implementação dessas políticas, foi o movimento negro. As políticas de Ações Afirmativa transpõem as medidas que perpassam a inclusão social da massa desfavorecida, com a intenção recobrar dívidas históricas que sempre garantiam e sustentavam as desigualdades sociais e a segregação. Combater a exclusão social e discriminação racial são os pilares dessas discussões que fortalecem as lutas para a aplicabilidade de políticas de Ações Afirmativas no Ensino Superior.

Para Domingues (2007) o movimento negro é compreendido como “[...] a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural”. (Domingues, 2007, p. 101).

Entre os anos de 1889 até 1937, foi apontado pelo autor Domingues (2007) como sendo a primeira etapa do movimento negro organizado na república no Brasil. Período, o qual, predominou o desenvolvimento de ações de natureza social, jornalístico e educacional, apesar disso, as denúncias de seletividade praticada no governo Vargas em 1930, discriminação e desigualdades raciais envolto a um caráter extremamente excludente, compunham esse cenário.

Apesar de sermos maioria da população no território brasileiro, afrodescendentes, ainda ocupamos menos espaços nas instituições de Ensino Superior. Nunes (2016) em sua pesquisa, trouxe indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE)⁶, atribuída a taxa de frequência líquida⁷, demonstraram que em 2013, dos jovens entre 18 e 24 anos, apenas 16,4 % conseguiram ingressar nas universidades do Brasil, sendo que os declarantes da cor branca representaram 23,5% e os da cor preta ou parda 10,8% (IBGE, 2014).

De acordo com Nunes (2016) as vagas nas Universidades públicas brasileiras, no ano de 1990, sempre foram ocupadas por estudantes de classes dominantes socialmente, culturalmente e economicamente falando, ou seja, os indivíduos que sempre estudaram em escolas particulares eram os que predominavam nas aprovações dos exames vestibulares que determinavam quem estaria apto a ingressar na Universidade. Assim, as desigualdades, as discriminações dos afrodescendentes e em situação de vulnerabilidade socioeconômica tinham as oportunidades de acesso as Universidades quase que nulas, sendo necessário políticas educacionais no âmbito da Educação Superior que minimizassem essas desigualdades, buscando uma igualdade de oportunidades de acesso e permanência nas IES.

A partir então desse entendimento, as políticas educacionais para a Educação Superior, considera necessária a aplicabilidade de Ações Afirmativas que se justificam por vários fatores, segundo Nunes (2016);

Reparação pelas perdas imensuráveis no período de escravidão no Brasil; O surgimento tardio da Universidade no Brasil, uma vez que, a primeira instituição a se firmar foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920; Ausência de políticas educacionais voltadas para a facilitação do acesso das populações de baixa renda à educação superior pública; Diminuição das injustiças mediante equidade no acesso à educação dos grupos historicamente excluídos e desfavorecidos; (Nunes, 2016, p. 44).

Em concordância com a citação de Nunes, as conceituações e reflexões de Bourdieu que explicam acerca das desigualdades educacionais, é perceptível que de

⁶ O IBGE é um provedor de dados e informações do país, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

⁷ Taxa de frequência líquida ou Taxa líquida de matrícula representa a razão entre o número de matrículas de estudantes que se encontram na idade recomendada para cada um dos níveis e/ou etapas da educação em relação à população total da mesma faixa etária.

fato a aplicabilidade das políticas de Ações Afirmativas, sejam necessárias para o ingresso na Educação Superior, possibilitando uma equidade na concorrência para se inserir nesses espaços, fortemente elitizados. Gerando para além do acesso, oportunizando um equilíbrio na diversidade de capital cultural, no ambiente universitário, que de certa forma, tende a reparar a violência simbólica sofrida pela população de origem popular, com a dominação cultural legitimada de uma elite que predominavam nos espaços universitários.

Nessa conjuntura, o conceito de violência simbólica concebido por Bourdieu (2002) é muito apropriado quando a cultura existe predomina, e, imposta de maneira autocrático às classes de origem popular. Quando se impõem e ignora a cultura de uma sociedade, estabelecendo valores dominantes que não são característicos a essa sociedade, o que se configura então, na prática da violência simbólica. Toda essa coação é de certa forma legitimada pelo dominado, pois ele considera natural e lícito seguir os ensinamentos da nova cultura determinada e posta.

3.3 Um breve histórico sobre as políticas da educação superior nos anos de 2003 a 2014: ingresso e permanência em questão

Nesta seção, apresento um breve histórico das políticas de educação superior a partir de ações referente aos governos do presidente Lula e Dilma Rousseff. Busca-se uma compreensão brevíssimo das implementações de novas políticas para educação superior a partir da posse de Lula em 2003 e posteriormente suas mudanças que enfatizam a possibilidade do ingresso e apoio à permanência do estudante no curso.

Nunes (2016) ressalta que uma das primeiras ações ocorrido no governo Lula, em 2003, foi o anúncio de possíveis mudanças nas políticas de Educação Superior, a partir do decreto de 20 de outubro de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), esse grupo tinha a função de analisar a situação da Educação Superior brasileiro, e, sequencialmente apresentar planos de ações que reestruturasse as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O GTI apresentou relatórios que posteriormente foram criticados e diversos questionamentos que ocasionou o retrocesso na promoção de estratégias que elencariam as mudanças na Educação Superior.

Contudo, as modificações feitas nas políticas educacionais focada na Educação Superior, iniciam-se a partir de apresentações de propostas de expansão

das IES públicas e conseqüentemente no aumento das vagas, de instituições e novos métodos de avaliação do Ensino Superior. Esses métodos de avaliação, de acordo com Nunes (2016, p. 60) buscou a regulamentação e o controle “das instituições de educação superior com funções técnicas de interesses mercadológicos para atender às exigências neoliberais”.

A Lei número 11.096 de 13 de janeiro de 2005 implementa o Programa Universidade para Todos (PROUNI) para atender estudantes carentes, oriundos de rede pública ou privada que tencionava ingressar em IES privadas, a partir de concessão de bolsas de estudos parciais ou integrais nos cursos de Graduação (Brasil, 2005).

O fortalecimento do ENEM, como objeto de avaliação de ingresso na Educação Superior, assim como o SISU, suprimiu a soberania do vestibular nos processos seletivos na Educação Superior Pública que buscou a mudança nos estilos de prova disponibilizando uma maior flexibilidade aos estudantes com o SISU, em 2007 com o lançamento do REUNI, beneficiou e possibilitou a expansão das Universidades Públicas, que de acordo com Nunes (2016) passaram de 45 para 63 além do acréscimo de vagas. Olhando para o período de 2003 a 2013, os acessos na modalidade presencial nas IFES, cresceram em 87,69% nos ingressos e 76,66% nas matrículas e aproximadamente 30% no número de concluintes (INEP, 2003, 2013).

Destinado aos estudantes com vulnerabilidades socioeconômicas, o PNAES, lançado em 2007, é considerado o principal programa de apoio à permanência, essencialmente, a partir da Lei de Cotas⁸ de 12.711 de 29 de agosto de 2012 que tem beneficiado o ingresso de estudantes de baixa renda. Segundo as autoras Maciel, Silva e Veloso (2015) “[...] a taxa de concluintes é um indicador importante para avaliar a permanência do estudante, visto que resulta do cálculo do número de concluintes, transcorridos quatro anos após o ingresso” (Maciel, Silva e Veloso, 2015, p. 257).

⁸ A Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) reserva 50% das vagas das instituições federais de ensino superior para Ampla Concorrência e 50% é distribuída em quatro tipos de vagas: a) - candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. b) - candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. c) - candidatos que, independentemente da renda (Art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. d) - candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (Art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Apesar dos esforços, e as implementações de políticas de educação superior, ainda não conseguem dar apoio a todos os estudantes de vulnerabilidades socioeconômicas que ingressam nas Universidade públicas brasileiras. Conseqüentemente, essa carência constitui uma grave ameaça a permanência e conclusão da graduação. É importante, no entanto, estabelecer uma interlocução com os estudantes, com a intenção de gerar indicadores de permanência, a fim de, acompanhar a trajetória acadêmica desses estudantes nas graduações, buscando uma aproximação factual para concretizar melhorias nas políticas de apoio e acolhimento do aluno.

CAPÍTULO IV - CORPOS INDESEJADOS: REPRESENTAÇÃO DOS TROTES PARA OS ALUNOS ORIUNDOS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

A história dos Trotes nas Universidades brasileiras surge a partir do século XIX, geralmente a ocorrência de trotes pode ser apenas uma ação com o intuito de brincadeira, recepção e/ou integração, assim como para outros atores o trote pode ser definido como uma ação de violência moral e eventualmente física (Zuin, 2002), porém é relevante pensar no seu potencial para influenciar de forma sutil os envolvidos que buscam a aceitação e não querem se indispor com o grupo de veteranos. O sistema Hierárquico constitui as relações sociais, sendo assim, até mesmo dentro do cenário Universitário perpetua as relações de poder.

Existe a compreensão de que se caminha para um aumento da divisão entre as opiniões dos calouros em relação ao assunto, segundo Almeida Junior (2011, p. 55) “pensamos que estes dados corroboram com a hipótese de que, longe de promover a integração dos alunos, o trote divide os alunos no campus, criando e reforçando conflitos difíceis de serem reconciliados”, o mesmo ainda enfatiza que a prática trotista apega-se fortemente há discursos que possibilitem a sua legitimação, exemplificados a seguir:

O trote é uma forma de integração”; “o novo aluno precisa fazer amigos”; “o trote é tradição”; “o trote não tem maiores consequências”; “aqueles que rejeitam o trote são fracos, não são homens”; “o trote é brincadeira”; “só participam os alunos que querem”; “o trote promove amizades para a vida inteira”; “o trote é divertido (Almeida Junior, 2011, p. 55).

Contudo, esse discurso de validação das práticas do trote, em muitos casos não se fundam, ao que se refere a realidade acadêmica, pois na realidade a maioria das práticas são abastecidas de ações que remetem a coação, a violência física ou psicológica que podem se perpetuar indeterminadamente. Além de ecoar um forte discurso de legitimação propagado pela mídia, em um grande esforço de preservar o rito de passagem, distanciando-o da sua relação íntima com a violência e do interesse de sustentação da hierarquização e subordinação dos desprotegidos socioeconomicamente e racialmente.

Nesse sentido, abordarmos a equidade social como dispositivo para reprimir as violações dos direitos que refletem dentro das Universidades, a partir do ingresso dos estudantes, pensando em contextos marcados pelo fortalecimento do sistema

hierárquico que estimula a discriminação como mecanismo de manutenção de controle e subordinação dos desfavorecidos, não obstante dos cenários acadêmicos.

Nas palavras de Almeida Junior (2011),

A instituição trotista vê o trote como uma forma de controlar os alunos, de instaurar uma cultura que considera favorável. A dominação do grupo trotista, normalmente envolve um endeusamento da instituição. A instituição é colocada como uma grande mãe que não deve, de modo algum, ser criticada. As atividades efetivamente desenvolvidas pela instituição, seu papel como centro de pesquisa, sua vinculação com o restante da sociedade, a justiça de seu processo seletivo, sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social pouco importam. A instituição deve ser louvada de qualquer forma. O grupo trotista se ocupa dessa louvação institucional e as práticas do trote incluem doutrinação dos novos alunos nesta direção (Almeida Junior, 2011, p. 146).

Aos alunos, que estão de alguma forma, envolvidos no ato do trote universitário, seja no papel de calouro ou como veterano precisam ter o raciocínio e a reflexão das questões que estão vinculadas aos preconceitos, violências e exclusões nas relações entre os indivíduos, assim sendo, dentro da ação do trote universitário é plausível que a interação entre calouros e veteranos evolua e elabore um raciocínio reflexivo de suas práticas abusivas dentro desse contexto.

Portanto, considerar como os calouros compreendem a etnografia social do trote universitário comparando com as concepções dos veteranos, a partir de um mesmo cenário, assim como argumentar sobre as atitudes preconceituosas, que podem estar explícitas no trote universitário, pensando de uma abordagem das relações interseccionais⁹ de poder existente nas relações sociais em nossa sociedade, e que de certa forma reflète nas ações dentro das universidades, ou seja, pode o trote ser ainda compreendido como uma prática que contribui para que perdue a discriminação reproduzindo um ato de poder nas universidades a partir da interação entre veteranos e calouros nos Cursos de Graduação na UENF.

Partindo da ideia de propor aos calouros um ambiente justo e inclusivo que garanta de fato a permanência de estudantes que antes eram discriminados e

⁹ As relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins, 2020).

historicamente marginalizados pela sociedade, é que se busca a partir das representações atribuídas ao trote universitário, aspira-se uma análise do quão convencido podem estar os envolvidos quanto às representações dos veteranos, como sendo uma prática cooperativa e não coercitiva, sendo mais um dos exemplos dos atos que são naturalizados por nossa sociedade.

A ruptura do modelo de ingresso às Universidades brasileiras, enaltecida pela a meritocracia e marcada pela presença da elite, que começa a passar por um momento de interrupção do modelo antigo de entrada na instituição Superior de Educação, as ações afirmativas que deve ser compreendida para além das “cotas”, assim evidenciado por Medeiros (2015) ou seja, para o autor “o principal efeito das ações afirmativas é produzir debates”, portanto, através do se conhecer é possível “promover um enfrentamento” significativo às questões discriminatórias alicerçadas em nossa sociedade e conseqüentemente nas relações sociais promovidas pelas práticas do trote.

4.1 O trote como relação de Poder: passado e presente

É interessante, ressaltar o conceito de Necropolítica¹⁰ o relacionando ao racismo, de acordo com a autora Rosane Borges a estratégia é de “eliminação de um inimigo e as favelas”, ou seja, com a possibilidade de classes tidas como inferiores assim como também as raças de “base” tendo acesso aos espaços universitários, essa ação se torna uma ameaça aos que defendem a soberania do Estado.

Ponte – Como neopolítica e racismo se relacionam? **Rosane** – A política de morte, ou como o próprio Achille Mbembe vai dizer, a necropolítica adota tipografias da crueldade. São os lugares em que se tem licença para matar. Lugares subalternizados, com uma densidade negra. Então, quando a gente junta necropolítica com raça e com racismo, a gente vai ver que essa política da morte tem um endereço. Por que se fala em genocídio da juventude negra brasileira? Porque se mata negros e os números são exorbitantes (PONTE, 2019, trecho da entrevista).

Sendo assim, a política de morte e os tipos de crueldades, que estruturam a Necropolítica, estão presentes nas práticas do trote, uma vez, temos acesso a relatos,

¹⁰ Necropolítica é um conceito filosófico que faz referência ao uso do poder social e político para decretar como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer; ou seja, na distribuição desigual da oportunidade de viver e morrer no sistema capitalista atual (Mbembe, 2018).

através da difusão midiáticos, de mortes ou quase mortes de calouros após serem submetidos a essas ações. Assim como a Necropolítica exerce domínio e controle sobre lugares e pessoas subalternizadas, o trote violento e discriminatório tem como alvo ele público.

Para Mbembe,

A expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (Mbembe, 2018, p.123).

A ambiguidade atribuída às práticas do trote universitário, reflete que nos centros de Pesquisa da UENF as práticas das ditas “recepções” têm assumido uma postura extremamente de subalternidade dos alunos calouros em relação aos veteranos. O que para alguns esses “ritos de passagem” funciona como um marco de cooperação e boa vontade, para outros o trote é visto como uma ação abusiva e violenta, ou seja, um ritual que reproduz a relação de poder.

As relações de poder estão sempre situadas no interior de micro lutas, que ocorrem, sobretudo entre indivíduos, uns em relação aos outros, e se caracteriza por sua produtividade: “se o poder tivesse apenas a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil (Foucault, 2003, p.148).

Desse modo, o trote violento, caracterizado como “ritual de passagem”, coloca em evidência a ocorrência de discriminações em diversas instancias e categorias, tendo um papel nefasto no início da interação entre os envolvidos. Os reflexos da vulnerabilidade dos acadêmicos ingressantes são evidentes, principalmente porque antes esses espaços estavam distantes da realidade. Porém com as mudanças de acesso, que oportunizaram aos desfavorecidos acessos ao Ensino Superior, os velhos hábitos continuavam ativos, e o trote remete e reitera de forma sutil a subordinação, dominação e controle do indivíduo em troca de uma aceitação limitada e dosificada.

4.2. O trote Universitário: como legitimador das discriminações sociais

As práticas do trote que são realizadas no ingresso a Universidade, muitas vezes são ferramentas de reprodução de atitudes discriminatórias, em relação às mulheres, negros e a população LGBT, reprodutoras de ações tais como homofobia, sexismo, racismo, xenofobia e desvalorização econômica. As manifestações discriminatórias dentro das instituições de Ensino Superior podem representar de certa forma um sinal de repúdio as políticas de ações afirmativas de inclusão social e reserva de vagas, que reforçam os discursos meritocráticos externado aos status sociais.

Sendo assim, o texto tenciona apresentar, de forma breve, alguns conceitos como: raça, racismo, discriminação, preconceito, racismo estrutural, ações afirmativas, Igualdade material, igualdade formal e Necropolítica que permitirá uma reflexão ativa para o enfrentamento das discriminações que evidencia a relação existente entre dominado e dominador presente até mesmo nas práticas de recepção e interação, adotadas por alguns veteranos ao reproduzir práticas de um Trote violento e racista dentro ou fora das dependências da Universidade.

Romper com a persistência da dominação e subordinação de traços coloniais mesmo após anos de abolição da escravidão, tem sido desafiador, principalmente quando vivemos em uma sociedade que a todo custo busca a naturalização do racismo, existe uma reprodução quase que espontânea de práticas que nos são ofertadas, desde muito tempo, por nossos algozes. E o trote é um dos exemplos que ganha evidencia e desperta a curiosidade dentro desse contexto, pois essas práticas estão presentes nas relações sociais desde o início das universidades europeias.

Parafraseando, Almeida (2017) a sociedade contemporânea precisa ser entendida a partir da apreciação de raça e racismo, ao que se refere à definição de raça o autor preocupa-se a desvelar os artifícios de dominação constituída até mesmo na modernidade de manutenção do conceito de raça associados às questões biológicas e geográficas dos indivíduos, ou seja, a hierarquização das relações existentes entre os sujeitos que corroboram para que se justifiquem as desigualdades, sendo ainda hoje vista como “fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários” (Almeida, 2017, p. 22).

De acordo com Cuti,

Racismo é isso. Mas, com consequências inimagináveis de violência, tortura, morte e perversa exclusão. Isso porque racismo implica em crença, dominação e ódio. E existe porque existe gente que acredita nele e desenvolve dentro de si os preconceitos (ideias, sentimentos e emoções) contra o diferente e acabam praticando a discriminação (impedimento de acesso ao emprego, humilhação, desprezo, violência etc.) contra os tais diferentes. (Cutí, 2010, p.2)

Sendo assim, não tem como dissociar essa relação de poder das expressões racistas que exalam dominação e violência contra os que são considerados diferentes e inferiores, e as práticas do trote que reproduzem essa relação tencionam de certa forma dificultar o acesso da massa populacional negra, feminina, deficiente, entre outros de permanecerem nos espaços elitizados pela sociedade não obstante os ambientes educacionais de nível superior. Portanto, Cutí afirma que “A prática do racismo desagrega a sociedade e impede seu potencial humano de se manifestar plenamente. E o Brasil precisa de coesão do seu povo para ter equilíbrio social e prosperidade sustentável” (Cutí, 2010, p. 2).

As práticas do trote quando ligadas as ações que expressão o racismo, sendo justificado como forma de “brincadeira” apresenta-se como uma superioridade seja individual ou do grupo para com os desfavorecidos, essas práticas disfarçadas de acolhimento buscam camuflar as humilhações e violências direcionadas aos calouros negros dentro e fora das dependências das instituições universitárias. É como se tivesse um espírito de legitimidade das práticas violentas, a partir de um “sentimento de superioridade congênita, por que se tem a pele e olhos claros, nariz estreito e cabelo liso [...]” (Cutí, 2010, p. 3).

A prática do racismo usa como principal arma a humilhação dos negros. Desde um escrito maldoso em porta de banheiro até a violência de um policial ou de um bandido que pode levar à morte um inocente ou mesmo um culpado sem julgamento, o racismo atua como crença de superioridade grupal. É porque muitas pessoas acreditam nele que se acham no direito de humilhar e violentar os outros (Cutí, 2010, p.3).

Cordial, o autor Medeiros (2015) aborda que o conceito de raça está associado às questões sócio-históricas que foram estabelecidas, a partir das relações hierárquicas com povos de “base” entre os séculos XV e XVI. Para conceituar

racismo¹¹ Almeida Junior (2017) utiliza de recursos associados às categorias de discriminação racial que são estruturadas nas relações de poder e suas vantagens e privilégios da “cor da pele”. Dialogando com o autor apontamos no texto o conceito de discriminação racial, por Medeiros (2015) onde a discriminação precisa ser compreendida para além dos conceitos literários, mas como práticas reais e vivenciadas por nós negros diariamente.

Segundo Nogueira,

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem (Nogueira, 2006, p. 292).

Sendo assim, reconhecer, dialogar e combater as práticas que contribuem para o fortalecimento e enraizamento de ações que enaltecem essa relação de poder existente nas interações sociais dos calouros e veteranos, renovados a partir da manutenção das práticas ritualísticas atribuída historicamente ao Trote Universitário sem que haja um enfrentamento por parte dos envolvidos. É necessário que transcorra um entendimento e reconhecimento do que seriam essas práticas abusivas de violências, contra os direitos atribuídos nas esferas jurídicas, econômicas e sociais de nossa relação com o outro.

O racismo estrutural, a partir das práticas do trote oportuniza o entendimento de que o racismo quando presente nestas ações de recepção dos novatos, neste contexto de interações sociais entre alunos, mas sendo apreciada como um conjunto de práticas que se articulam de forma conscientes ou não, e até mesmo institucionalizadas, que trabalham para normalizar, além das questões de anomalia comportamental individual ou coletiva, ou seja, o racismo estrutural seria o

¹¹ Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. Embora haja relação entre os conceitos, o racismo difere do preconceito racial e da discriminação racial. (ALMEIDA, 2017, p. 22).

funcionamento “normal” da sociedade, o qual somos a engrenagem, “relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares” (Almeida, 2017, p.52).

No entanto, ao afirmar a existência de um racismo estrutural¹² Almeida (2018) reafirma que a estrutura da sociedade é firmada em desigualdade racial, racismo, preconceito e discriminação e, portanto é relevante que se pense em medidas que possam minimizar as sequelas das opressões sofridas pelos os menos favorecidos, contudo Sodré (2023) discorda quanto à existência de um racismo estrutural, assim como defendida e apresentada anteriormente, para o autor as “estruturas são feitas para não funcionar. Ele está falando da estrutura jurídica, da estrutura econômica. As estruturas aqui são feitas para não funcionar. Por que a única que funcionaria seria o racismo?”. Talvez o fato seja que, o racismo é a única estrutura que perdura, administra, mantém fielmente as relações de poder aos moldes do colonialismo com respingos na contemporaneidade, principalmente ao que se refere o controle dos subalternos e a manutenção dos dominados.

Portanto, as ações afirmativas, assim definidas por Joaquim Barbosa (2005) como “políticas públicas e privadas voltadas à concretização do princípio constitucional por igualdade material e a neutralização dos efeitos da discriminação racial, gênero, idade, origem nacional e deficiência” (Barbosa, 2005 p. 51).

Tende a atender e inserir nas instituições de ensino, assim como nas categorias de trabalho os que toda vida fora desfavorecida e segregada ao longo da história. No entanto, são justamente essas ações que promovem a inclusão e a igualdade, que acabam sendo severamente criticados pelos que fazem de tudo para manter a relação de poder e dominação. Assim sendo, nas relações e interações que ocorrem nas Universidades entre os alunos calouros e veteranos exalam essa relação de subordinação, superioridade e dominação onde os calouros são submetidos a uma infinidade de ações que violam seus direitos.

De acordo com Amaral,

Às avaliações sobre sua “eficácia”, somam-se julgamentos morais acerca das ações afirmativas e, mais especificamente, de uma de suas modalidades, a

¹² O termo racismo estrutural é controverso, pois é possível encontrar textos que não diferenciam o estrutural do institucional, ainda que se referindo à relação do racismo com outros *elementos essenciais da vida social* – estruturais, portanto, como a política, a economia e o direito. Com efeito, o racismo em sua acepção estrutural, deve ser analisado como: a) processo político; e b) processo histórico. (ALMEIDA, 2017)

política de cotas. Tais sentimentos estiveram presentes nas falas dos (as) entrevistados (as) que remetem ao descontentamento com a forma primeira de implementação da Lei no Estado do Rio de Janeiro, bem como críticas ao Governo no qual a Lei foi originalmente aprovada, objeto de não poucas desconfianças em seu intento de inclusão social de minorias (Amaral, 2006, p. 10).

Com a ampliação de oportunidades, a partir das ações afirmativas¹³, o quadro muda quando se oportuniza de forma igualitária, dentro desses espaços, a presença marcante e forte de mulheres, negros, deficientes e dos economicamente prejudicados em nossa sociedade, apropriando-se e ocasionando fissuras significativas nos alicerces discriminatórios que tendem a resistir e manter o “ato de poder” nas relações interpessoais entre os alunos.

A igualdade material presente, no princípio constitucional, apreciada por Barbosa (2005) busca, algo além de que todos sejam tratados da mesma forma, defendido pela igualdade formal, mas que os mais prejudicados segregados e marginalizados possam receber tratamento diferenciado para que de fato possam aproximar-se, de forma real e não utópica, dos considerados mais fortes, ou seja, dos que sempre nos dominaram.

Assim como é evidenciado por Amaral,

Não é simples objetivar: o que é rejeição à “discriminação positiva” como estratégia da justiça como equidade; o que é uma crença na “democracia racial” no Brasil, cujas “cotas raciais” viriam afrontar; o que é temor do prolongamento de uma política compensatória em substituição a aquelas que atinjam o cerne da não distribuição de renda no país; e o que é um ceticismo em face da eficácia da política – não sua desaprovação – em razão da intencionalidade dos atores políticos, da confiabilidade dos critérios e das possibilidades de sua manutenção. Ainda assim, nas entrevistas, busquei capturar as motivações das controvérsias sobre as ações afirmativas e, portanto, seus desdobramentos: o discurso da invalidação da política ou o empenho em seu aperfeiçoamento como mecanismo de minimização da desigualdade de acesso entre negros e não-negros nas universidades públicas (Amaral, 2006, p. 10-11).

As manifestações discriminatórias presente nas práticas do trote têm refletido na atualidade, o quanto nossos jovens ainda estão arraigados em reproduzir discriminações de cunho racial, gênero, econômicos e sexuais, utilizando como

¹³ Ação afirmativa refere-se a determinadas ações que objetivam equiparar pessoas ou grupos sociais que se encontra em posições desvantajosas para que possam integrar a sociedade de forma igualitária. Cf. VILAS-BÔAS, Renata Malta. “Ações afirmativas e o princípio da igualdade”, 2003. (AMARAL, 2006)

ferramenta os “rituais de passagem”, que acabam de certa forma, sendo legalizado pela sociedade como prática naturalizadas definidas como piadas, brincadeiras que fazem parte do início da vida acadêmica desses alunos.

Piadas e brincadeiras que são muitas das vezes carregadas de cunho racista, homofóbicos, sexistas que para Kilombola (2019, p. 136) “reforçam a superioridade branca e a ideia de que pessoas negras ou as tidas como diferentes deveriam permanecer em posição subordinadas”. Portanto, de acordo com Almeida Junior (2011),

Podemos pensar o trote como uma relação de opressão, de dominação que reproduz as relações de autoridade características das sociedades autoritárias, totalitárias ou falsamente democráticas. O trote seria assim, uma forma de produzir opressores que mais tarde, serão utilizados nas relações sociais em que a opressão está posta como regra (Almeida Junior, 2011, p. 97).

Contudo, apesar de toda uma expressão e sugestão de garantia de acesso as IES, principalmente ao que se refere aos segregados de nossa sociedade, é perceptível que existe um esforço em promover medidas eficientes que assegurem não só o ingresso desses estudantes como também a permanência dessa população no Ensino Superior. No entanto, o fato de promover o acesso não é garantia de permanência, dos discentes de baixa renda e de minorias étnicas. Sendo assim, dentre outros instrumentos que possam contribuir para a fidelização desses alunos até a conclusão do curso, acaba por envolver diversos fatores, os quais apontamos aqui nesta pesquisa a forma de acolhimento/ recepção que os estudantes têm recebido nas dependências das universidades e/ou até mesmo fora desses ambientes, podem ter efeitos positivos ou negativos para a continuidade na vida acadêmica.

CAPÍTULO V - ETNOGRAFIAS DIFERENCIADAS SOBRE AS PRÁTICAS DO TROTE UNIVERSITÁRIO NOS CENTROS DE PESQUISA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL FLUMINENSE

A presente pesquisa de dissertação se constrói em torno de uma ideia estimuladora na verificação do processo de interação entre veteranos e calouros, principalmente ao que se refere as suas contribuições para o andamento do sucesso da permanência dos alunos no Ensino Superior de Educação na Universidade Estadual do Norte Fluminense, a partir de um viés metodológico, a partir de características qualitativa exploratória embasada em estudos bibliográficos e investigativo se debruçando num olhar etnográfico utilizando as obras de Goldenberg (1998, p. 36) ao escrever sobre a arte de pesquisar onde o pesquisador precisa compreender que “a utilização do método biográfico em ciências sociais vem, necessariamente, acompanhada de uma discussão mais ampla sobre a questão da singularidade de um indivíduo versus o contexto social e histórico em que está inserido”.

Tensionando compor o trajeto escolhido delineando os roteiros investigativo, a princípio inclinei-me sobre textos que abordam acerca das concepções teóricas em torno da estruturação e fundamentação da pesquisa. Nesse percurso atentou-se para a necessidade de um aprofundamento e conhecimento de referências que norteassem a pesquisa quanto a sua característica qualitativa mesmo que de acordo com Mazzotti (2002, p.147) “oferecer sugestões para o planejamento de estudos qualitativos não é fácil, as investigações qualitativas, por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas”.

O interacionismo simbólico destaca a importância do indivíduo como intérprete do mundo que o cerca e, conseqüentemente, desenvolve métodos de pesquisa que priorizam os pontos de vista dos indivíduos. O propósito destes métodos é compreender as significações que os próprios indivíduos põem em prática para construir seu mundo social. Como a realidade social só aparece sob a forma de como os indivíduos vêem este mundo, o meio mais adequado para captar a realidade é aquele que propicia ao pesquisador ver o mundo através "dos olhos dos pesquisados" (Goldenberg,1998, p. 27).

Com a intenção de abordar as experiências vividas por alunos veteranos e calouros oriundos ou não dos sistemas de cotas, as técnicas de autobiografias narradas, a partir dos colaboradores da presente pesquisa ofertou para a pesquisa

um diferencial que colaborou para um maior entendimento de como funciona essas relações sociais dentro dos Centros de Pesquisas da UENF, além da observação das práticas, primárias, das relações entre os alunos, mediante as ações promovidas por métodos de recepção, acolhimento e trote universitário promovido pela instituição ou por grupos de veteranos.

Considerando assim, a partir da teoria de uma “etnografia urbana” uma vez que o autor Magnani (2002, p.17) afirma que o “método etnográfico, tem a vantagem de evitar aquela dicotomia que opõe, no cenário das grandes metrópoles contemporâneas, o indivíduo e as megaestruturas urbanas”, assim sendo, foi importante fazer uma análise das práticas trotistas, a partir de uma perspectiva “de perto e de dentro” como o autor sugere, pensando em um contexto exclusivamente urbano e contemporâneo, não obstante, de suas origens ritualísticas que foram principiados desde o surgimento das primeiras instituições de Ensino Superior europeias.

Assim, tendo como espaços de referências (campo) ambientes internos e externos as dependências da Universidade, algumas categorias de ações foram estabelecidas e desenvolvidas: o registro das narrativas dos estudantes veteranos e calouros da UENF, no início do ano letivo e das atividades promovidas pela universidade de apresentação e acolhida dentro das dependências educacionais; registro dos percursos da memória dos estudantes dos Centros de Pesquisas, das atividades realizadas no ano de 2020 e 2021, em meio ao período de pandemia global; assim como ações que ocorreram no ano de 2022 até 2023 com análise dos dados das experiências das “recepções” acadêmicas, observadas pela pesquisadora e narradas por estudantes dentro e fora do ambiente acadêmico.

A teoria e a prática são inseparáveis: o fazer etnográfico é perpassado o tempo todo pela teoria. Antes de ir a campo, para nos informarmos de todo o conhecimento produzido sobre a temática e o grupo a ser pesquisado; no campo, ao ser o nosso olhar e nosso escutar guiado, moldado e disciplinado pela teoria; ao voltar e escrever, pondo em ordem os fatos, isto é, traduzindo os fatos e emoldurando-os numa teoria interpretativa (URPI, 2014, p. 1).

De outro modo, ao optar por uma pesquisa etnográfica, e utilizar de o maior número de recursos e métodos de pesquisa, ou seja, Magnani (2002, p. 17) “o método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou servir-se de

várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa”, assim sendo, a fase inicial da pesquisa, o foco estabelecido previamente de uma observação participante, que foi cogitada em razão da possibilidade de interagir com os interlocutores (Minayo, 2012), o qual é relevante ressaltar, no entanto a partir do próprio campo, ficou claro que em alguns casos, não foi possível, devido as resistências encontradas somado as informações “*Fakes*”, ou seja, os acolhimentos/ trotes aconteciam em horários ou dias diferentes dos informados a pesquisadora. Porém, nos casos que foram possíveis uma observação mais próxima, tive que manter uma de me manter imperceptível, ou quase, para que não influenciasse nas ações e nas interações entre os veteranos e os calouros, claro após a percepção de que, existia uma certa resistências de alguns grupos até mesmo colaboradores para a pesquisa, além de acrescentar o cuidado ao escrever um texto que abordasse o assunto com a preocupação de preservar e evitar ao máximo a exposição da instituição de ensino e até mesmo professores que de certa forma aprovam as práticas dos veteranos para com os novatos.

É relevante ressaltar que foi utilizado recursos imagéticos com a intenção de cooperar com a pesquisa, principalmente ao que propomos dentro da análise das práticas do trote universitário observando os Centros de Pesquisa da UENF, nos anos de 2020 e 2021, período de pandemia global. E para tanto, dentro do campo sociológico evidenciamos duas contribuições relevantes para pensarmos acerca do papel e o a utilização da fotografia na elaboração do conhecimento sociológico, ou seja, nos referimos as propostas apreciadas por Bourdieu (2006) e Martins (2014).

Enquanto Martins (2014) enfatiza que a fotografia para ser útil para os estudos sociológicos precisa ter uma “previa intencionalidade socio estética na sua produção”, Bourdieu (2006) destaca que a fotografia que são “produzidas nas ações cotidianas pelos indivíduos comuns podem ser tomados como elemento de análise das relações e fenômenos sociais sobretudo para a compreensão das estruturas sociais dos grupos envolvidos.” Em vista disso, O cerne de Martins (2014) encontra-se no uso da fotografia como apontamentos de informações sociológicas, enquanto Bourdieu (2006) aparenta cogitar o uso da fotografia como uma “fonte documental” que pode ser analisada de forma decorrente pelo sociólogo.

5.1- Percursos da Pesquisa

A escolha deste tema para o desenvolvimento da pesquisa ocorreu intencionalmente, sendo assim forjado a partir de leituras e orientações do professor Gerson Tavares que desenvolve riquíssimos estudos direcionados a permanência do aluno de Graduação em seu “primeiro ano crítico”. A minha falta de experiência, como caloura que não vivenciou o Trote Universitário, colaborou para que aguçasse mais a minha curiosidade e principalmente pudesse compreender a relevância de pesquisar o que estava enraizado na ideia de Trote vivenciada por inúmeros estudantes ao longo dos séculos. Estamos evidenciando relações que não se deram de forma improvisada ou aleatória, e sim construções históricas que são reproduzidas ao longo do tempo, corroborando com o fortalecimento de tais rituais presentes no perfil do mundo universitário.

Ao que podemos relatar com relação ao ano de 2022, as práticas trotistas retomam as atividades presenciais de forma mais discreta. Acredita-se que o fato do caos promovido pela Covid-19 acabou por inibir as práticas presenciais, pois ainda estávamos em alerta com relação a doença e com as medidas de prevenção em alta, porém existe relatos de que as práticas aconteceram virtualmente, isso nos deu suporte metodológico para que fizesse uso da etnografia virtual reputadas por Christine Hine (2005, p. 47) como netnografia, além da etnografia de imagem.

A netnografia, de acordo com Martins (2012),

A netnografia tem sua origem na etnografia e embora não se trate apenas de uma transposição metodológica, é impossível dissociá-las, uma vez que possuem uma característica primordial em comum: “[...] a imersão do pesquisador no grupo a ser estudado e a sua convivência com a cultura local para entender, ou melhor, mergulhar no modo de ver e pensar o mundo daquele grupo, a fim de poder falar sobre ele (Martins, 2012, p. 1).

Para além da confirmação de que o uso da etnografia e algumas de suas variantes, dentro da pesquisa, tencionou uma amplitude metodológica que cooperou para que as análises das relações de interações, a partir dos acolhimentos/ trotes pudessem de alguma forma despertar olhares e pensamentos de como a cultura colonizadora e dominante está presente em ações, a quais nem imaginamos.

Como metodologia, a imagem é um construtor crítico da narrativa, possuindo um potencial denunciador das diferentes formas que o colonialismo assume no espaço o que, por sua vez, nos permite revelar um significado que é invisível pela cultura e língua oficial, no entendimento de que as palavras do

colonialismo ocultam em vez de desvelar e, por outro lado, as palavras podem perfeitamente. Desconecte-se da prática. Vozes subalternas emergem para que possam ser visibilizados, representados e, portanto, ouvidos pelo fato de estarem subsumidos pela cultura colonizadora e dominante (Cusicanqui, 2015, p.2028).

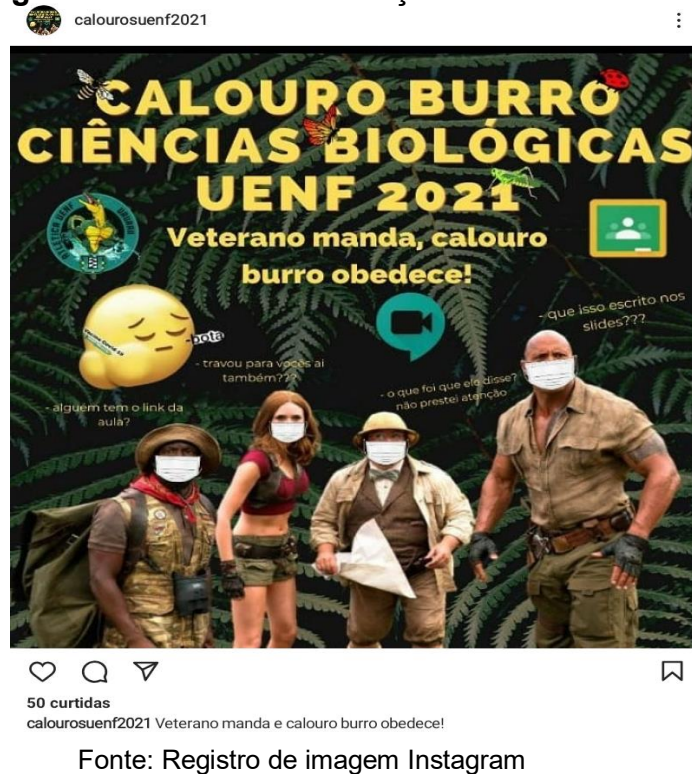
A partir do aporte teórico que legitima e dá sustentabilidade à abordagem, evidenciado nos capítulos anteriores, no decorrer do trabalho esta pesquisa concentrou-se fora e dentro das dependências da Universidade Estadual do Norte Fluminense, localizada em Campos dos Goytacazes, no Parque California, buscando compreender como os alunos Calouros e veteranos descrevem, interpretam e interagem no âmbito universitário, a partir de um contexto compreendido por práticas de recepção/acolhimento e Trote. A cada visita ao campo fiz registros diários de campo com o objetivo de descrever os episódios, bastidores e os atores tal qual se expressavam diante dos acontecimentos, no período de quinze dias (alternados), incluindo a semana de acolhimento ofertado pela instituição no ano de 2023.

Porém, devo explicitar que antes desse processo os anos de 2020 e 2021 as práticas trotistas ocorreram utilizando as ferramentas digitais, ou seja, as redes sociais destinadas aos novatos e aos veteranos de forma exclusiva e restrita. Os atores colaboradores da pesquisa compartilharam com a pesquisadora registros de imagens recebidas em suas redes sociais, onde os veteranos manipulam os aplicativos como o *WhatsApp* e o *Instagram* dos calouros para que através dessa convocação eles possam entrar no grupo de WhatsApp dos cursos em questão.

Vejamos a seguir alguns exemplos que comprovam a utilização dessa ferramenta, como um atrativo de calouros, sendo constatado por mim que só era aceito no Instagram e/ou *WhatsApp* os alunos que eles tinham a convicção de ser um calouro daquele curso ou Centro de Pesquisa, ou seja não permitia “intrusos”. Lembramos que o uso das redes sociais como uma espécie de “caça” e convocação aos calouros não ficou restrito ao período de pandemia, mas foi apurado o seu emprego também em períodos após liberação das medidas de distanciamento social.

É nesse contexto, a qual as Figuras 1 e 2 certificou o que foi descrito anteriormente sobre o manuseio das redes sociais nas prévias para a aplicação das práticas trotistas para além das dependências da Universidade e sem que houvesse um contato inicial que pudesse suavizar e trazer segurança a alguns alunos nesse período de novidades da vida acadêmica.

Figura 1- Cartaz de convocação dos calouros 2021



Fonte: Registro de imagem Instagram

Figura 2- Cartaz de convocação dos calouros 2023



Fonte: Registro de imagem Instagram

No entanto, se faz necessário em nossa pesquisa evidenciar as ações encoberta dentro desse tipo de “rito de passagem”, a partir algumas narrativas prévias de alunos do CBB e do CCTA da UENF, que espontaneamente relataram em um

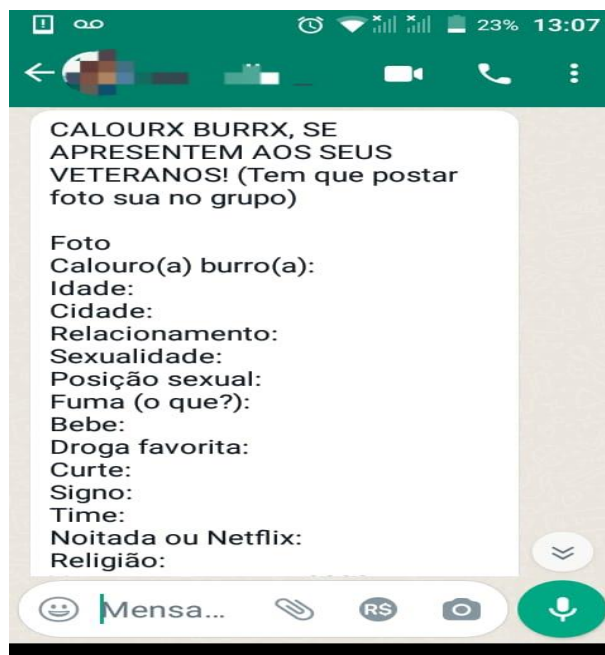
momento de diálogo bem descontraído, no Restaurante Universitário (RU), as suas experiências traumáticas, entre 2021 para 2022, com as práticas do Trote na Universidade, o que será constatado e descrito seguir:

Caloura CBB: “Foi um horror e não gosto nem de lembrar”

Caloura CCTA: “Troto pra mim é algo desagradável, fazer as pessoas passarem por situações ruins e constrangedoras. Isso me chocou muito, é muito complicado, preocupante e decepcionante”.

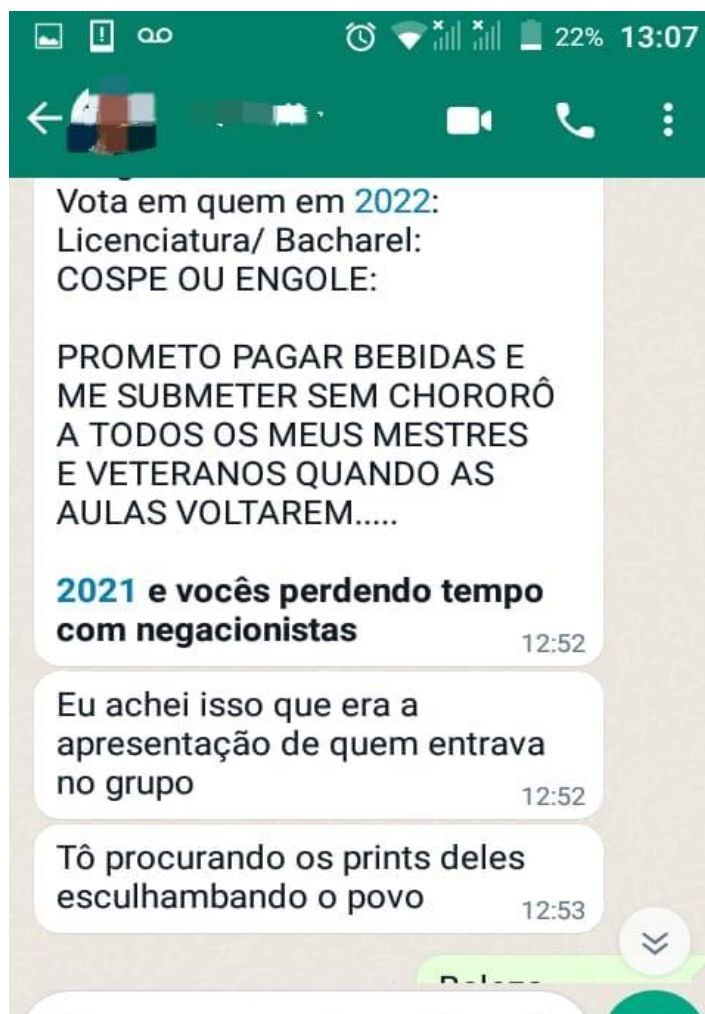
A narrativa descrita anteriormente refere-se as mensagens de *WhatsApp*, recebidas após o primeiro contato no *Instagram*, as quais os colaboradores receberam de forma privada orientações e um *link* de acesso ao grupo restrito de *WhatsApp*. Validando a importância de abordar a temática que até mesmo com restrições, ou seja, proibida por lei em alguns estados brasileiros, inclusive no Estado do Rio de Janeiro, o Trote vem ocorrendo fora e em alguns casos dentro das dependências da Universidade, muitas das vezes de forma coercitiva e não receptiva e acolhedora como se entende que deveria ocorrer, além de comprovar que apesar de compreendido como um ritual antigo, conseguiu se moldar perante uma sociedade contemporânea e voltada para o universo virtual.

Figura 3- Registro de tela de uma caloura



Fonte: Imagem de tela WhatsApp de uma colaboradora

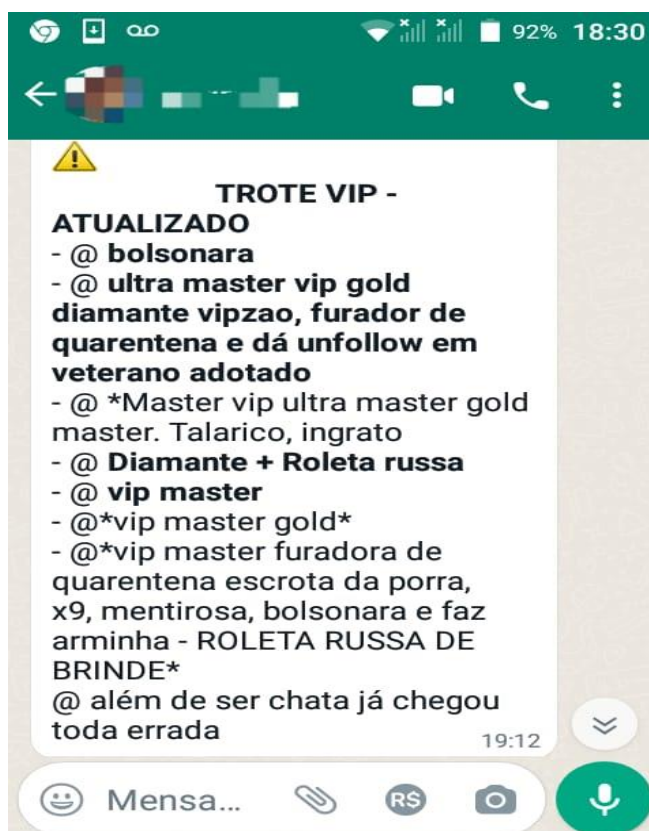
Figura 4- Registro de tela de uma caloura



Fonte: Imagem de tela WhatsApp de uma colaboradora

As Figuras 3 e 4, assim como apurado durante o contato com uma das calouras colaboradora da pesquisa, registra como foi esse primeiro contato com os veteranos, após a convocação feita através do perfil no *Instagram* referentes as Figuras 1 e 2. Acho interessante ressaltar que para a colaboradora em questão esse tipo de recepção causou espanto e ela relatou que ficou apavorada e com medo de ir para a Universidade, cogitando até mesmo em desistir do curso que há anos desejava cursar. Nas narrativas dela “Eu tenho medo de sofrer algum tipo de violência, e até mesmo responder o questionário que foi colocado no grupo”, isso porque a caloura tinha acesso aos feedbacks dos veteranos a cada formulário preenchido. É o que será demonstrado na Figura 5 que é um exemplo de resposta dos veteranos a uma determinada aluna que preencheu o formulário existente no grupo.

Figura 5- Registro de tela de uma caloura



Fonte: Imagem de tela WhatsApp de uma colaboradora

Ainda com relação as narrativas da colaboradora, o que mais deixou ela assustada era não saber o que de fato poderia esperar dos trotes por terem classificações, como podemos observar na Figura acima “Trote Vip”, “Trote Master”, ou seja os códigos utilizados pelos veteranos “O que seria?”. Infelizmente, ficamos sem saber o que cada código podia representar, uma vez que a caloura não foi a Universidade nesse período. Deixando-me extremamente inquieta e empenhada a buscar outros colaboradores que quisessem e pudessem relatar mais sobre essa prática, porém sem muito sucesso.

Considerando minha participação no campo, e o contato com os alunos foi muito enriquecedor, surpreendente e positivo, com algumas barreiras, mas nada que colocasse em risco o desenvolvimento da pesquisa, poucos estavam dispostos a falar sobre suas experiências com relação as práticas trotistas e ou receptivas, no entanto, os que participaram diretamente e até mesmo os que não quiseram participar da pesquisa de alguma forma colaborou na percepção de alguns detalhes, que só foi possível com a observação no campo de pesquisa.

Sob a orientação do professor Gerson Tavares, tencionamos conduzir a pesquisa a contribuir de forma significativa para que essas práticas associadas a agressões morais, intelectuais, físicas e emocionais sejam banidas das Universidades, na busca por outras práticas que possam ser utilizadas dentro do ritual de iniciação auxiliando na permanência dos alunos em seu “primeiro ano crítico” na Instituição de Ensino.

5.2 - As diferentes práticas do trote: uma análise nos Centros de Pesquisa da UENF

O objetivo dessa seção e das posteriores é de se apropriar do vocabulário teatral tencionando uma melhor compreensão das práticas expressivas do Trote, inspirado em Goffman Sociólogo Canadense e sua abordagem das interações para uma interpretação da vida social apresentada em sua obra: *“A representação do eu na vida cotidiana”*, onde o autor agarra-se ao vocabulário e panorama oriundo do teatro: os cenários, os bastidores, a plateia, os holofotes. Permitindo ao indivíduo uma expressividade através de símbolos verbais, assim como os não verbais, espontâneos ou não, implicados na interação. Ou seja, a vida social pode ser assimilada ou associada a um palco onde os diversos papéis sociais são encenados, portando o indivíduo tem a possibilidade de se adequar e encenar de acordo com as circunstâncias podendo escolher como agir e qual papel irá encenar de acordo com cada contexto.

5.2.1 Os Cenários

A escolha da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darci Ribeiro (UENF) como local de investigação surge principalmente pelo fato de ser a instituição de ensino, a qual a pesquisadora possui vínculo facilitando assim o acesso às observações das práticas do trote e o contato com calouros e veteranos dos Centros de Pesquisa da UENF. O Trote como ritual que inicia a trajetória universitária desenvolve a função fundamental de contato social, ou seja, a primeira prática que recebe o calouro, portando, garantir que esse contato seja prazeroso para os calouros deve ser o principal objetivo a ser pensado e articulado pelos grupos de veteranos.

O Trote, desde as universidades medievais europeias até as universidades da atualidade brasileira, foi o que mais expandiu seus limites para além das dependências das universidades, sendo aplicado nos dias atuais, virtualmente (tendo acesso as redes sociais dos calouros), nas ruas e praças das cidades, podendo ser notado pelos os mais diversos transeuntes, uma vez que algumas universidades não permitem mais essas práticas em suas dependências, o que é o caso da UENF, ainda que alguns cursos de graduações consigam burlar o sistema, até mesmo, pela abrangência do espaços que a Universidade dispõem.

Sendo assim, os cenários utilizados para observação das práticas do Trote ocorreram, a partir de uma varredura nas redes sociais dos cursos de graduações e/ou dentro e fora das dependências da UENF, o que expandiu o campo de ação, assim, no entanto, ampliou-se a oportunidade de analisar as possibilidades de alterações na apresentação, aplicação e significação do ritual em diferentes espaços físicos. Todavia, despertamos a atenção para o fato de que a convocação tanto para o momento de Acolhimento\Recepção e do Trote ocorreu por redes sociais dos Centros Acadêmicos (CA) de cada curso, juntamente com o apoio do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

5.2.2 Os Bastidores

Este estudo objetiva descobrir, por meio de narrativas autobiográficas as práticas do Trote Universitário nos Centros de Pesquisa da UENF. A metodologia aplicada em relação a coleta e análise de dados seguem os princípios de pesquisa qualitativa, em sua modalidade narrativa, em razão do caráter subjetivo dos aspectos investigados, entendidas de acordo com Serrano (1994, 1998). Os dados analisados foram coletados por meio das autobiografias escritas e narradas por seis participantes, a saber: calouros e veteranos, a partir de um questionário aberto, além da observação e registros em diário de campo.

Dada a sua relevância, a observação das práticas do Trote e sua complexidade, esta pesquisa se relaciona a essas ações tendo como objetivo analisar por meio das narrativas, a influência dessa semana de Acolhimento e\ou trote, promovida por Centros de Pesquisa e os veteranos da UENF, podem exercer na permanência do calouro na Universidade.

Na verdade, a narrativa nos permite exprimir e exteriorizar sentimentos, problemas, medos, angústias, culpas, todos de igual forma não importando a idade, portanto, nesse sentido a narrativa é considerado um elemento de comunicação que nos permite redescobrir e compartilhar experiências como seres humanos possibilitando a integração das pessoas com o meio em que vivem e consigo mesma. Benjamin (1994) “o ato de narrar se traduz como capacidade de intercambiar experiências”. De acordo com o autor, “pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites porque é apenas uma chave para tudo que veio depois” (Benjamin, 1994, p. 37).

Diante da subjetividade humana os métodos qualitativos são necessários, Serrano (1998, p. 47- 48) conceitua a pesquisa qualitativa por suas características mais relevantes, os quais podem salientar o fato de que os métodos qualitativos são mais “humanistas”. Ou seja, permite ao pesquisador experimentar e conhecê-las em seu aspecto pessoal, o que incentiva o cientista social a criar procedimentos e orientações com relação aos métodos de pesquisa. Ainda corroborando para os estudos, Serrano (1994, p. 41), a narrativa possibilita que uma pessoa ou grupo possa, de forma espontânea, relatar suas experiências, aspirações, objetivos e reflexões.

Durante todo o período que dediquei a observação utilizei mais o caderno de campo do que o gravador do celular para registrar, pois por estar próxima as ações destinadas a recepção/ trote dos calouros, organizada pela universidade e pelos veteranos respectivamente, pude perceber que os atores ficavam desconfortáveis ao me ver gravando, por isso o caderno de campo tornou-se uma ferramenta mais discreta evitando interferências nas práticas de acolhimento dos novatos. Desta maneira, quanto mais próximo dos estudantes eu estava, mais natural e discreta tinha que agir e quando ficava só ou distantes dos olhares gravava os áudios. Afinal o objetivo era de observar sem assustar ou causar constrangimento e até mesmo inibi-los com relações as relações de interação/integração dos calouros junto aos veteranos, bem como, as influências que os veteranos exerciam sobre os novos alunos.

Ao que se refere os dados, conseguintes das observações diretas foram agrupados na categorização analítica e interpretativa, com base na combinação da descrição etnográfica com entrevistas aberta, questionários, relatos de vivencias e

anotações em caderno de campo. Destacando, contudo, que a prática etnográfica nos permite uma abrangência de recursos e métodos, principalmente, permitindo ao pesquisador dialogar pacientemente com seus colaboradores.

5.2.3 Primeiro ato: O Acolhimento

O primeiro ato, assim o descrevo, como sendo o primeiro momento dos calouros com os veteranos, o primeiro contato descontraído e animador de Acolhimento. Apresentação do curso, apresentação do ambiente institucional, a empatia, reciprocidade. Caracterizado como momento de descontração e brincadeira. Poderia ser este momento caracterizado por “Fachada”?

Partindo da observação do campo de pesquisa, entendemos que o primeiro momento, definido por momento de Acolhimento aos calouros e recepção aos alunos veteranos que aconteceu no mês de março do dia seis (6) até o dia treze (13) em sua grande maioria no período da manhã, a partir das nove horas (9), sendo promovido e organizado por vários representantes que compõem a UENF, desde a Reitoria até os alunos veteranos que se organizaram para recepcionar os alunos calouros.

As práticas desenvolvidas dentro das dependências da Universidade podem ser elencadas, por conseguinte: Recepção dos calouros no centro de convenções; Recepção aos calouros das licenciaturas na sala de cinema; conhecendo a UENF (um *tur* pelas dependências da Universidade); Feira de Ciências, Sessão Cinema; Apresentação dos Centros de Pesquisa e por último Encontro com o Reitor no Centro de Convenções.

A Figura 6 é uma captura de tela da página oficial da UENF no Instagram, postado dias antes do período programado para o Acolhimento dos novatos e dos veteranos, percebe-se que, os organizadores envolvidos na programação tiveram a intenção de proporcionar a todos os alunos a possibilidade de um momento acolhedor e de interação. Oportunizando assim, um primeiro contato com o ambiente universitário, em conjunto com os alunos da mesma graduação.

Figura 6 – Captura de tela programação da semana de acolhimento



Fonte: print de tela Instagram oficial UENF

O contexto evidenciado anteriormente nos remete a importância de práticas significativas, que colaboram para um ambiente universitário acolhedor tomado por ações que visam um acolhimento e\ou recepções estrategicamente estruturadas e organizadas para que os alunos possam, de fato, ficar distantes de possíveis traumas ocasionados, contribuindo para que o aluno permaneça na Universidade e de fato se sinta acolhido e seguro neste ambiente.

Fragmento do Diário de campo 06 de março de 2023.

Acordei muito apreensiva neste dia, com receio do que poderia acontecer neste primeiro dia de pesquisa de campo. Sai de casa às 8 horas da manhã, sem muita pressa, pois estava ciente do horário. No trajeto, olhando as paisagens e as movimentações de carros e pessoas me fizeram por uns minutos esquecer do nervosismo, até que quando me dei por conta já estava no portão da UENF. Olhei a hora no celular e constatei que era 8 horas e 50 minutos. Então tinha poucos minutos para ir até o centro de Convenções onde

aconteceria a primeira programação do dia. Chegando no destino, percebi que ainda era discreta a presença dos alunos naquele local, verifiquei também a presença de alguns pais (aparentemente) que acompanhavam seus filhos. Conforme a hora avançava, umas 9 horas e 15 minutos o ambiente já revelava uma expressiva quantidade de alunos, percebi que muitos se conheciam e outros estavam tentando se enturmar.

[...] toda a parte formal de apresentações tinham sido concluída às 12 horas e 25 minutos. Encerrando assim, a primeira programação preparada para o dia. Então vamos de intervalo! Hora do almoço. RU trabalhando intensamente. Pensei: momento exato para tentar um primeiro contato. Afinal, o que esses alunos iriam ficar fazendo neste período tão longo, levando em consideração que de acordo com o calendário oficial de acolhimento o próximo evento ocorria somente às 18 horas?

Então após almoçar no RU, comecei a observar formações de alguns grupos, enquanto outros ainda tentavam, ao que me parece, acreditar que o sonho virou realidade, uns saíram das dependências da Universidade, e outros permaneceram na UENF. O que acabou me ajudando, juntamente com a percepção de que tinha ali alguns veteranos já “conhecidos”. Essa é a oportunidade que eu estava esperando. E ciente das primeiras questões que iria levantar, enchi-me de coragem e aproximei de um dos grupos [...].

Seguindo as programações oficiais da Universidade, notou-se que no segundo momento destinado somente aos calouros, as 18 horas na sala do cinema, a movimentação foi menor, porém assertiva, com explicações sobre programas de assistências a permanência dos alunos, entre outros assuntos pertinentes aos que necessitam de um apoio nesse primeiro contato com um ambiente universitário na amplitude da UENF. No segundo dia da semana de acolhimento, foi feito um *tur* com os calouros no campus, a partir da colaboração de um projeto de extensão “Conhecendo a UENF” que teve como objetivo apresentar os prédios e anexos, além de procurar esclarecer informações sobre a história e o funcionamento da universidade, com início às 9 horas e 30 minutos “à espera da galera”, término às 11 horas 45 minutos e “partiu RU”. Um adendo importante, notei que nessa oportunidade correram as articulações e narrativas sobre as aplicações de práticas trotistas em horários, e até mesmo dias distintos dos programados pela universidade.

Terceiro dia da semana de acolhimento, oito (8) de março a programação contou com uma singela homenagem ao Dia Internacional da Mulher, além de uma exposição da feira de ciências da UENF, marcado para iniciar as 9 horas da manhã, no Centro de Convenções a Feira foi um sucesso de público, muitos alunos entusiasmados e maravilhados com tudo que estavam presenciando, não diferente dos outros dias depois de cada ação e apresentação os alunos já muito mais enturmados direcionavam-se para o RU, pois nesse mesmo dia as 16 horas teriam uma sessão de cinema mais conversa. Deixo claro que devido ao extremo cansaço

tive que abster desse momento e retornei para minha residência, ciente de que, a partir de informações colhidas no dia posterior ocorreria uma prática trotista logo cedo. O que não aconteceu.

No dia nove (9) de março de 2023, aconteceu a apresentação dos centros de Pesquisa, a partir das nove (9) horas da manhã, de forma individual cada um em seu prédio, o que tornou difícil e limitou o meu campo de pesquisa naquele dia, pois teria que escolher um dos Centros de Pesquisa para tentar observar, enfim não foi possível, pois ali ficaria bem perceptível a minha presença o que poderia causar algum tipo de interposição, e isso não era um objetivo. Último dia de acolhimento, foi o momento de encontro com o Reitor Raul Palácio e um grupo de professores, no Centro de Convenções às 16 horas, tencionando tirar as possíveis dúvidas dos calouros com relação auxílio moradia, auxílio alimentação, bolsa de extensão, bolsa de iniciação científica, bolsa de monitoria, entre outros.

Evidencio, no entanto que nesta seção não busco apontar, e muito menos, identificar as práticas trotistas que estavam ocorrendo quase que simultaneamente as programações oficiais organizadas pela Universidade, ou seja, ocorriam nos mesmos dias, porém em horários e locais diferentes.

Fragmento do Diário de campo 09 de março de 2023.

Cheguei na UENF às 7 horas e 30 minutos da manhã no prédio do CCH, e o trote que haviam me passado a informação tinha acontecido no dia anterior às 18 horas, mas as 9 horas encontrei um pequeno grupo de alunas sentadas reunidas conversando quando me aproximei e pude me apresentar como pesquisadora e aluno do programa de pós-graduação do curso de Sociologia Política, pedi licença e me sentei com elas e começamos a conversar sobre a minha pesquisa e o objetivo.

Através da conversa pude verificar que as alunas estavam aguardando o momento de acolhimento destinado a apresentação do Centro de pesquisa, em questão, que de acordo com elas aconteceria no miniauditório do CCH, identifiquei ainda que elas faziam parte do curso de Ciências Sociais sendo que no grupo tinha uma veterana acompanhando-as, ou seja, tinha quatro (4) calouras e uma (1) veterana.

Elas deixaram bem claro que estavam esperando acontecer naquele momento da manhã (9 horas e 30 minutos) o acolhimento, mas que no mesmo dia aconteceria o Trote esperado para as 15 horas. Ainda em conversa com as alunas pedi algumas informações, em um rascunho rápido para não perder a chance, auxiliar em um contato para uma entrevista futura, a qual tive êxito. Uma das calouras deixou claro, mesmo que eu não tivesse perguntado sobre que entendia o trote como uma brincadeira “um momento não forma”, palavras dela, e que o Acolhimento oferecido naquela semana pela universidade “era algo mais formal”. Com os dados pessoais em mãos me despedi das alunas, pois já estavam atrasadas para a programação preparada pela coordenação do curso.

Neste momento, ao ficar sozinha, percebo que existe a necessidade de preparar um pequeno formulário digitalizado, a partir do rascunho feito a mão anteriormente, o que faço ali mesma sentada no banco de cimento, apoiando o notebook no colo próximo a subida da rampa do prédio do CCH, para maior aproximação e precavendo assim a continuidade dos contatos que futuramente terei para com os colaboradores, após as práticas do trote aplicadas pelos veteranos, a fim de identificar possíveis diversidades das ações elaboradas por eles e consequentemente as particularidades dos Centros de Pesquisa neste contexto. Ciente de que o período da tarde seria promissor para a pesquisa.

A Figura 7 ilustra o rascunho de um pequeno formulário feito por mim enquanto conversava com o grupo de alunas, perto da rampa do prédio do CCH.

Figura 7 - Rascunho/ formulário elaborado no dia 9 de março

The image shows a handwritten form on lined paper. At the top left, there is a rectangular box containing two dots. To its right, the date '09/03/23' and time '9:20' are written. Further right, a small box contains the letters 'D S T Q Q S'. The main title of the form is 'Coleta prévia de dados pessoais para a pesquisa'. Below this, several fields are listed: 'Idade:', 'Identidade de gênero:', 'Raça / cor:', 'Costista ou não costista', 'Cabeiro ou veterano', 'Centro de Pesquisa:', 'Graduação:', 'e-mail:', and 'Whatsapp:'.

Fonte: Rascunho elaborado pela autora dia 9 de março de 2023.

A seguir, no Quadro 1 apresento a versão digitalizada do formulário para maior compreensão dos dados que foram coletados previamente nesse dia.

Quadro 1- Coleta prévia de dados pessoais

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO MESTRANDA: LUCIANA DOS SANTOS JORGE PESSANHA ORIENTADOR: DR. PROFESSOR GERSON TAVARES CURSO: SOCIOLOGIA POLÍTICA – CCH OBJETIVO DA PESQUISA: ANALISAR O PERÍODO DE INTEGRAÇÃO DOS ALUNOS NOS CENTROS DE PESQUISA DA UENF
COLETA PREVIA DE DADOS PESSOAIS PARA A PESQUISA
Idade:..... Identidade de Gênero: Raça/Cor: Cotista: () Sim () Não Calouro: () Veterano () Centro de Pesquisa:..... Graduação: E-mail para contato: WhatsApp para contato: Obs.: O colaborador terá sua identidade preservada caso queira contribuir com a pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora no dia 09/03/2023

A princípio, entendi que, por um lado, essa atitude estava contribuindo para potencializar e incentivar a participação de mais alunos, o que de fato ocorreu, pois a partir daquele primeiro contato, logo depois do almoço alguns outros alunos vieram ao meu encontro e perguntavam: “você é a moça que está fazendo a pesquisa?”, “porque eu quero contribuir”. Confesso que fiquei lisonjeada por ser chamada de “moça”, mas me encantou vê a curiosidade e o entusiasmo em colaborar para a pesquisa. Relatando ainda que o Centro de Pesquisa do CCH foi o mais acessível.

E pensando nessa programação de Acolhimento e/ou Recepção preparada pela Universidade, foi elaborado, como citado anteriormente, um questionário aberto para os alunos calouros e veteranos dos diversos Centros de Pesquisa da UENF, representados nos ANEXOS 2 e 3, que estavam participando da programação, a partir das informações coletadas contidas no Quadro 1 pude manter um contato com os colaboradores e assim obter as respostas para as seguintes questões que incluía: O que significa para você entrar numa Universidade? Acerca da sua chegada na Universidade, o que vem a sua mente quando pensa em “recepção aos calouros”? Tendo como retorno essas respostas:

Aluno Calouro CCH (1): Primeira pergunta “*Formação Profissional, Momento de Convívio Social, muito estudo e descobertas pessoais*”; Segunda

Pergunta *“Um momento dedicado a conhecer a Universidade e os veteranos do curso”*.

Aluno Veterano CCH (1): Primeira pergunta *“Formação Profissional”*; segunda pergunta *“Integração, diversão e todos se conhecendo”*.

Aluno Veterano CBB (1): Primeira pergunta *“formação profissional, muitas festas e muitos estudos”*; segunda pergunta *“Um momento em que os calouros interagem com outros alunos e possam saber mais sobre a Faculdade”*.

Aluno Calouro CBB (1): Primeira pergunta *“O amadurecimento pessoal e mais uma etapa da vida”*; segunda pergunta *“Apresentação da Faculdade\ curso aos alunos”*.

“Aluno Calouro CCT (1): Primeira pergunta *“Realização de um sonho, Formação Profissional, mais uma etapa da vida e Amadurecimento Pessoal”*; Segunda Pergunta *“Um momento de acolhida, pois os veteranos já foram calouros e como não são os mais novos brincam, mas também ajudam os mesmos”*.

Ao analisar as respostas das primeiras perguntas que compunham o questionário, evidenciamos a importância de uma prática de Acolhimento /Recepção promovida, organizada e acompanhada pela Instituição, em seus diversos setores, a saber: Reitoria, Coordenadores, veteranos, Centro Acadêmico (CA) e Diretório Central dos Estudantes (DCE), tendem ao sucesso de um primeiro contato com a vida universitária, menos traumáticas, e cada vez mais distantes de práticas de Trotes e Integrações abusivas. O que de fato foi observado no campo de pesquisa, pois dentro das dependências da UENF, o clima era de muita alegria e satisfação, o que era nítido nos olhares atentos, além de um entusiasmo, quanto a receptividade acolhedora e empática.

No decorrer das observações no campo de pesquisa, no período da tarde do dia nove (9), depois do almoço fui informada sobre uma programação promovida pelos alunos veteranos do curso de Ciências Sociais, tendo como ponto de encontro o “palanquinho”, localizado na parte inferior do prédio do CCH, então pude me certificar que em breve iria presenciar o que classifiquei como sendo o “Segundo ato: O trote”, principalmente o momento de interação entre os novatos e os veteranos sem interferências de “terceiros”.

5.2.4. Segundo ato: O Trote

O segundo ato, é o momento, o qual o Trote foi aplicado, a partir das observações do campo de pesquisa compreendeu-se que essas práticas foram divididas em horários e espaços distintos, ou seja, enquanto a acolhida aconteceu em um primeiro horário e dentro das dependências da UENF, com a presença de veteranos, calouros, Coordenadores de Curso, representantes do Centro Acadêmico (CA) e Representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE), o Trote por sua vez ocorreu fora das dependências da Universidade (UENF) em um horário distinto às programações oficiais da UENF, transcorrendo às vezes no horário da tarde, manhã e até mesmo a noite, marcando o momento de integração entre Veteranos e Calouros. Sendo, este umas das principais metas da pesquisa, o momento de interação entre alunos veteranos e calouros longe dos holofotes institucionais da UENF, e as consequências de suas práticas na garantia da permanência dos alunos iniciantes.

Em conformidade com o autor Serrano (1994), no campo de pesquisa, ficou evidente que as narrativas ocorrem com muita espontaneidade, principalmente quando abordado com clareza e individualmente, constatando que o diálogo entre o entrevistador e o participante depende de uma boa interação e troca. Portanto, a narrativa, tende a provocar nos atores a assimilação de suas emoções e vivências fomentando para as diversas interpretações envolvendo tanto as experiências do pesquisador e do entrevistado. Ou seja, notabilizar aspectos obscuros e desconhecidos da veracidade social, a partir de manifestações individuais.

No decorrer então do dia nove (9) de março, posicionada em frente ao Restaurante Universitário, pude abordar outros alunos que na ocasião parecia está vindo dos outros Centros de Pesquisas da UENF, a seguir: CBB, CCT e CCTA em direção ao Restaurante Universitário, onde consegui coletar mais dados, a partir do formulário do Quadro 1 de outros alunos dispostos a cooperar com a pesquisa. Oportunamente, tive permissão de me aproximar de alguns alunos que conversam na frente o RU, fazendo a minha identificação, enquanto aluna da pós-graduação e explicando um pouco sobre a pesquisa, porém o grupo que disse pertencer ao CCTA, logo deixou claro que não tinham interesse em participar da pesquisa, agradei e me afastei, porém em seguida, quase que de imediato um jovem solitário aproximou-se identificando como aluno calouro do CCT e prontificou em colaborar com a pesquisa, até mesmo informando que tinha uma programação marcada para o dia treze (13) de março às 15 horas, fora das dependências da UENF. É indispensável, esclarecer que

em nenhum dos contatos entre a pesquisadora com os pesquisados foi utilizado a palavra “Trote”, junto ao orientador Dr. Gerson Tavares, achamos melhor trabalharmos com a palavra Recepção/ Acolhimento e deixar os alunos a vontade para classificar ou denominar essa prática, a partir de suas vivencias.

Ao retornar para o CCH me sentei próximo ao Anexo quando fui abordada por uma aluna veterana do curso de Ciências Sociais, a qual me informou sobre o “trote” que aconteceria as 15 horas, comunicando ainda que ela fazia parte do CA e que juntamente com outros veteranos tinha organizado e esquematizado esse momento de “brincadeira” para os calouros, já aproveitei para preencher o Formulário do Quadro 1, uma vez que seria interessante para a pesquisa a narrativa de uma aluna que sofreu a ação do trote e agora iria aplicar. Comecei a perceber uma movimentação de alunos discreta concentrando-se no “palanquinho”, e como para esse evento eu fui convidada a observar discretamente, não hesitei.

Fragmento do Diário de Campo 9 de março de 2023.

Às 15 horas os veteranos e calouros do curso de Ciências Sociais se reuniram no “palanquinho” do prédio no CCH. Tiveram um momento de descontraído de apresentações e um bate papo sobre o que esperar do curso.

Logo, os veteranos solicitaram que todos fossem para o DCE para que pudessem fazer as “brincadeira”, verifiquei que eles tinham em suas mãos sacolas e visivelmente papéis coloridos, chegando nas dependências do DCE, descobri o conteúdo da sacola; tinha tintas, canetas coloridas, farinha de trigo e cola escolar.

No primeiro momento os calouros foram instruídos a escreverem cartazes com apelidos, tiveram seus corpos pintados e sujos com cola e farinha, tudo regado a muitas risadas, após esse momento observei que os alunos estavam saindo do DCE em sentido a quadra do CCH e depois a rua. Mantive-me distante como combinado, anteriormente com a veterana membra do CA.

Ao longo das observações do campo de pesquisa, e contatos com alunos calouros e veterano de diferentes Centros de Pesquisa da UENF, pude conversar sobre esse “Segundo ato: o Trote” e aplicar uma entrevista aberta de forma individual e previamente marcada pelos contatos do *WhatsApp* que foi coletado nos dias que antecederam a esse momento, na oportunidade procurou a utilização das possibilidades metodológicas que uma pesquisa qualitativa nos proporciona, enquanto pesquisadores, sendo assim, de acordo com a autora Minayo (2001) afirma que,

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001, p. 22).

Goldenberg (1998, p.63) em sua obra “A arte de pesquisar” coopera para a validação da utilização da pesquisa qualitativa dentro desse contexto de relações sociais de integração e permanência dos estudantes oriundos ou não das ações afirmativas nos ambientes universitário, principalmente nas dependências da UENF, para a autora “é evidente o valor da pesquisa qualitativa para estudar questões difíceis de quantificar, como sentimentos, motivações, crenças e atitudes individuais”. além disso, como observadora não foi difícil identificar que os veteranos se referiam aos calouros como “*burro, burrx*”, posteriormente, seguido de expressões autoritárias e coercitivas e que reproduziam o trote em sua essencial histórica, como: “*Nós ordenamos...*”; “*Tem que obedecer aos seus veteranos*”; “*se não nós achamos vocês...*”.

Agora assim, a partir então da aplicabilidade da entrevista aberta, fica nítido as divergências de opinião entre veteranos e calouros dos centros de pesquisa, ao que se refere o significado do Trote Universitário, e principalmente de como cada indivíduo vê essa prática no seu processo de interação e permanência no espaço acadêmico. Em virtude disso, as interações sociais que ocorrem, a partir das práticas do Trote, podem evidenciar qual o papel que cada um dos envolvidos escolheu para encenar de maneira consciente ou não, nessa relação entre veteranos e calouros, a partir de anseios pré-estabelecidos entre eles.

Ressalto que foi necessário a criação de um questionário e um esquema de possíveis perguntas (usadas na entrevista aberta) direcionadas aos alunos veteranos que organizavam as recepções e/ou práticas trotistas, colaborando com os objetivos da pesquisa apresentados na introdução do texto que é de entender como se dá a interação social dos alunos enquanto calouros e posteriormente veteranos, a partir de narrativas das experiências e vivências da prática do Trote nos Centros de Pesquisa, posto isso, agregando as observações feitas no campo de pesquisa, o questionário citado anteriormente e apresentado no ANEXO 2, apurou as seguintes questões: Que vem a sua mente quando pensa em “recepção aos calouros”? Já vivenciou algum trote

quando era calouro? Se sim, como foi a experiência? Em que papel você estava? (calouro ou veterano); onde ocorriam com maior frequência, ambiente externo ou interno da Universidade? Obtivemos as seguintes respostas:

Veterana CCH (1): *“Humilhação”; “Sim e foi péssimo, humilhação, ultrapassaram os meus limites e os de meus colegas, estragaram meu cabelo e de outras meninas negras”; “Estava no papel de caloura, na ocasião”; “Fora das dependências da Universidade”;*

Veterana CBB (1): *“Fazem com que os calouros sejam recebidos da melhor forma possível”, “Sim, sujaram a gente com cola, tintas, farinha de trigo e uma água com um cheiro horrível”; “Caloura”; “Em uma praça próxima a Universidade”.*

A partir dos relatos acima podemos perceber que as opiniões se divergem, apesar de estarem em mesma posição com relação à prática do Trote aplicado, ambas eram calouras de Cursos diferentes e que olham para o Trote sofrido distintamente. Dando sequência, aos relatos obtidos, estando em pesquisa de campo pude ter contato com algumas veteranas do CBB, em momentos distintos, sendo que a veterana do CBB (2), próximo ao prédio do ANEXO do CCH, enquanto a veterana do CBB (1) o contato foi em frente ao RU. A veterana do CBB (2) quando questionada: Como foi o momento de Acolhimento e\ ou Trote no ano de 2022 ano o qual as duas colaboradoras entraram na universidade, de imediato, não hesitou em afirmar que: *“Deus me livre... foi horrível e não quero nem lembrar do ocorrido”*, Já para a Veterana do CBB (1), quando perguntada a mesma pergunta, respondeu que: *“Durante o trote você conhece pessoas legais que te acolhem e logo quando você entra é adotado por algum veterano que te ajuda com tudo que é perguntado”*.

Em vista das narrativas apresentadas, podemos verificar que as opiniões com relação a prática do Trote no CBB, se divergem, a partir da análise de algumas veteranas que participaram do mesmo trote, porém as experiências vivenciadas não são iguais apesar de compartilharem o mesmo cenário, ambiente. Voltamos à questão sinalizada por Goffman (1985) no processo de interação social, na constatação de que o indivíduo usufrui da possibilidade de adequação e encenação de acordo com o cenário. Cada indivíduo tem suas próprias percepções apesar de desenvolverem e participarem de práticas coletivas.

Os grupos de alunos trotistas, de acordo com Almeida Junior (2011, p. 199), “são os responsáveis pela imposição do trote e, por esta via, pela reprodução da

cultura trotista”, portanto a manutenção das práticas sempre com a preocupação da garantia de que tenha veteranos forjados e legitimadores das práticas trotistas tendem a reproduzir cada ao longo da história essa cultura do trote como um “ritual de passagem” necessário para continuidade da hierarquia nas graduações.

Os grupos de alunos trotistas julgam-se acima dos outros estudantes, em condições de segregar os que não se submetem aos seus ditantes. entre os membros do grupo, há regras rígidas que devem ser seguidas [...] Estes mandamentos procuram marcar uma desigualdade fundamental entre os ingressantes e os outros alunos, marcar a existência de uma hierarquia “vitalícia”, de uma condição de inferioridade e de superioridade entre os membros do grupo (Almeida Junior, 2011, p.200).

Almeida Junior (2011, p. 200), exterioriza em seus escritos, alguns questionamentos que também inquietam meus pensamentos, nos fazendo refletir sobre: “Por que alguém se submete ao trote? Por que alguém aceita as evidentes humilhações praticadas por alguns grupos trotistas, e ainda afirma que tudo não passa de brincadeira, protegendo seus agressores?”. A resposta para essas perguntas não são fáceis de obter com exatidão, devido as suas complexidades e subjetividades que irão variar de indivíduo para indivíduo. Na ótica do autor “uma boa forma de entender a submissão ao trote é pensá-la como um pagamento para a entrada em um clube”, ele segue explicando:

Para aqueles que buscam aceitação em seu clubinho, as promessas dos trotistas são diversificadas. Por exemplo, promete-se maior participação na vida estudantil, pois, muitas vezes, os trotistas ocupam postos de representação discente [...]; maior contato com os professores e estágios; facilidades para a entrada no mercado de trabalho; uma vida de festas e diversões, popularidade; a possibilidade de oprimir outros alunos; enfim, a participação em um grupo que se pretende de “elite”, com poder político dentro e fora da universidade (Almeida Junior, 2011, p. 201).

Nesse processo, podemos observar também as narrativas dos dois calouros de Graduações distintas, Ciências Biológicas 21 anos e Engenharia 22 anos, sobre as indagações contidas no ANEXO 3, que indaga, a respeito se, tem acontecido brincadeiras e/ ou trotes? Por quem são organizados? Onde e como têm ocorrido? Que avaliação tem a respeito destas atividades? Alcançando assim as seguintes respostas: a aluna das Ciências Biológicas atesta que “sim, geralmente são organizados por veteranos, começa dentro da faculdade e depois termina na rua,

algumas brincadeiras são legais, mas outras, acredito que poderiam ser evitadas”; já o aluno da Engenharia confirma que: teve sim o trote, organizado por veteranos, fora da faculdade (próximo a um posto de combustível) no dia dez (10) de março de 2023, as 16 horas e 30 minutos, antes tiveram os corpos pintados com tintas e farinha de trigo.

O ANEXO 4 exhibe as questões que foram acordadas no cenário: Trotes na ótica do aluno que se tornou veterano após o primeiro ano; Características gerais e de personalidade dos trotistas, com relação ao termo personalidade, o autor Almeida Junior (2011, p. 190), declara que “o termo tem sido utilizado como um rótulo descritivo do comportamento observável do indivíduo e de sua experiência interior subjetiva relatada”, o que nos permite enquanto pesquisadores observar certos adjetivos e qualidades sem conotações patológicas. O autor ainda acrescenta que “o trote é um comportamento observável, em geral, conduzido coletivamente no qual se expressam as personalidades das pessoas envolvidas nas atividades” (ALMEIDA JUNIOR, 2011, p. 191).

É dentro desse contexto, que apresento alguns fragmentos de entrevista aberta realizada com alunos veteranos que participaram da organização das recepções dos calouros nos anos de 2022 e 2023 de Centros distintos, sendo eles: CCH, CBB e CCTA, aplicados fora das dependências da UENF. No entanto, para essa entrevista foram selecionados estudantes com identidade de gêneros diversificados, cotistas e não cotistas que manifestaram interesse em gravar suas vivências. Assim foi selecionado três narrativas que ilustram as percepções e comportamentos dos veteranos quanto a mudança de posições, ou seja, quem produziu e agora reproduz a ação.

De acordo com Almeida Junior (2011),

A cultura trotista esta indissoluvelmente associada à manutenção e reprodução de hierarquia sociais. A entrada na universidade é uma forma segura de elevar o *status* social do aluno, principalmente em escolas muito tradicionais e em carreiras financeiramente compensadoras. Geralmente, a participação em um grupo trotista é uma forma de se tentar obter elevação de *status* (Almeida Junior, 2011, p. 202).

Parafrazeando com o autor Almeida Junior (2011) é notório que vivemos em uma sociedade que em todo tempo produz e reproduz pensamentos socialmente, que garante a manutenção e conservação de práticas hierarquizantes, existe uma

naturalização dos processos hierárquicos que preserva a continuidade das desigualdades em muitas esferas. O autor Almeida Junior (2011, p. 202) na sua obra “Anatomia do trote Universitário”, ainda assegura que “o título universitário confere uma aura de autoridade e de mérito, legitimando desigualdades de poder e de renda”. As narrativas abaixo nos chamam a atenção perante a divergência ao que se refere as características de personalidades entre os veteranos e como o trote foi reproduzido. Sendo, a entrevista, norteada pelas seguintes questões: Como era a forma de recepção que os veteranos tinham com relação a você e aos colegas do 1º ano? Você chegou a presenciar algum tipo de ação por parte destes? Tipos de trotes ocorridos?

Veterana organizadora CCH 1 (cotista): quando entrei na universidade foi algo muito esperado e festejado, afinal ali não era um lugar para os que sempre foram segregados socialmente, mas a minha experiência não foi legal! Os veteranos do meu curso não foram nada amigáveis. Eles pressionaram os calouros a responderem um questionário onde precisavam se expor sobre sua sexualidade, assuntos sexuais e ainda faziam pressão psicológica e ameaças. Além de ficar nítido pra mim que juntamente com uma colega negra e de cabelo crespo éramos os alvos, tivemos cola derramada em nossos cabelos mesmo falando que não queria, e isso ocasionou a necessidade de cortar o cabelo o que abalou fortemente minha autoestima. Eu não só presenciei como fui uma das vítimas. Por isso, agora em 2023 tive a oportunidade de organizar o trote, juntamente com outros, repudiamos o que sofremos e escolhemos fazer brincadeiras saudáveis.

A veterana organizadora do CCH, 21 anos, cotista, deixou claro que para ela a experiência com as práticas trotistas em seu “primeiro ano crítico”, causou danos que poderiam ocasionar uma desistência de cursar a graduação na UENF, deixando claro também que sentiu e compartilhou com uma outra colega negra do mesmo sentimento de que com elas as brincadeiras eram mais pesadas e principalmente não eram respeitadas com relação a negativa de certas ações perante o grupo de veteranos. Na ocasião da entrevista a colaboradora afirma, agora em posição de veterana a não reprodução das violências sofridas. Que organizou com o apoio de uma equipe brincadeiras que resguardassem os calouros das ações opressoras e coercitivas.

Veterana organizadora CBB (não cotista): a intenção dos veteranos foi de fazer com que os calouros fossem recebidos da melhor forma possível. A universidade deveria mediar os trotes. Eu participei como caloura e em 2023 como veterana e continuo achando que o trote é uma recepção saudável. Não só presenciei como participei das brincadeiras, marcamos na UENF como local de ponto de encontro para reunir o pessoal e fomos para uma pracinha localizada no parque California, um pouco distante da Universidade,

os trotes que nós aplicamos foi de jogar água suja de peixe, folhas de arvores, cola escolar nos cabelos e outras coisas, porém no caso é bom deixar claro que quem não queria não foi obrigado. Tudo foi feito com consentimento do calouro e de igual forma aconteceu comigo.

Avançando na tarefa de investigar outros atores, as narrativas da aluna veterana organizadora do CBB, 22 anos, não cotista, afirma que as intenções dos veteranos são de solidariedade proporcionando aos novatos um acolhimento agradável regido por uma harmonia e cooperatividade, porém apesar de defender o trote como sendo uma recepção saudável a mesma diz ser necessário que haja uma mediação da universidade perante os trotes que são aplicados fora da universidade, no entanto, ela frisa que ninguém fez nada obrigado e tudo foi conversado, esclarecido e posteriormente teve consentimento dos participantes, “quem não queria não era obrigado por ninguém e só assistiam e curtiam”.

Veterana organizadora CCTA (não cotista): Sobre os veteranos, acho que deveriam recepcionar as pessoas com entusiasmo para o bem, para dar ânimo para o início da vida acadêmica e não para humilhar os calouros. Honestamente, não enxergo o trote como algo necessário. Por experiência própria a vida acadêmica já é difícil normalmente, imagina passar por situações estressantes logo no começo dessa jornada. Acredito que tudo é bem melhor sem o trote. Inicialmente fiz parte da organização, mas quando percebi que as coisas não estavam caminhando para uma ação positiva logo me lembrei de como foi a minha recepção e o pavor que senti, apesar de não aceitar muitas das “brincadeiras”, mas confesso que a curiosidade não me permitiu que ficasse totalmente distante e observei o que estava acontecendo e assim pude observar que nada tinha realmente mudado. Presenciei no começo do semestre de 2023, veteranos aplicando trote nos calouros em meio ao sol quente próximo ao horário de meio dia. Como se já não fosse ruim, estavam de mãos dadas por baixo das pernas, achei aquela cena extremamente humilhante, não conseguia entender como alguém quer fazer algo do tipo por vontade própria.

As lembranças da veterana organizadora CCTA, de 24 anos, não cotista no período em que foi caloura inicia as narrativas dizendo que não vê no trote relevância chegando a afirmar que essa prática é desnecessária dentro do contexto acadêmico, ela relata que enquanto caloura foi seguindo as regras até um determinado ponto, porém quando percebeu que as “brincadeiras” estavam se excedendo, a aluna recuou e negando-se a participar e limitou-se a ser plateia. A veterana ainda relatou que tentou fazer parte da organização no ano que seria veterana, mas não durou muito quando entendeu que existe um grupo de veteranos predominantemente na organização dessas práticas e que eles atuavam por anos. Sendo quase que

impossível uma pessoa que tem uma visão diferenciada sobre o que considera como correto para o período de recepção dos novatos.

Relacionado as questões do ANEXO 2, direcionado aos veteranos, ANEXO 3 referentes as opiniões dos calouros, e o ANEXO 4 veteranos que organizaram o momento de interação, na ocasião podendo tratar também sobre os fatores que podem interferir na permanência dos estudantes cotistas ou não cotistas nos cursos de graduação selecionados para a pesquisa. Logo, as questões selecionadas para dialogarmos acerca das práticas trotistas e suas influências na permanência dos alunos das dependências da UENF e principalmente, em seus Centros de Pesquisa, é exposta a seguir: Você acha que o trote e ou as brincadeiras podem influenciar na permanência do Calouro? Se sim, de que maneira?

Veterano organizador CCH: com certeza que pode influenciar e temos exemplos no CCH, onde podemos receber alunos de outros Centros de Pesquisa e até alguns casos de alunos que após o trote preferiram até passar pelo todo processo que o SISU exige porque não se sentiram acolhidos.

Veterano organizador CBB: com certeza pode influenciar e sim para permanecer. Durante o trote você conhece pessoas legais que te acolhe e logo quando se entra você é adotado por algum veterano que te ajuda com tudo que é perguntado. E esse apoio é fundamental.

Veterano CCTA: Sim. Penso que se alguém tiver um trote que lhe dê uma experiência ruim, é bem provável que gere desânimo para seguir nesse curso, nessa universidade.

Calouro CCT: acredito que sim, um lugar onde você não conhece ninguém especialmente se for de outra cidade (o que é muito comum) ajuda a criar as primeiras relações em um lugar totalmente novo.

Em nossos questionários aplicados e nas entrevistas os atores que participaram das recepções e/ou práticas trotistas, apresentam opiniões similar com relação a capacidade do trote influenciar na permanência dos novatos nos “primeiro ano crítico”, porém apontam uma ambiguidade com relação à maneiras, as quais essas práticas podem influenciar na estadia desse aluno em seu curso ou Centro de Pesquisa.

É inegável que uma experiência ruim pode influenciar negativamente a permanência dos ingressantes, mesmo que essas ações ocorram fora do ambiente universitário. E em alguns casos a manipulação praticada com destreza pode de fato provocar um sentimento de rejeição, Almeida Junior (2011) alega que “a busca por distinção está entrelaçada de modo indissolúvel aos preconceitos. [...] As relações de

distinção e exclusão são possíveis porque, entre o distinto e o excluído, coloca-se a barreira do preconceito” (Almeida Junior, 2011, p. 204).

5.3 - Vivências Acadêmicas: O apagar dos holofotes não encerra o espetáculo

Assim como em uma peça teatral, o apagar dos holofotes para o público que se encontra de saída do teatro e sinaliza o fim das atuações, não aponta de fato que o espetáculo acabou, pois ainda tem mais o que ser realizado e não é diferente quando pensamos no espetáculo das integrações e interação social dentro da Universidade, e principalmente nos Centros de Pesquisa, não obstante, nos cursos de Graduação da UENF. O trote, assim como a acolhida marcam a passagem do Ensino Médio para a vida Universitária, e que podem, como vimos influenciar na solidez e permanência dos alunos calouros nesses ambientes.

Portanto, a intenção é de corroborar com as pesquisas sobre o trote Universitário, e evidenciar o quanto é relevante tratar de temas que podem estar correlacionados à permanência dos alunos nas Universidades, a intenção é de apresentar aos leitores que algumas práticas do Trote adotadas pelos Centros de Pesquisa da UENF tendem a influenciar na vida universitária dos alunos e as interações sociais deles. Através das observações, relatos e pesquisa de campo pude vivenciar o que seria a prática do trote, assim como, o momento reservado ao Acolhimento\ Recepção dos alunos, ou seja, mesmo não tendo a experiência pessoal das práticas em questão, a pesquisa me oportunizou o entendimento da contraposição existente entre as ações. As ações institucionalizadas e organizadas pela Reitoria, DCE, CA das ações arranjadas e orquestradas pelos alunos Veteranos, concebido em cenários dessemelhantes, dentro das dependências da UENF e fora da Universidade (ruas, praças e redes sociais).

Nessa perspectiva é importante ressaltar que dentro das dependências da UENF não seja permitido certas práticas, em nada impediu que as ações acontecessem fora das dependências da Universidade. Ao observar o cenário do “Primeiro ato: A acolhida” ficou nítida a preocupação de garantir tanto aos calouros, quanto aos veteranos uma boa receptividade, levando em consideração que muitos

alunos veteranos não tiveram a oportunidade de participar de um momento assim devido a Covid-19, pois as aulas eram remotas.

Devemos ressaltar que com relação à observação do “Segundo ato: O trote” algumas práticas coercitivas e abusivas, são naturalizados e aplicados sem nenhuma inibição ou constrangimento por parte dos veteranos. Do mesmo modo que, algumas narrativas dos alunos calouros entrevistados, essas práticas foram minimizadas como sendo uma “*brincadeira*”. Entretanto, de forma a ilustrar algumas características atribuídas à prática do Trote não é unânime entre os calouros entrevistados, pois outros relatos divergem qualificando o trote como: “*hora da humilhação*”.

Logo, “O apagar dos holofotes não encerra o espetáculo”, pois a vida universitária tende a prosseguir. É necessário superar os traumas decorrentes dos Trotes coercitivos, ou reviver as lembranças de uma Acolhida\Recepção calorosa e bem-sucedida. Isto posto, refletir sobre as encenações, para além, do grande desejo de aceitação e o convencimento de um rito com práticas que legitimam as agressões morais, intelectuais, físicas e emocionais.

Por conter narrativas da pesquisadora e de estudantes calouros e veteranos, com relação às experiências, vivências e observações do objeto e campo de pesquisa, procurou contribuir para uma análise do processo de integração e permanência dos estudantes nos cursos de Graduação levando em consideração o trote como um dos rituais de ingresso aos estudos universitários, que ainda se encontra em evidência em nossa sociedade. Sendo assim, devemos realçar, Almeida Junior (2011, p. 213) nas considerações finais do seu livro revela que “o combate ao trote fica comprometido pela falta de um entendimento mais articulado sobre suas dinâmicas e sobre suas causas.”

No entanto, é relevante ressaltar que as práticas trotistas dentro da instituição, a partir dos colaboradores e da observações feitas no campo, de uma participação significativa, pressupõem que de fato o trote universitário é visto como um ritual que perpetua e tem a capacidade de se adequar de acordo com o passar do tempo, fato é que para os alunos é uma ação válida citada por alguns como um dos momentos de interação com os futuros colegas de turma e principalmente com o ambiente acadêmico, o que por si poderia ser justificada, enquanto, que para outros colaboradores os limites físicos, psicológicos e principalmente o respeito mutuo precisam ser as bases fundadoras e estruturantes dessas prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. **Educação após Auschwitz**. In: COHN, G. Theodor W. Adorno. São Paulo: Ática, 1994.

ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Ribeiro de. **Anatomia do trote universitário**. 2007. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2007. Acesso em: 14 ago. 2023.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo**. Tomo Teoria Geral e Filosofia do Direito, Edição 1, abril de 2017. Disponível em <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/92/edicao-1/racismo>. Acesso em 5 de junho de 2023.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AKERMAN, Conchão. **Cultura do trote universitário: desafios que permanecem**. ABCS Health Sci. 2020;45:e020029. <https://doi.org/10.7322/abcs.hs.45.2020.1451>

AMARAL, Shirlena Campos de Souza. **O acesso do negro às instituições de ensino superior e a política de cotas: possibilidades e limites a partir do caso UENF. Dissertação** (Mestrado em Políticas Sociais) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2006, p. 9-33.

BEAUDOIN, Marie-Nathalie; TAYLOR, Maureen. **Bullying e Desrespeito: como acabar com essa cultura na escola**. Porto Alegre: Artmed, 2006. 232 p.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.

BOURDIEU, M.-C. **O camponês e a fotografia**. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 26, 2006, p. 31-39. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n26/a04n26.pdf> Acesso em: 03 nov. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA: Maria Alice; CATANI, Afrânio. *Escritos de Educação*. São Paulo: Vozes, 1998.p. 39-64.

BOURDIEU, Pierre. **Meditations pascaliennes**. Paris: Seuil, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Código Penal. – 4. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2021. 142 p.** Conteúdo: Decreto-lei no 2.848/1940.

Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/b> acesso em: 14 de fevereiro, 2024.

BRASIL, **Lei Nº 13.106, de 17 de março de 2018**, Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou a adolescente; e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais. Disponível em: [L13106 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br)

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de junho de 2014. 2014a. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/ . Acesso em: 10 maio. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.824 de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012**, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 de outubro de 2012. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2011-2014/2012/Decreto/ Acesso em: 19 maio. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 de julho de 2010. 2010a. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 10 maio. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação. Diretrizes gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.** Brasília, DF, 2007b.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 de janeiro de 2005. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm Acesso em: 14 maio de 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 de abril de 2004. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm . Acesso em: 13 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/> . Acesso em: 10 maio. 2024.

BRASIL. **Lei 10.454, de 20 de dezembro de 1999.** Diário Oficial do Estado, São Paulo, Poder Executivo, Seção 1, 109 (240), 21 dez. 1999.

BRASIL. **Portaria Ministerial nº 438, de 28 de maio de 1998. Instituiu o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 de junho de 1998. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/enem/legislacao/>. Acesso em: 17 maio. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 9. 455, de 7 de abril de 1997: Define os crimes de tortura e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 de abril de 1997. Disponível em: [L9455 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9455.html) acesso em: 14 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Câmara dos Deputados, Brasília, 1988. Coordenação de publicações.

BRASIL. (1940). **Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm Acesso em: 20 abril. 2023.

CARMO, Gerson Tavares do; COUTINHO, Caio Miranda Carvalho. **Permanência na universidade: um estudo sobre autoeficácia no ensino superior.** Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política; Volume 18, número 1, janeiro a junho de 2022.

CALVETTI, Fábio. **As brincadeiras com os "bixos" não é exclusividade do Brasil.** Veja como é em outros países e como os governos lidam com os exageros e abusos; guia dos estudantes, fevereiro de 2011. Disponível em: <https://quiadoestudante.abril.com.br/universidades/veja-como-e-o-trote-ao-redor-do-mundo> acesso em: 2023.

CLASTRES, P. **Arqueologia da violência. Ensaio de antropologia política.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico] / Patricia Hill Collins, Sirma Bilge; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

COLLOCA, V.P. **O trote universitário: o caso do curso de Química da UFSCar.** 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – CECH – UFSCar, São Carlos, SP.

CUSICANQUI, Silvia R. **Sociología de la imagen: ensayo.** Buenos Aires: Tinta Limón, 2015. Disponível em: [Art.SociologiadelaimagenS.R.Cizquierdas2020.pdf](http://www.sociologia.org.ar/Art.SociologiadelaimagenS.R.Cizquierdas2020.pdf) acesso em: 15 de janeiro de 2024.

CUTI. **Quem tem medo da palavra negro**. (Texto publicado na Revista Matriz: uma revista de arte negra, editada em novembro de 2010, pelo Grupo Caixa Preta, de Porto Alegre, RS. Com correções.). Acesso em 02 de setembro de 2019.

Disponível em

http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/quemtemmedodapalavranegro_cuti.pdf

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**, São Paulo. Martins Fontes. (2000).

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo, Martins Fontes. (1999 a).

DURKHEIM, Émile. **“As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália”**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 13 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

DURKHEIM, Émile. **“As formas elementares da vida religiosa”**. IN: Os pensadores. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. In: GIANNOTTI, José Arthur (org). Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DURKHEIM, Émile. **Le problème religieux et la dualité de la nature humaine in. Durkheim, E. Textes vol. 2 – religion, morale, anomie**. Paris, Les Editions de Minuit, (1975b). p.23-59.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

FINKLER, Mirelle. **Formação Ética na Graduação em Odontologia: realidades e desafios**. 2009. 259 p. Tese (Doutorado em Odontologia) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível Em:

<http://www.prosaude.org/noticias/finkler/teseMirelleFinkler.pdf>

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 39.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 18ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 2003.

GENNEP, A. V. **Os ritos de passagem**. 2. ed., Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011.

GIROUX, H. A. **Atos Impuros. A prática política dos estudos culturais**. Porto Alegre, Artmed, 2003.

GOFFMAN, Erving. **As representações do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia dos Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 1985. Do original em inglês: *The Representation of self in everyday life*. Editora Vozes, Petrópolis 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998. 107 p.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro**. In: SANTOS, Sales Augusto dos. *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005, p.47-82.

GUTIERREZ, Matheus Naville. **Trote e sua história no Brasil: da idade média, pela ditadura e hoje**; Grupo PEmCie; UNICAMP, junho de 2018. Disponível em: www.blogs.unicamp.br acesso em agosto de 2023.

HAN, Byung-Chul. **Do desaparecimento dos rituais uma topologia do presente**. Título original: *Vom Verschwinden der Rituale. Eine Topologie der Gegenwart* Tradução: Alberto Ciria Design da capa: Gabriel Nunes Edição digital: José Toribio Barba 2019, Byung-Chul Han; 2020, Herder Editorial, SL, Barcelona ISBN: 978-84-254-4401-2 1ª edição digital, 2020.

HINE, C. **Virtual Methods and the Sociology of Cyber-Social-Scientific Knowledge**. Oxford: Berg, 2005. p. 47.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2014**. RJ, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf> Acesso: 15 maio. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF, 2013.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF, 2003.

KILOMBOLA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. TRADUÇÃO de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 11-69.

LUKES, S. **Émile Durkheim su vida y su obra**. Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo XXI de España Editores, 1984.

MACIEL, Carina Elisabeth; SILVA, Maria das Graças Martins da.; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. **Assistência estudantil: a evolução de uma política pública e os significados no contexto da educação superior**. In: SOUSA, José Vieira de (Org.). *Expansão e avaliação da educação superior brasileira: formatos, desafios e novas configurações*. 1. Ed, Brasília: Fino Traço. 2015. p. 255-276.

- MACIEL, Carlos Alberto Batista. **Rito, socialização e poder: reflexões e indagações teóricas**. Caderno de campo, número 8, 2021.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. “**De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**”. Revista Brasileira de Ciências Sociais v.17, N.49, São Paulo, junho 2002. DOI: [10.1590/S0102-69092002000200002](https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002)
- MARTINS, T. M. O. **A netnografia como metodologia para conhecer o trabalho de professores da cultura digital**, 2012. Disponível em: [*20170509161801.pdf \(uniesp.edu.br\)](https://uniesp.edu.br/20170509161801.pdf). Acesso em: 19/01/2024
- MARTINS, J. de S. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. 2ª ed. São Paulo, Contexto, 2014.
- MATTOSO, G. **O calvário dos carecas: história do trote estudantil**. São Paulo: EMW Editores, 1985.
- MAZZOTTI, Alda Judith Alves; Gewandsznajder, Fernando. **O método nas ciências Naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2 edições, Editora THOMSON, SP. 2002. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4630889/mod_resource/content/4/Mazzotti_Gewandsznajder_Paradigmas.PDF acesso em 10 de out.2022.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1, 2018a.
- MEDEIROS, Carlos Alberto. **Ação Afirmativa no Brasil: um debate em curso**. In: SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005, p. 121-139.
- MEIRA, Ana Paula Barbosa. **A Ações afirmativas na Universidade de Brasília: a opinião das estudantes oriundas do sistema de cotas** / Ana Paula Barbosa Meira. -- 2013. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2013.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta**. In: LESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MOEHLECKE, Sabrina. **Ações afirmativas: história e debates no Brasil**. **Cadernos de Pesquisa**, n.117, nov. 2002.
- NOGUEIRA, Oracy. **Tempo Social**. Revista de sociologia da USP, v. 19, n.1, novembro/2006.

NUNES, Roseli Souza dos Reis. **A permanência dos estudantes que ingressaram por ação afirmativa: a assistência estudantil em foco** / Roseli Souza dos Reis Nunes. – Cuiabá/ MT, 2016; 189 f.

ODALIA, N. **O que é violência**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

PEREIRA, Fabiana Santos. **Ações Afirmativas na Pós-Graduação** / Fabiana Santos Pereira. -- 2019. 89 f. Orientador: Ivan Rocha Neto.

PONTE. **O que é Necropolítica. E como se aplica à segurança pública no Brasil** - Rosane Borges, Disponível em: <https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-c>. Acesso em 12 de julho de 2023.

PRIBERAM, Dicionário. "**trote**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/trote> [consultado em 25-03-2023].

RAÇA E RACISMO NO BRASIL | CARLOS MEDEIROS. Produtor: Café Filosófico. Plataforma: Youtube, 30 de agosto de 2016, duração: 47 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RFYQ6axQSho>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

RIOS, Renata Lerina Ferreira. **Quando a universidade é uma festa: trote e formatura**/ Renata Lerina Ferreira. – Porto Alegre, 2010. 176 f.: il. Diss. (Mestrado e Educação) - PUCRS, Fac. De Educação, UNLP. Orientação: Prof.^a. Dr^a. Maria Helena Câmara Bastos.

RIO DE JANEIRO. (1996). **Lei n.º 2.538, de 19 de abril de 1996**. Proíbe o trote vexatório em calouros das universidades e faculdades localizadas no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Poder Executivo, 1996. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/leiordinaria-n-2538-1996-rio-de-janeiro-proibe-o-trote-vexatorio-em-calouros-dasuniversidades-e-faculdades-localizadas-no-estado-do-rio-de-janeiro -1996>

RIO DE JANEIRO. (2013). **Lei n.º 6.436, de 15 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 2.538, de 19 de abril de 1996, para obrigar as universidades públicas e privadas do estado do Rio de Janeiro a difundirem em seus campis alerta sobre o trote. Rio de Janeiro: Poder Executivo, 2013. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/1034631/lei-6436-13>.

ROSA, Tiago Barros. **O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar**. Rev. Sem Aspás, Araraquara, v.6, n.1, p. 3-12, jan./jun. 2017. e-ISSN 2358-4238.

SÃO PAULO. (1999). **Lei n.º 10.454, de 20 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre a proibição de trote que possa colocar em risco a saúde e a integridade física dos calouros das escolas superiores, e dá outras providências : Poder Executivo, 1996. Disponível em: [Lei nº 10.454, de 20 de dezembro de 1999 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](https://legis.sps.gov.br/legislacao/Lei%20n%2010.454%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201999%20-%20Assembleia%20Legislativa%20do%20Estado%20de%20S%C3%A3o%20Paulo). Acesso em: 19 agosto 2023.

SCARCELLO, Daniel Alves. **As representações do eu na vida cotidiana de black mirror/queda livre**. Revista Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura, v.9, nº1, edição de julho de 2020. Disponível em: franciellemodesto,+Daniel+Scarcello+cabeçalho.pdf acesso em: 4 de agosto de 2023.

SERRANO, G. P. **Investigación cualitativa. Retos e interrogantes: I. Métodos**. 2 ed. Madrid: La Muralla, 1998.

SERRANO, G. P. **Investigación cualitativa. Retos e interrogantes: II. Técnicas y Análisis de Datos**. Madrid: La Muralla, 1994.

SILVA, Rosiane Maria da. **"Só vencem os fortes": a barbárie do trote na educação agrícola** / Rosiane Maria da Silva. – São Carlos: UFSCar, 2015. 359 p. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2015.

SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de; ROCHA, Glória Walkyria de Fátima. **Gênero e relações de poder no trote universitário: implicações para a cidadania**. Simpósio Temático nº 5 - Fazendo Gênero 8, Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST5/Siqueira-Rocha_05.pdf . Acesso em: 29 agosto. 2022.

SODRÉ, Muniz. **Aceito a expressão, mas racismo não é estrutural no Brasil, diz Muniz Sodré. Folha de São Paulo**. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/03/aceito-a-expressao-mas-racismo-nao-e-estrutural-no-brasil-diz-muniz-sodre.shtml> .Acesso em: 5 de maio de 2023.

STRAZZI, Alessandra. **Trote universitário – Responsabilidade dos agressores**; Jusbrasil, 2013. Disponível em: [Trote universitário – Responsabilidade dos agressores | Jusbrasil](https://www.jusbrasil.com.br/artigos/119120-trote-universitario-responsabilidade-dos-agressores) . Acesso em: maio de 2023.

TINTO, Vincent. (2012). **Enhancing student success: taking the classroom success seriously**. The International Journal of the First Year in Higher Education. N. 3, n. 1, p. 1-8. Disponível em: <https://www.fyhejournal.com/article/download/119/120> . Acesso em: 10 agosto. 2023.

TINTO, Vincent. (2006). **Research and practice of student retention: what next?** Journal of College Student Retention: Research, Theory & Practice, V. 8, n. 1, p. 1-19.

TINTO, V. **Enhancing student persistence: Connecting the dots**. In: Optimizing the Nation's Investment: Persistence and Success in Postsecondary education. Conf. Univ. of Wisconsin, Madison. 2002.

TINTO, V. **Rethinking the first year of college**. Higher Education Monograph Series, Syracuse University, 2001.

TINTO, Vincent (1999). **Taking retention seriously: rethinking the first year of college**. NACADA jornal. V. 19, n. 2, p. 5-9.

TINTO, V. **Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research**. Review of Educational Research, Washington, DC, v. 45, n. 1, p. 89-125, 1975.

URPI, Montoya Uriarte. **O que é fazer etnografia para os antropólogos**, Ponto Urbe [Online], posto on-line no dia 14 março 2014, consultado 01 Dezembro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/300>

VASCONCELOS, P. D. **A violência no escárnio do trote tradicional - um estudo filosófico em antropologia cultural**. Santa Maria- RS: Universidade Federal de Santa Maria, 1993. Disponível em: [arquivo18.p65 \(scielo.br\)](http://arquivo18.p65.scielo.br) . Acesso em junho de 2023.

VEGINI, Neusa Maria Kuester. **A dimensão ética da formação do profissional em saúde: um estudo a partir das representações sociais sobre o trote universitário** / Neusa Maria Kuester Vegini; orientadora, Mirelle Finkler - Florianópolis, SC, 2016. 129 p.

VIEIRA SEGUNDO, Luiz Carlos Furquim. **Trotes universitários: brincadeira ou bullying? Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v.16, n. 112, maio 2013.

WEBER, M. **Economia y sociedade**. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

ZUIN, Antônio A. S. “**O trote universitário como violência espetacular. Educação & Realidade**”, v. 36, n. 2, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/13132> acessado em 10.10.2022.

ZUIN, Antônio Á. S. **O trote universitário: passagens de um rito de iniciação**. São Paulo: Cortez, 2002.

ZUIN, Antônio A. S. “**O trote no curso de pedagogia e a prazerosa integração sadomasoquista**”. Educação e Sociedade, Campinas: Centro de Estudos Educação e Sociedade – Cedes. v.23, n.79, p.234-254, ago. 2002, p. 242-257. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10856.pdf> acesso em 30.09.2022.

ANEXOS

ANEXO 1 - Exemplo de termo de consentimento livre e esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

DADOS DE PESQUISA:

Título da Pesquisa: Etnografias diferenciadas sobre as práticas do trote universitário nos Centros de Pesquisa da Universidade Estadual Fluminense

Pesquisadora Responsável: Luciana dos Santos Jorge Pessanha

Orientador: Dr. Gerson Tavares do Carmo

Instituição: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Programa: Pós-Graduação Sociologia Política

Local da Coleta de Dados: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

CONVITE:

Prezado (a) aluno (a):

Você está sendo convidado (a) para participar da referida pesquisa de forma totalmente voluntária. Você tem o direito de desistir a qualquer momento, sem que haja qualquer risco ou prejuízo para você ou para a pesquisa. No entanto, entendemos que seja relevante ressaltar que a sua participação é importante e consistirá em responder espontaneamente as perguntas feitas, individualmente, com agendamentos prévios, podendo ser escrita ou de forma oral, sendo necessário a sua permissão para a utilização dos dados coletados para fins exclusivamente da pesquisa, devidamente com o sigilo e preservação de sua identidade.

(orientador)

(pesquisadora)

DECLARAÇÃO de Consentimento Livre e Esclarecido:

Ciente sobre o que foi exposto, eu _____, estou de acordo em participar da pesquisa, assinando esse termo, nesta data.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2023.

(Assinatura)

ANEXO 2 - Roteiro de entrevista para alunos Veteranos**Parte I: Identificação do perfil do entrevistado**

Identidade de Gênero: _____

Idade: _____

Curso: _____

Período: _____

Cotista: () Sim () Não

Parte II: Questões sobre o objetivo da pesquisa

- A) Que vem a sua mente quando pensa em “recepção aos calouros”?
- B) E quando pensa em trote universitário qual é a primeira coisa que vem a sua mente?
- C) Já vivenciou algum trote quando era calouro? Se sim, como foi a experiência?
- D) Caso tenha participado de trote, quais os significados do trote em sua vida pessoal e em sua vida Acadêmica?
- E) Agora que é veterano já aplicou trote?
- F) Você acha que o trote e ou as brincadeiras podem influenciar na permanência do Calouro? Se sim, de que maneira? Como foi?
- G) Como tem sido a recepção aos calouros?
- H) Tem acontecido brincadeiras e/ ou trotes? Por quem são organizados? Onde e como têm ocorrido? Que avaliação tem a respeito destas atividades?
- I) O que pensa sobre a legislação que proíbe o trote na Universidade? Haveria alternativas à proibição?
- J) Você percebeu algum problema ético em algum trote que tenha visto, vivenciado ou ouvido falar, enquanto calouro ou veterano?

ANEXO 3 - Roteiro de entrevista para estudantes Calouros

Parte I: Identificação do perfil do entrevistado

Identidade de Gênero: _____

Idade: _____

Curso: _____

Cotista: () Sim () Não

Participou do Trote: () Sim () Não

O que significa para você entrar em uma faculdade? (marque quantas alternativas você quiser)

- () A formação profissional;
- () O amadurecimento pessoal;
- () Momentos de convívio social;
- () O desenvolvimento de pesquisas;
- () Muito estudo;
- () Momentos de convívio familiar;
- () Engajamento político;
- () Muitas festas;
- () Descobertas pessoais;
- () Uma obrigação familiar;
- () Um dever social;
- () A realização de um sonho;
- () Mais uma etapa na vida;

Parte II: Questões sobre o objetivo da pesquisa

Acerca da sua chegada na Universidade, houve recepção aos calouros ou outras atividades específicas? Como foi a sua participação e de sua turma? Como você se sentiu?

- A) O que vem a sua mente quando pensa em “recepção aos calouros”?
- B) Em sua opinião, qual deve ser o papel dos Veteranos em relação aos trotes? E qual deve ser o papel da universidade?
- C) Você acha que o trote pode influenciar a vida de quem participa? Você acha que pode influenciar na permanência do calouro? Se sim, de que maneira?
- D) Se você for aluno cotista, poderia dizer se notou algum tratamento diferenciado com relação aos alunos não cotistas?

Parte III: O trote é para você... (marque quantas alternativas você quiser)

- () Uma brincadeira;
- () O exercício de poder pelos veteranos;
- () Uma festa;
- () Uma violência;
- () O início da vida acadêmica;
- () Uma mudança de status social;
- () Um momento de aproximação entre os universitários;
- () A apresentação do calouro;
- () Uma forma de humilhação;
- () Um ritual de boas-vindas;

ANEXO 4 - Roteiro de Entrevistas Alunos Veteranos que organizam as recepções

A. Identificação do perfil do entrevistado

Identidade de Gênero: _____

Idade: _____

Curso: _____

Cotista: () Sim () Não

Participou do Trote: () Sim () Não

B. Trotes na ótica do aluno que se tornou veterano após o primeiro ano

1. Como era a forma de recepção que os veteranos tinham com os colegas do 1º ano? Você chegou a presenciar algum tipo de ação por parte destes? Em que papel você estava? (calouro ou veterano)
2. Tipos de trotes ocorridos?
3. Quais alunos ou grupos estavam mais envolvidos com os trotes?
4. Onde ocorriam com maior frequência? Ambiente externo ou interno da Universidade?
5. Período letivo em que mais ocorriam?

C. Características gerais e de personalidade dos trotistas: (direcionado a alunos veteranos cotistas)

1. Como era a atitude e o comportamento dos alunos que davam trotes? Havia um perfil específico do aluno que aplicava trote?
2. Como eram os trotes aplicados pelos alunos trotistas com os alunos negros, indígenas? (cotistas)
3. Como eram os trotes aplicados pelos alunos trotistas aos alunos com alguma característica física ou intelectual diferente da maioria dos alunos?
4. Trotes aplicados pelos alunos trotistas aos colegas homossexuais?
5. Havia apelidos para os calouros? Critérios adotados para sua aplicação; tipo de apelidos mais comuns?
6. Como era a relação entre os alunos iniciantes e alunos trotistas (perseguições, amizades, conflitos, comportamento do aluno no 2º ano frente ao trote etc.).
7. Características físicas, étnicas, de gênero, religiosas de alunos calouros eram motivos de práticas abusivas como chacotas?

D. Considerações Finais

Algum outro comentário, crítica, sugestão, que gostaria de acrescentar?